

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO

Célia da Cruz Barros Cabral Ferreira

O TRATADO DE PETRÓPOLIS E A PETROBRÁS:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES BRASIL-BOLÍVIA À LUZ DA TEORIA
DA DEPENDÊNCIA

Florianópolis
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CÉLIA DA CRUZ BARROS CABRAL FERREIRA

O TRATADO DE PETRÓPOLIS E A PETROBRÁS:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES BRASIL-BOLÍVIA À LUZ DA TEORIA
DA DEPENDÊNCIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, no semestre 2007.2, como requisito para a obtenção do grau de Mestre na área de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Waldir Rampinelli.

Florianópolis
2007

CÉLIA DA CRUZ BARROS CABRAL FERREIRA

O TRATADO DE PETRÓPOLIS E A PETROBRÁS:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES BRASIL-BOLÍVIA À LUZ DA TEORIA
DA DEPENDÊNCIA

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Relações Internacionais.

Banca examinadora

Presidente: Professor Doutor Waldir Rampinelli – UFSC

Membro: Professor Doutor Itamar Aguiar – CFH/UFSC

Membro: Professor Doutor Carlos Araújo Leonetti - UFSC

Florianópolis, Santa Catarina, 20 de dezembro de 2007.

Ao meu esposo por
todas as formas de
amor e incentivo.

Aos meus filhos:
Renato, Cristina,
Daniel e Gabriel.

Aos meus pais, pelo
exemplo de
sabedoria, cada um a
seu modo.

Ao Nilson, *in*
memorian, pelo
magnífico exemplo de
superação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus por ter me sustentado, mesmo quando a fé era pequena.

A minha família, pela paciência e compreensão.

À direção da Faculdade da Amazônia Ocidental - FAAO pelo apoio, incentivo e confiança.

Agradeço aos queridos Iron e Vandilene pela colaboração inestimável, somente possível por amor verdadeiro.

Agradeço ao Professor e orientador Waldir Rampinelli.

Agradeço em especial ao Senador Tião Viana, assim como a todos os professores do programa, instrumentos da realização de um sonho (quase) impossível.

Aos meus irmãos em Cristo, por suas intercessões.

“Porque o Senhor dá a sabedoria, e da sua boca vem o conhecimento e o entendimento” (Provérbios 2:6).

RESUMO

Esta dissertação analisa as relações internacionais específicas entre os países vizinhos Brasil e Bolívia, sob a ótica da Teoria da Dependência, apresentada como forma de subordinação econômica, social e cultural de países denominados de periferia em relação a países centrais, com ênfase para as duas principais correntes dependentistas de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, e a marxista. Em seguida, oferece uma visão histórica comparada do processo de anexação do território do atual Estado do Acre, região rica em borracha e originariamente pertencente à Bolívia, ao Brasil, destacando, além dos aspectos históricos, também os elementos econômico-sociais e jurídicos. Realiza, nesse sentido, uma comparação entre as versões históricas da guerra (na visão do país vizinho) e da revolução (na versão nacional), brasileira e boliviana, pela delimitação de suas fronteiras, enfatizando o interesse econômico justificado pela importância mundial adquirida pela borracha – ouro negro da Amazônia, e a influência de países centrais, principalmente Estados Unidos, na questão, finalmente resolvida diplomaticamente através do Tratado de Petrópolis. O derradeiro capítulo analisa a relação atual entre os vizinhos, destacada pela crise provocada pela nacionalização das reservas de gás natural, buscando fundamento na histórica inconformidade do povo boliviano com sua realidade, seja geográfica, econômica, social, política, resultando num quadro de recorrentes revoluções armadas, crises, golpes de Estado, insurreições, com ativa participação principalmente da população autóctone, organizada em movimentos sociais. Constituem elementos de análise também a atuação da estatal brasileira Petrobrás, que, como outras multinacionais, investiu pesadamente no setor, tanto em estrutura como em tecnologia. Ultime o exame um diagnóstico das possibilidades de relações futuras entre os dois países, ambos reconhecidamente dependentes do gás natural, devendo, por essa razão, buscar a integração como forma de vencer o subdesenvolvimento.

Palavras chave: Brasil. Bolívia. Tratado de Petrópolis. Teoria da Dependência. Gás Natural. Petrobrás.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the specific international relationship between the neighboring countries Brazil and Bolivia, under the optic of the Dependence Theory, which is presented as a way of economic, social and cultural subordination of peripheral countries, labled as marginal in relation to the central ones, with emphasis on the two main dependent chains of Fernando Henrique Cardoso and Enzo Falleto, and the marxist chain. Following up, it offers a compared historical view of the process of annexation of the territory of the present Acre State, a region rich in rubber and which originally belonged to Bolivia, to Brazil, highlighting, besides the historical aspects, the social-economic and juridical elements. It compares, this way, the historical versions of the war (through the neighboring country view) and the revolution (national version), Brazilian and Bolivian, by the delimitation of their borders, emphasizing the economic interest justified by the world importance that rubber acquired – black gold of Amazon, and the influence of central countries, principally the United States, in such issue, finally diplomatically resolved with the Petrópolis Treaty. The last chapter analyzes the current relationship between the neighbors, highlights the crisis brought up by the nationalization of the natural gas resources, searching basis in the historical inconformity of the Bolivian people with their reality, being it geographical, economic, social, political, resulting in appellant armed revolutions, crises, Coup d'états, insurrections, with active participation principally of the autochthonous population, organized in social movements. It also constitutes element of analysis the work of the State Brazilian company Petrobrás, which, alike other multinational ones, heavily invested in the sector both in structure and in technology. It is due to be examined a diagnosis of the possibilities of future relations between the two countries, both admittedly depedent on natural gas, which must, therefore, seek integration as a way of overcoming the underdevelopment.

Key-words: Brazil. Bolivia. Petropolis Treaty. Dependence Theory. Natural Gas. Petrobras.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	DEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	15
2.1	Relações Internacionais e seus paradigmas – uma breve noção	15
2.2	Paradigma da dependência	22
2.2.1	Contexto histórico	22
2.3	Teoria da Dependência – conceito	27
2.3.1	A Teoria da Dependência na visão de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto	30
2.3.2	Noção de desenvolvimento na teoria da Dependência de FHC	31
2.3.3	Noção de subdesenvolvimento	32
2.3.4	Centro e periferia	32
2.3.5	Dependência e desenvolvimento	33
2.4	A Teoria Marxista da Dependência	34
2.5	Dependência e globalização	38
2.6	Atualidade da Teoria da Dependência	43
2.7	Dependência e regionalismo	47
3	A QUESTÃO DA ANEXAÇÃO DO ACRE AO BRASIL	51
3.1	Brasil e Bolívia – um histórico de conflitos	51
3.2	Breve noção da formação histórica boliviana	54
3.3	A política expansionista brasileira	58
3.4	O papel da borracha no processo de delimitação das fronteiras	60
3.5	A importância da navegação fluvial	62
3.6	A ocupação do Acre pelos brasileiros	65
3.7	A revolução acreana	68
3.8	O Bolivian Syndicate	71
3.9	A influência dos Estados Unidos na questão acreana	73
3.10	O Tratado de Petrópolis	75
4	A RELAÇÃO BRASIL-BOLÍVIA ATUAL: revivendo o passado	80
4.1	A questão do gás – dependência ou integração regional	80
4.2	Bolívia – uma nação sem unidade étnica	83
4.2.1	A Revolução boliviana de 1952	83

4.2.2	A guerra da água	87
4.2.3	A guerra do gás – o reencontro Brasil-Bolívia	88
4.2.4	O fator Evo Morales	92
4.3	A atuação da Petrobrás na Bolívia	98
4.3.1	A discussão do preço do gás: mais um capítulo da crise	154
4.4	Brasil-Bolívia - o futuro da relação	108
5.	CONCLUSÃO	113
	REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

Ao Direito Internacional interessa o estudo dos Estados e das relações entre eles, além da compreensão dos organismos internacionais. Sob essa perspectiva, esta pesquisa tem a pretensão de analisar a relação entre Brasil e Bolívia, delimitando-a temporalmente em dois episódios: a questão da anexação do território do atual Estado do Acre ao Brasil e a atual crise entre os dois países, envolvendo a estatal brasileira Petrobrás, em função da nacionalização das reservas bolivianas de gás natural.

O resgate histórico foi provocado pela afirmação recente do Presidente boliviano Evo Morales, de que “o Acre foi trocado por um cavalo”, demonstrando um rancor em relação à resolução adotada para a questão acreana, objetivando verificar se a marca patente desta relação tem sido a divergência, a despeito da tendência cada vez mais imperiosa da necessidade de integração da América Latina, em sua condição de continente periférico, para romper a subordinação em relação aos países centrais, alcançando o desenvolvimento.

A recente questão da nacionalização das reservas minerais energéticas bolivianas, sob a regência do presidente boliviano Evo Morales, fato de grande reflexo político e econômico para o Brasil, dada a sua dependência do gás natural daquele país, fez aflorar mitos e parece ter reaberto feridas aparentemente cicatrizadas com a assinatura do Tratado de Petrópolis. Não se descarta que a ação boliviana também atingiu interesses de outras empresas transnacionais, porquanto em situação semelhante à estatal brasileira Petrobrás encontram-se empresas argentinas, canadenses, francesas, britânicas, coreanas, entre outras, porém, a situação brasileira é especial em razão da dependência já mencionada.

O governo boliviano, na gestão do presidente Evo Morales, anunciou, no dia 1º de maio de 2006, a nacionalização da exploração dos hidrocarbonetos, entre eles petróleo e gás natural, compelindo, num primeiro momento, as empresas exploradoras, entre elas a Petrobras, a entregarem suas propriedades à estatal correspondente da Bolívia - Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB).

Tal decisão, segundo noticiam os órgãos oficiais brasileiros, tem gerado grande preocupação ao governo brasileiro, porquanto, em uma análise das possíveis conseqüências do ato, o Brasil seria atingido seriamente no fornecimento

de gás natural, combustível alternativo oriundo da Bolívia, ocasionando, por efeito cascata, uma série de aumentos nos preços dos combustíveis tradicionais.

Outra preocupação é com as perdas dos investimentos – públicos e privados - já realizados para a substituição dos combustíveis tradicionais (gasolina, álcool, diesel) pelo alternativo gás natural, dentre eles, a propaganda educativa e os incentivos para que consumidores e empresários revertessem instrumentos e máquinas, adaptando-os ao novo combustível, além, é claro, da construção, já em fase bastante adiantada, do gasoduto Brasil-Bolívia.

Por seu turno, o governo boliviano, marcado por grave instabilidade política interna, ocasionada pela divisão do país em duas correntes político-partidárias (Aymaras e Quéchuas), justifica sua posição sob o argumento da prevalência do interesse nacional, defendendo que o produto das reservas de gás existentes no território boliviano deve ser utilizado em benefício de seu povo, com investimento público em saneamento, escolas, hospitais, moradia, agricultura, estradas, energia, comunicação, etc.

Acresce a essa necessidade uma motivação ideológica, sustentando que as empresas brasileiras (sub-imperialistas) integrariam um amplo projeto imperialista dos EUA de “integração” econômica da América do Sul à do Norte, através de grandes obras de infraestrutura (rodovias, oleodutos, gasodutos, telecomunicações, ferrovias, portos, etc.), e estariam sendo utilizadas como auxiliares das grandes multinacionais (estas, sim, verdadeiramente imperialistas), oriundas dos EUA, União Européia e Japão.

É certo, entretanto, que a situação fez renascer velhos e adormecidos (pelo menos assim pensavam os brasileiros) ânimos e ressentimentos entre as duas nações, verificados com muita clareza na convivência nas regiões fronteiriças, sob o risco de que fatos antes cotidianamente resolvíveis entre representantes locais se tornem conflitos internacionais, como quase ocorreu com a afirmação do Presidente boliviano citada anteriormente.

A questão, principalmente por ser atual, e não ter tido ainda seus contornos definidos, muito menos propostas de solução, mostra-se extremamente atraente para pesquisa, até mesmo na esperança de se encontrar uma solução pacífica em que sejam respeitadas a alteridade das partes envolvidas.

São muitos os prismas e interpretações que podem ser adotadas, difícil, porém, é manter-se isento num cenário como o demonstrado, com risco de sofrer

pessoalmente as conseqüências do ato do governo boliviano. Entretanto, é o desafio que tentaremos enfrentar: dar ao tema o merecido olhar científico, desprovido de ufanismos e preconceitos, necessário à contribuição para uma possível solução pacífica e democrática para o caso.

Será utilizada como marco teórico a Teoria da Dependência idealizada, em sua dupla vertente, por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, por um lado, e Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, entre outros autores¹, apresentando-se, inicialmente, como fundamento para análise e resolução do impasse atual entre Brasil e Bolívia.

O método de abordagem utilizado será o dedutivo. O procedimento concentra-se em pesquisa bibliográfica.

O primeiro capítulo faz uma abordagem geral acerca dos paradigmas das Relações Internacionais, para focalizar a Teoria da Dependência, localizando-a histórica e geograficamente. Conceitua e apresenta as duas principais correntes dependentistas: a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e a corrente Marxista. Atualiza a teoria, analisando-a tanto no mundo globalizado como na questão do regionalismo.

A segunda parte da pesquisa oferece uma visão histórica acerca da questão da anexação do território do Acre ao Brasil, buscando considerar também a versão boliviana, em muito divergente da brasileira. Desvenda as razões políticas e econômicas, focadas na exploração e comércio internacional da borracha, produto de grande valor à época e abundante na região, justificando inclusive tentativa de intervenção de países hegemônicos, como os Estados Unidos, interessados em também obter lucro com o produto. Por fim, mostra a grande atuação da diplomacia brasileira na tentativa de resolução pacífica da questão, o que foi alcançado pela assinatura do Tratado de Petrópolis.

O derradeiro capítulo atualiza a relação Brasil-Bolívia, analisando as características do povo boliviano, suas guerras inglórias, sua lutas internas, revelando um povo inconformado com suas perdas territoriais e com sua história de exploração e dominação. Nesse ponto, constrói um perfil de seu representante maior, o Presidente Evo Morales, suas idéias e ações, com destaque para a questão da Guerra do gás e a atuação da Petrobrás na Bolívia.

¹ KEOHNE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Poder e interdependência. La política mundial en transición*. Tradução de Herber Cardoso Franco. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

Por fim, resguardados os sentimentos nacionalistas e a despeito de opiniões díspares no contexto político, acredita-se ser importante investigar os antecedentes e conseqüentes desses fatos no âmbito das Relações Internacionais, a fim de compreender a relação Brasil-Bolívia, concretizando também um exercício de previsão das possibilidades futuras de parceria e relacionamento entre os dois países.

2 DEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

2.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS PARADIGMAS – UMA BREVE NOÇÃO

Interessa ao cientista social o conhecimento das realidades mundiais, suas relações internacionais, diplomáticas, colonialistas, imperialistas, descolonialistas, dependentes e interdependentes, povoada de guerras e revoluções, cuja análise teórica é necessária para o mensurar dos nexos políticos, econômicos, geo-econômicos, geopolíticos, culturais, religiosos, lingüísticos, étnicos, raciais, e todos que tencionam as sociedades nacionais, em âmbito internacional, regional, multinacional, transnacional ou mundial^{2,3} com primazia do âmbito econômico.

No campo das Relações Internacionais, SALDANHA⁴ acrescenta que esse conhecimento constitui um ponto de encontro de diversas ciências sociais, com papel determinante para a filosofia política, a história, o direito internacional e a economia política, que, num movimento dinâmico, evolutivo e interdisciplinar, criam um grupamento de conhecimento científico, estabelecendo limites para a análise do objeto de estudo, qual seja a realidade internacional, os acontecimentos⁵ históricos a ela inerentes – passados e sua evolução até a atualidade, porquanto, na lucidez de Duroselle, o “estudo científico das relações internacionais só pode ser baseado na matéria fornecida pela história”⁶.

O estudo da realidade internacional é caracterizado pela ausência de um paradigma único que determine a interpretação de seu objeto de forma harmônica e uníssona, mas, ao contrário disto, é pautado pelo confronto de vários modelos explicativos e concepções multidisciplinares⁷, que permitem compreender e explicar

² IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 12.

³ IANNI. *Op. Cit.*, p. 30

⁴ SALDANHA, Eduardo. *Teoria das Relações Internacionais*. Curitiba: Juruá, 2006, p. 39.

⁵ *Acontecimento* é a palavra empregada por Duroselle, distinta de *fenômeno* sendo este objeto da ciência em geral e aquele, ainda que pertença ao gênero *fenômeno*, é objeto de estudo científico. Assim, *acontecimento* é um *fenômeno* datado, único, útil à ciência. DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Teoria das Relações Internacionais. Trad. Ane Lize Spaltemberg S. Magalhães. Brasília: Editora UNB. 2000, p. 19.

⁶ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Teoria das Relações Internacionais. Tradução Ane Lize Spaltemberg S. Magalhães. Brasília: Editora UNB. 2000, p. 23.

⁷ SALDANHA, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 41.

seus fenômenos, segundo paradigmas⁸ diversos de interpretação da realidade internacional, porquanto esta também se mostra igualmente diversificada e em constante transformação. Como conseqüência lógica dessa argumentação, é de se observar que o estudo da Teoria das Relações Internacionais congrega diversos paradigmas, alguns inclusive divergentes e conflituosos entre si, enquanto divergentes seus autores. Reconhecendo essa diversidade de paradigmas, SALDANHA considera relevante destacar os seguintes:

Para Jeffrey Newman⁹ são sete os paradigmas existentes: Realismo, Behaviorismo, Neo-Realismo, Neoliberalismo, Teoria do Sistema Mundial, Teoria Crítica e Pós-Modernismo; por sua vez Martin Griffiths¹⁰, o qual prefere chamar de categorias teóricas, divide a construção teórica das relações internacionais em: Realismo, Liberalismo, Teoria Radical, Teoria da Sociedade Internacional, Organização Internacional, Pós-Modernismo, Gênero e Relações Internacionais, Sociologia Histórica e Teorias sobre a Nação; Hedley Bull¹¹ indica apenas a existência de três paradigmas: Hobbesiano ou Realista, Kantiano ou Universalista e Grotiano ou Internacionalista.¹²

No Brasil, segundo esse mesmo autor, pouco se tem produzido, com caráter ineditista, acerca da Teoria das Relações Internacionais, encontrando-se os estudos ligados às escolas norte-americanas e britânicas, destacando-se, entretanto, entre nós o importante trabalho desenvolvido por teóricos brasileiros como Odete Maria de Oliveira, Arno Dal Ri Júnior, Gilmar Antonio Bedin, entre outros, cuja produção, não apenas por tratar-se de autores nacionais, mas principalmente pela relevância de sua obra, servirá como fonte ao presente estudo. BEDIN centra os paradigmas das Relações Internacionais nos modelos do Idealismo, Realismo Político, Dependência e Interdependência.^{13, 14}

O paradigma Idealista ou Liberalismo, localizado historicamente no pós Primeira Guerra Mundial, quando o mundo, ainda traumatizado pelas conseqüências do conflito, pretendeu dar um novo caráter às relações internacionais, um caráter de análise científica, teórica, um estudo organizado, metodologicamente limitado,

⁸ KUHN, T. S. *Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução de Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 3. ed., São Paulo: Perspectiva, 1994.

⁹ EVANS, Graham; NEWMAN, Jeffrey. *The Penguin Dictionary of International Relations*, p. 275. in SALDANHA, Eduardo. Teoria das Relações Internacionais. Curitiba: Juruá, 2006, p. 53.

¹⁰ GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes estrategistas das relações internacionais*. in SALDANHA, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 53.

¹¹ BULL, Hedley. *The Anarchical Society: a study of order in world politics*. P. 24. in SALDANHA, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 53.

¹² SALDANHA, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 53.

¹³ BEDIN, Gilmar Antonio et al. Paradigmas das Relações Internacionais. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 11.

¹⁴ RODRIGUES, Gilberto M. A. *O que são relações internacionais*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

buscando entender, produzir e, até mesmo, modificar a realidade internacional¹⁵. Caracteriza-se essa corrente por basear-se em princípios éticos e morais (mundo do dever ser, utópico), que pretendem ver normatizados no âmbito das Relações Internacionais, no anseio de evitar conflitos, integrando as nações em convivência pacífica, altruísta e eqüitativa. O maior feito dessa concepção foi a instituição da Liga das Nações, órgão internacional regulamentador do comportamento dos Estados soberanos, idealizado pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson.

Inspirado em obras clássicas como a Paz Perpétua, de Kant¹⁶, Dois Tratados Sobre o Governo, de John Locke, Do Espírito das Leis, de Montesquieu, e A Riqueza das Nações, de Adam Smith, esse paradigma foi palco propagador das idéias de autores como John Hobson, Norman Algell, Alfred Zimmern e Joseph Schumpeter.

A Segunda Guerra Mundial, com suas mazelas e mudanças no cenário internacional, inclusive o fracasso da Liga das Nações para o objetivo pacificador a que se propunha, sepultou as idéias idealistas, validando as teses realistas como explicação convincente para um mundo dominado por relações de competição e conflito, no qual reina a força bruta em que cada Estado, dando vida ao estado de natureza hobbesiano¹⁷ – da guerra de todos contra todos, na luta pelo poder, defende seus próprios interesses, vencendo sempre, nesse contexto, o mais forte¹⁸, numa total ausência, da parte do Estado e seus governantes, de qualquer preocupação moral ou religiosa, em clara inspiração nas clássicas teorias de Maquiavel¹⁹.

O paradigma Realista, também conhecido por nomenclaturas diversas como Realista, Clássico, da Realpolitik, do realismo político, estatocêntrico ou da política de poder, despontou, na lição de Brailard²⁰, como uma reação ao Idealismo, e teve como expressivos tradutores de sua concepção autores como Eduard H. Carr²¹ e

¹⁵ SALDANHA, Eduardo. Teoria das Relações Internacionais. Curitiba: Juruá, 2006, p. 66.

¹⁶ KANT, Immanuel. *À Paz Perpétua e outros opúsculos*. Lisboa, 70, 1988.

¹⁷ HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

¹⁸ Também fundamentou esse paradigma a obra História da Guerra de Peloponeso, de Tucídides (SALDANHA, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 127).

¹⁹ Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

²⁰ BRAILLARD, Philippe. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990. in SALDANHA, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 53.

²¹ CARR, Eduard Hallet. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: UNB, 1981. in BEDIN, Gilmar Antonio et al. Paradigmas das Relações Internacionais. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 13.

Hans Morgenthau²², Raymond Aron, Kenneth Waltz, Robert Gilpin, Samuel P. Huntington, Arnold Wolfers, George Schwarzenberger, Hennes Thompson e Martin Wight, cujas obras centraram-se no conceito de poder e sua manutenção, além de figuras destacadas no cenário político como Richard Nixon e Henry Kissinger, Dean Acheson e George Kennan, citados por BEDIN²³, SALDANHA²⁴ e CASTRO²⁵.

Os períodos pós Segunda Guerra e da Guerra Fria, e as questões delas derivadas como a corrida armamentista, a tecnologia nuclear e a luta entre as potências recentemente despontadas, foram fortemente marcados pelo referencial teórico realista, fundamentando este paradigma a política externa norte-americana, principalmente nas décadas de cinquenta e sessenta, influenciando seus homens de Estado na adoção de medidas de estruturação do sistema internacional visto como anárquico²⁶, em que o Estado era considerado como único ator relevante nas relações internacionais, capaz de perseguir os fins escolhidos na luta pelo poder, num panorama em que a importância de cada um é medida por sua capacidade militar e sua influência na ordem mundial.

Contudo, nas décadas de sessenta e setenta, o Realismo começou a ser questionado, perdendo força para novos modelos, como o movimento denominado neo-realista, verificado nos anos oitenta. Esse novo paradigma, pontuado pela obra de Kenneth Waltz²⁷, trouxe à baila conceitos como multipolarização e hegemonia, sendo, entretanto criticado por somente ressuscitar com nova roupagem idéias já exauridas, permanecendo seu fundamento gravitando apenas na noção de poder, em detrimento de outras variáveis sociais importantes, e considerando o Estado-nação como único ator relevante nas relações internacionais. Com isso, passou a ser considerada uma teoria estreita e unilateral, porquanto, segundo SALDANHA,

²² MORGENTHAU, Hans. *Política entre las naciones: la lucha por el poder y la paz*. Trad. Heber W. Oliveira. Buenos Aires: Grupo Editorial Latinoamericano, 1986. **in** BEDIN, Gilmar Antonio et al. *Paradigmas das Relações Internacionais*. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 13.

²³ ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Trad. Sergio Bath. 2 ed. Brasília: UNB, 1986. GILPIN, Robert. *War and change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. HUNTINGTON, Samuel P. *Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1987. **in** BEDIN, Gilmar Antonio et al. *Paradigmas das Relações Internacionais*. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 13.

²⁴ SALDANHA, Eduardo. *Teoria das Relações Internacionais*. Curitiba: Juruá, 2006.

²⁵ CASTRO, Marcus Faro de. *Política e Relações Internacionais: Fundamentos Clássicos*. Brasília: Editora UNB, 2005.

²⁶ Anarquia no contexto significa a ausência de uma autoridade política central que governe as unidades soberanas do sistema internacional (SALDANHA, Eduardo. *Op. Cit.* P. 124).

²⁷ WALTZ, Kenneth, *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979. **in** BEDIN, Gilmar Antonio et al. *Paradigmas das Relações Internacionais*. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 13.

entendia o meio internacional a partir da ótica das potências hegemônicas, marginalizando o estudo das diferenças estruturais havidas entre os Estados para focar somente no conflito armado, na segurança e na balança de poder²⁸, impotente, portanto, para explicar a complexidade da sociedade internacional, com sua pluralidade de atores, e as novas tendências mundiais para a cooperação e a construção de uma comunidade institucional mundial.

A partir desses questionamentos, foram ganhando espaço novas discussões críticas pluralistas acerca dos paradigmas existentes, com diferentes linhas de pensamento, mas marcadamente caracterizadas pela negação das linhas de pensamento anteriormente existentes, demonstrando, ainda, preocupação em não retornar ao liberalismo puramente idealista e utópico. Entretanto, não se pode ignorar que as idéias realistas permanecem bastante atuais, explicando ainda hodiernamente vários fenômenos das relações internacionais, até porque, na visão de OLIVEIRA²⁹, suas premissas formam aportes de base para as principais que surgiram. Na seqüência histórica, segundo os autores mencionados, surgiram, no cenário internacional, as Teorias Crítica (ou Estruturalista), Behaviorista e a da Interdependência Complexa, entre outras com menor repercussão.

A Teoria Crítica³⁰ possui inspiração, mas não limitação, no pensamento marxista, na Escola de Frankfurt e nas concepções gramscianas, envolvendo questões conceituais como capitalismo, imperialismo, dependência externa e subdesenvolvimento, demonstrando que, ainda que sejam consideradas as condicionantes realistas, como anarquia, segurança e poderio militar, as relações entre Estados ultrapassam esses estreitos parâmetros, evidenciando a importância da estrutura internacional determinada pelo fenômeno capitalista global. Constitui plataforma desse paradigma, negando as idéias idealistas e realistas de exclusiva manutenção de poder e riqueza, a crença de que a ciência não é neutra, mas sim, normativa e sempre elaborada para alguém e com um objetivo, devendo a teoria servir como promotora da liberdade, com a finalidade de emancipação contra a dominação³¹, comprometendo-se assim com a análise de possibilidades de mudanças e transformações para a construção de propostas emancipadoras

²⁸ SALDANHA, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 215.

²⁹ OLIVEIRA, Odete Maria de (Org). *Relações Internacionais e o dilema de seus paradigmas. Configurações tradicionalistas e pluralistas*. In DAL RI, Arno, Júnior (org.). *Relações Internacionais: Interdependência e a sociedade global*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003, p. 63.

³⁰ SALDANHA, Eduardo. *Idem*, p. 215.

objetivando a criação de uma nova ordem mundial mais justa³², inclusive reconhecendo a necessidade de apreensão de fenômenos dos Estados subdesenvolvidos e em desenvolvimento dos pólos de poder nas relações internacionais, oportunizando o contexto necessário para a criação da CEPAL³³, sendo também palco para as discussões da Teoria da Dependência, objeto central desta pesquisa. Representam as idéias estruturalistas autores como Raul Prebisch, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso, Theotônio dos Santos, Celso Furtado, André Gunder Frank, John Burton, Johan Galtung e Roberto Cox.

As concepções Behavioristas, por sua vez, baseadas em doutrinas filosóficas, biológicas e sociológicas, justificam nesses parâmetros suas análises dos comportamentos, das atitudes e reações dos atores das relações internacionais, entretanto, não lograram suplantar as idéias do realismo e neo-realismo, que, no dizer de OLIVEIRA, “continuaram ainda predominando, sem terem agora o monopólio intelectual dentro da disciplina e ainda tiveram de enfrentar outros desafios, como a interdependência e da globalização da economia mundializada”.³⁴

Despontou, também, desta feita, nos Estados Unidos, uma outra corrente crítica do Realismo: o paradigma da Interdependência complexa³⁵, idealizado pelos teóricos Robert Keohane e Joseph Nye, que defendem a adoção, nas relações internacionais, de regras e procedimentos, desprovidos do uso, direto ou indireto, do poderio militar. Nesse contexto prodigioso de correntes teóricas pluralistas, embaladas pelo debate acerca de acontecimentos como a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã, Bretton Woods, crise do petróleo, entre outros, foram desenvolvidos programas de construção de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e suas suborganizações – Organização Internacional do Trabalho (OIT), UNESCO, FAO, e as agências do sistema Bretton Woods: Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), entre outras, além de propiciar o surgimento de atores não-estatais, como empresas privadas

³¹ SALDANHA, Eduardo. *Op. Cit.*, p 57.

³² GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes estrategistas das relações internacionais*. In: SALDANHA, Eduardo. *Teoria das Relações Internacionais*. Curitiba: Juruá, 2006, p. 57.

³³ CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, órgão das Nações Unidas, criado em 25 de fevereiro de 1948, com sede em Santiago – Chile, localizada no sítio eletrônico www.eclac.cl.

³⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de (Org). *Relações Internacionais e o dilema de seus paradigmas. Configurações tradicionalistas e pluralistas*. In DAL RI, Arno, Júnior (org.). *Relações Internacionais: Interdependência e a sociedade global*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003, p. 75.

³⁵ SALDANHA, Eduardo. *Op. cit.*, p. 215.

transnacionais, igrejas e organizações não-governamentais (ONGs), voltadas à promoção de interação multilateral nos âmbitos econômicos, sociais, técnicos e culturais, criando um ambiente de dependência mútua, cujo controle foge ao poder estatal, figurando, como conseqüência de sua importância no cenário mundial, no papel de novos atores nas relações internacionais, frente à relativização dos conceitos de soberania e Estado nessa nova ordem.

Essa corrente, entretanto, no desenrolar de suas acepções, recebe críticas severas, sendo considerada como o ponto inicial embasador de um novo viés do pensamento neoliberal, de substituição do papel regulador dos Estados (wellfare state) pelos organismos internacionais. A política mundial passou de uma esfera exclusivamente estatocêntrica (entre estados) para outra onde coexistem atores não estatais transnacionalmente articulados (mundo multicêntrico). Nesse sentido a lúcida lição de Hinkelammert, citado por SCHLEE, que sintetizou:

O cerne deste pensamento era a predominância do econômico sobre o político, uma sujeição das estratégias de desenvolvimento e bem-estar social à auto-regulação dos mercados, do que se encarregariam as corporações transnacionais.³⁶

Dessa forma, os Estados, até então soberanos interna e externamente, teriam que conjugar, submeter e adequar sua política interna aos interesses e decisões das instituições internacionais, digam-se, bancos e corporações transnacionais, para quem foi transferido todo o poder regulatório e de organização do capitalismo.

Esse, muito resumidamente, o panorama mundial relativo à Teoria das Relações Internacionais. Teve seu limite, a despeito de demasiado interessante, no introdutório necessário à localização histórico-temporal da Teoria da Dependência, tema proposto neste estudo, que será doravante tratada no contexto de sua criação e desenvolvimento, qual seja a América Latina.

³⁶ HINKELAMMERT, Franz J. *O credo econômico da Comissão Trilateral*. In ASSMAN, Hugo; CHOMSKY, Noam; DOS SANTOS, Theotônio. *A trilateral – nova fase do capitalismo mundial*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 85-86. In SCHLEE, Paula Christine. *Política e globalização econômica: o relacionamento estado-empresas transnacionais*. In CAUBET, Christian G. (org.). *A força e o direito nas relações internacionais – as repolarizações do mundo*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 57.

2.2 PARADIGMA DA DEPENDÊNCIA

2.2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

O estudo das relações internacionais, ao longo do período pós Primeira e Segunda Grande Guerras, quando o mundo atravessava episódios dos mais dramáticos de sua história, passou por diversas formas sistemáticas de apreensão e interpretação de seus acontecimentos, direcionadas por complexas transformações ocorridas na sociedade internacional, desafiando seus estudiosos na busca de paradigmas que interpretem os novos contextos da sociedade global.

Nessa nova realidade moderna, de um novo estágio civilizatório, de superação de crises constantes, era inevitável a reflexão das ciências sociais, surgindo o tema “desenvolvimento”.

Ademais, especificamente no âmbito regionalizado da América Latina, diante das constantes tensões geradas pela insatisfação das ex-colônias, frente à conjuntura internacional desigual, os países capitalistas centrais perceberam a necessidade de demonstrar e convencer os países subdesenvolvidos de que a possibilidade de progresso era acessível a todos. Tornou-se evidente a necessidade de que toda a população deveria ser elevada ao nível dos países desenvolvidos, alcançando o “estágio superior” de organização social.

Na visão crítica aguda de CHOMSKY, havia uma orquestração, por parte de estrategistas do mundo pós-guerra, no sentido de que, para o bem das empresas norte-americanas, seria imprescindível “que as outras sociedades ocidentais se refizessem dos prejuízos da guerra, para que pudessem importar mercadorias manufaturadas dos EUA, e, assim, fornecer oportunidade de investimentos”³⁷. O momento mais radical dessa corrente desenvolvimentista foi alcançado na década de cinqüenta, com a obra de W. W. Rostow,³⁸ estabelecendo também que, contrariamente às idéias marxistas, o início, a “decolagem” do desenvolvimento não dependia apenas de um Estado revolucionário, mas qualquer Estado nacional poderia assumir a ideologia desenvolvimentista, adotando um conjunto de medidas econômicas, sociais e políticas interligadas num contexto internacional.

³⁷ CHOMSKY, Noam. *O que o tio sam realmente quer*. Tradução de Sistílio Testa e Mariuchka Santarrita. Brasília: Editora UNB, 1999, p. 18.

³⁸ ROSTOW, W. W. *Etapas do crescimento econômico*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1961. Apud SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 16.

Posteriormente, mudou sua posição para defender a necessidade de um Estado forte para se alcançar o desenvolvimento, sendo que o modelo Rostowniano ainda prevalece na pesquisas e projetos de desenvolvimento contemporâneos. Não obstante, as críticas de Rostow não deixaram de creditar importância política, histórica, ideológica e científica à obra de Marx, para quem a modernidade pressupunha uma revolução democrático-burguesa.

Para alcançar o desenvolvimento, a versão stalinista do marxismo pregava a necessidade de crescimento econômico industrial, existência de um partido único ou coligação controlada pelo Partido Comunista, reforma agrária, distribuição de renda mais igualitária, incentivo a uma cultura popular que valorizasse o folclore, o trabalho e a construção do socialismo. Essas condições, entretanto, inexisteriam nos países chamados de terceiro mundo, sendo necessária assim, por essa versão, a “revolução burguesa”, antecedente lógico para implantação do regime socialista, este apresentado como solução para os males do capitalismo. Para essa corrente, a concepção de subdesenvolvimento implicava a ausência de desenvolvimento, isto é, um “atraso” em relação às experiências históricas de desenvolvimento.

Na década de sessenta, as teorias desenvolvimentistas perderam força em face da incapacidade do capitalismo de proporcionar desenvolvimento em suas ex-colônias, marcadas por profunda dependência econômica e política da economia internacional, acumulando, ao contrário, a miséria, o analfabetismo e uma desastrosa distribuição de renda, mostrando-se premente a busca de novos rumos teóricos.

Nesse contexto, semelhantemente ao resto do mundo, e impulsionada pelos ventos pluralistas das novas formas de interpretação das relações internacionais, surge, no contexto da América Latina e de outros países subdesenvolvidos, a Teoria da Dependência, tendo como base aportes das idéias estruturalistas e marxistas aplicadas à realidade dos países componentes do chamado Terceiro Mundo. O processo de discussão desse paradigma também sofre forte influência da Teoria do Imperialismo, elaborada por Lênin e Rosa Luxemburgo, entre outros.

Nesse ponto, para delimitar o sentido de imperialismo, pertinente se faz à discussão um aporte do Marxismo a respeito dos paradigmas das Relações Internacionais, dentre elas especificamente a Teoria da Dependência. Marx não é classicamente conhecido como teórico das relações internacionais, como Kant, Hobbes e Maquiavel, por exemplo. Apesar disso, a utilização de suas idéias

como base para a interpretação da realidade internacional tem se mostrado de grande importância, mormente nesse momento histórico, de negação dos conceitos idealistas e realistas, e de convicção de que a construção de uma ordem mais justa e igualitária passa pela reestruturação do sistema internacional capitalista, e, portanto, marcadamente econômico.

A respeito de eventual questionamento acerca da atualidade das teorias marxistas, Howard Sherman, citado por SALDANHA,³⁹ esclarece que a razão dessa constante contemporaneidade está na sua anterioridade e procedência do capitalismo, sendo produto de sua crítica. Assim, enquanto existir capitalismo imperfeito será pertinente a contraposição do marxismo.

No que concerne ao contexto dos acontecimentos das relações internacionais, importa à Teoria Marxista a análise das relações sociais, sob o enfoque em que classes dominantes (entenda-se Estados desenvolvidos) exploram classes dominadas (Estados economicamente subdesenvolvidos, atualmente denominados em desenvolvimento, assim considerados Ásia, América Latina e África, entre outros). Examina, desta forma, essa teoria, os Estados e suas relações como fenômenos históricos, uma superestrutura dependente da estrutura socioeconômica, pressupondo a existência de uma relação imperialista, de exploração desigual dos países desenvolvidos, de centro, para com os segundos, subdesenvolvidos, denominados periféricos.

Nesse sentido, segundo a aguçada visão de SOTELO VALENCIA⁴⁰, investigador do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA), da Universidade do México, revela-se a íntima relação entre o marxismo e a teoria da dependência, apresentada como uma alternativa à teoria marxista-leninista do imperialismo, cuja fundamentação específica se baseia na situação histórica de subcontinente. Desta forma, o sucesso desta teoria significa o desenvolvimento do marxismo como componente essencial de uma teoria latino-americana de libertação.

Nessa relação dominante-dominado tornou-se evidente, na visão de GOLDENSTEIN⁴¹, que o imperialismo central, aliado às velhas elites dominantes internas, tentava impedir o desenvolvimento industrial dos países periféricos, justificando, dessa forma, uma luta antiimperialista na medida em que, rompendo-se

³⁹ SALDANHA, Eduardo. Teoria das Relações Internacionais. Curitiba: Juruá, 2006, p 223.

⁴⁰ VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina: de crisis Y paradigmas. La teoría de la dependência em el siglo XXI*. Ciudad del México: Plaza y Valdez S.A., México, 2005.

os laços coloniais, seriam estabelecidas as condições para a industrialização desses países, transformando-se-os em países capitalistas avançados.

Para romper com essa realidade impositiva, nascem as polêmicas idéias dependentistas da conscientização, verificadas através dos estudos do Paradigma do Desenvolvimento, das reais dificuldades de desenvolvimento brasileiro e dos países subdesenvolvidos em geral, em face da acentuada influência econômica, social, política e cultural estrangeiras.

Contextualizando historicamente esse paradigma, poderíamos retornar ao campo e momento das relações internacionais já mencionados anteriormente, após duas guerras e uma crise econômica de magnitude mundial (1929), ensejando o surgimento de novos paradigmas, de color pluralista, que pudessem evitar o retorno a situações catastróficas com força para abalar novamente a ordem internacional. Acresça-se ainda, nessa perspectiva, o anseio latente da América Latina, apesar de já não ser constituída de colônias, de adquirir efetiva independência política e econômica, inserindo-se no cenário internacional de forma paritária, sem relação de subordinação. SANTOS traduz essa posição da seguinte forma:

Ela [a América Latina] deseja, além de uma independência política real diante das pressões diplomáticas e intervenções políticas e militares diretas da Inglaterra, sobretudo até 1930, e dos Estados Unidos particularmente depois da Segunda Guerra, uma independência econômica que viabilize seus Estados Nacionais, seu desenvolvimento e seu bem-estar⁴².

Sob o impacto depressivo de duas Guerras Mundiais e da crise de 1929, as economias latino-americanas buscavam sua industrialização, como modelo de desenvolvimento, onde os produtos industriais importados das grandes potências seriam substituídos por produtos nacionais. Entretanto, a hegemonia norte-americana pós-Segunda Guerra estabeleceu um parâmetro de integração da economia mundial, onde seu capital expandiu-se para o resto do mundo em busca de investimentos para o setor industrial, inaugurando um novo ciclo econômico com características planetárias, capitaneado pela forte economia norte-americana e seu Estado nacional, “além de um sistema de instituições internacionais e multilaterais

⁴¹ GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a Dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 24.

⁴² SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 15.

estabelecido em Bretton Woods⁴³. Assim, em decorrência da superacumulação de capital e das vantagens comparativas quanto ao emprego da mão-de-obra, realizou-se o deslocamento da produção e do capital do centro para os países subdesenvolvidos, bloqueando, em decorrência, o desenvolvimento das economias nacionais emergentes e superpondo-se aos próprios Estados nacionais, submetidos aos seus interesses.

Para essa finalidade, propagandeou-se terceiro mundo afora através da ONU, a necessidade de criar um sistema de livre comércio mais eqüitativo, como instrumento de melhoria do sistema de distribuição de renda e consumo, e que acentuasse o equilíbrio no comércio internacional entre centro e periferia, proporcionando o desenvolvimento com vistas a inserir os países da América Latina no comércio mundial, melhorando as condições de vida de seus cidadãos. Essa pretensão foi amplamente difundida pelo mundo, através das universidades, centros de pesquisa, organismos internacionais criados no pós-guerra, dentre eles o Fundo Monetário Internacional (FMI); o Banco Mundial (BIRD); e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT);⁴⁴ e pela própria Organização das Nações Unidas (ONU), que foi encarregada de criar as comissões regionais para difundir essas idéias nos diversos continentes, resultando daí também a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL.

Esta instituição, órgão especial da ONU, criada em 1948, por proposta do Chile, e instalada em Santiago, foi concebida inicialmente como um organismo experimental, com prazo de existência de três anos, cujo papel era o de desenvolver estudos que viabilizassem o projeto de industrialização da América Latina, considerado pela ONU como a solução para os países periféricos para atingir o estágio de desenvolvimento pleno, superando o atraso econômico. A CEPAL reuniu em seus quadros economistas de renome, cuja produção iniciou um esboço de modelos de desenvolvimento voltados para as necessidades dos países subdesenvolvidos. Seu papel era o de coletar dados para os estudos mencionados, entretanto, contrariando seus opositores, esta instituição “não só teve vida longa como contribuiu decisivamente para o avanço na compreensão da problemática dos

⁴³ SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 25.

⁴⁴ O GATT foi transformado, em 1995, na Organização Mundial do Comércio-OMC, fórum permanente para negociar regras multilaterais para o comércio internacional.

países periféricos”,⁴⁵ mantendo uma linha de produção diversificada, pluralista, e não apenas econômica, permanecendo até os nossos dias.⁴⁶

VALENCIA⁴⁷ destaca a fundamental contribuição da CEPAL no sentido de unir a teoria à práxis, na melhor tradição marxista do pensamento latino-americano, destacando sua autonomia frente a todas as formas de eurocentrismo, o que forjou uma concepção global da situação latino-americana e um contexto mundial, primeiramente com o teorema centro-periferia e, posteriormente, com a teoria marxista e imperialista da Dependência.

No âmbito das discussões sobre as possibilidades de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, proporcionados pela CEPAL, surgiram várias correntes, com diferentes interpretações, não apenas diversas mas também diametralmente opostas, em seus enfoques teóricos, metodológicos, políticos e analíticos, ocasionando acalorados debates entre seus autores, com contribuições importantes na América Latina, tais como as teses dos economistas estruturalistas, da teoria do comércio internacional, do desenvolvimento do subdesenvolvimento, a teoria Centro-Periferia, e a Teoria da Dependência. Essas idéias desencadearam uma série de discussões e críticas, que levavam ao seu aperfeiçoamento e revisão, culminando com a elaboração da Teoria da Dependência, por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que elaborou um novo exame do desenvolvimento, com destaque para a questão da dependência. Estes estudos foram logo objeto de crítica por Rui Mauro Marini, no México, desencadeando um novo enfoque de discussão: razão dualista (Fernando Henrique e Serra) contra razão dialética (Marini).

1.2.2 TEORIA DA DEPENDÊNCIA - CONCEITO

A teoria da Dependência foi concebida, inicialmente, no dizer de Oliveira:

Como um modelo de interpretação de relações sociais entre grupos, não apenas do poder político e econômico entre Estados-nações soberanos, essa teoria adentra, no seguinte momento, em esfera do sistema caracterizado por estruturas de dominação, onde as relações interestatais são aferidas pelo ângulo da desigualdade dessas relações de

⁴⁵ GOLDENSTEIN, Lída. *Repensando a Dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 26.

⁴⁶ Seu papel e trabalho atuais podem ser consultados no sítio <http://www.eclac.cl/brasil>.

⁴⁷ VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina: de crisis Y paradigmas. La teoría de la dependencia em el siglo XXI*. Ciudad del México: Plaza y Valdez S.A., México, 2005, p.36.

desenvolvimento e subdesenvolvimento, consolidadas nos países hegemônicos ditos de centro e países explorados da periferia⁴⁸.

Para o cientista social mexicano SOTELO VALENCIA, dependência “es la corriente del pensamiento latinoamericano encaminhada a estudiar las raíces del desarrollo del capitalismo, el subdesarrollo y el atraso, para discutir y, em su caso, destacar los mecanismos de superación frente a esas problemáticas”.⁴⁹

O termo dependência por vezes é utilizado por seus estudiosos como sinônimo de imperialismo, para os marxistas, e outras como de subdesenvolvimento, para os não-marxistas, de acordo com a corrente teórica adotada. SANTOS⁵⁰ evidencia que constitui resultado positivo da dependência a sua perspectiva autônoma de análise, partindo do país dependente, porquanto, no dizer de OLIVEIRA, “as teorias clássicas do imperialismo quase sempre partiram do estudo da sociedade dominante e raramente do ponto crucial das sociedades dominadas (Lênin e Rosa Luxemburgo, entre outros)”⁵¹.

A noção de dependência, assim adotada, implica uma situação em que uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra a quem está subordinada, isto é, a condição de subdesenvolvimento estaria conectada estreitamente à expansão dos países centrais. Essa condição, portanto, representaria uma subordinação externa, mas com manifestações internas nos “arranjos” social, político e ideológico. O capitalismo mundializado passou a aplicar novos mecanismos de apropriação do excedente periférico pela via das empresas transnacionais e do sistema financeiro especulativo, aliando-se às burguesias emergentes locais. Entende-se assim por dependência, na lição de Berger, citado por OLIVEIRA:

Uma situação na qual a economia de determinados países é condicionada pelo movimento e pela expansão da economia de outro país, ao qual está subordinado. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, bem como entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência se alguns países (os dominantes) estão em condições de expandir-se ou desenvolver-se continuamente a partir das

⁴⁸ OLIVEIRA, Odete Maria et al. *Paradigmas das Relações Internacionais*. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 135.

⁴⁹ VALENCIA, Adrian Sotelo. *Dependencia y Sistema Mundial: convergencia o divergencia? Contribución al debate sobre la teoría marxista de la dependencia en el siglo XXI*. Disponível no sítio <http://www.redem.buap.mx/adrian.htm>, acessado em 15.08.07.

⁵⁰ SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 13.

⁵¹ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 148.

próprias forças, enquanto que outros (os dominados) só podem realizar-se como reflexo dessa expansão, o que pode ter efeitos positivos ou negativos sobre o desenvolvimento dos últimos⁵².

Identifica-se a dependência a partir do momento em que o processo de desenvolvimento de cada Estado está atrelado às alterações imperativas do contexto internacional, não podendo desenvolver-se separadamente da esfera externa, onde emerge um centro capitalista (países centrais) e uma massa de países periféricos.

O paradigma dependentista pretendeu romper com a adoção das idéias, conceitos e teorias européias e norte-americanas, criticando-as principalmente porque traduziam apenas interesses hegemônicos e não contemplavam a realidade local. Negou, por conseqüência, sua aplicação ao contexto dos países subdesenvolvidos. Nesse ponto, este paradigma já foi considerado como a declaração de independência da sociologia latino-americana.

No plano das relações internacionais, OLIVEIRA⁵³ destaca que este paradigma reconhece como atores internacionais tanto os Estados soberanos, como os de fato, as organizações internacionais e as não-governamentais (ONGs), os movimentos de libertação nacional, os sindicatos, as empresas transnacionais, entre outros, todos exercendo papel de relevância no cenário mundial.

Essa Teoria ressaltou as desigualdades existentes entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, motivando uma tomada de consciência que culminou com farta produção acadêmico-científica de cunho denunciante da dominação dos países ricos, desenvolvidos (do Norte) sobre os pobres, subdesenvolvidos (do Sul), envolvendo intelectuais, diplomatas, tecnocratas, líderes políticos, em que se destacaram nomes como Eduardo Galeano, Mario Benedetti, escritores uruguaios, os irmãos Leonardo e Clovis Boff, Frei Beto, Pedro Casaldáliga, e Gustavo Gutiérrez, mentores da Teologia da Libertação, entre outros. No campo da literatura, ficaram conhecidas as obras de Jorge Sábato, Júlio Cortázar, Mario Vargas Llosa, García Márquez, e outros.

As correntes ideárias dependentistas também foram partilhadas por considerável número de adeptos de variadas ciências, com procedência inicial do

⁵² BERGER, Manfredo. *Educação e Dependência*. Tradução de Manfredo Berger e revisão de Peter Stróhmeier. 2 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 14. In: OLIVEIRA, Odete Maria et al. *Paradigmas das Relações Internacionais*. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 135.

campo econômico, tendo como representantes nessa área, citados por OLIVEIRA⁵⁴, Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Francisco de Oliveira, João Manoel Cardoso de Melo, Maria da Conceição Tavares, entre outros; com a colaboração teórica de cientistas sociais, como Florestan Fernandes, considerado por IANNI⁵⁵ o fundador da sociologia crítica no Brasil, Darcy Ribeiro, Francisco Correa Weffort, Luiz Pereira, Luiz Costa, Antônio Cândido, Aníbal Quijano, Fernando Henrique Cardoso, Rodolfo Stavenhagem, James Petras etc.

VALENCIA⁵⁶ destaca a existência de correntes diferenciadas da Teoria da Dependência, e que sua identificação segue os seguintes critérios: a) os que negam explicitamente a possibilidade de que o capitalismo se desenvolva na periferia, uma vez que esse sistema conduz irremediavelmente ao subdesenvolvimento; b) os que analisam os obstáculos do capitalismo na periferia, optando pela tese do estancamento estrutural; e c) os que aceitam a possibilidade de desenvolvimento capitalista, superando a forma dependente de relação com o capitalismo de centro.

Trataremos, em seguida, das duas principais correntes dependentistas, quais sejam a da obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e a corrente marxista, analisada nas obras de Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e André Gunder Frank, entre outros.

1.2.3 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA NA VISÃO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E ENZO FALETTO

A teoria da dependência, elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, sociólogo brasileiro e historiador chileno respectivamente, nasceu sob a forma inicial de um relatório dirigido para a CEPAL, em 1965, como contribuição ao debate no âmbito do paradigma do Desenvolvimento, e resultou na obra

⁵³ OLIVEIRA, Odete Maria. *Paradigma da Dependência*. In BEDIN, Gilmar Antonio et al. *Paradigmas das Relações Internacionais*. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 142.

⁵⁴ OLIVEIRA, Op.cit., p. 136.

⁵⁵ IANNI, Octavio (Org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 28.

⁵⁶ VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina: de crisis Y paradigmas. La teoría de la dependencia em el siglo XXI*. Ciudad del México: Plaza y Valdez S.A., México, 2005, p.161.

“Dependência e desenvolvimento na América Latina”⁵⁷. Justificava-se a teoria pela insuficiência, na visão de seus autores, dos argumentos apresentados pelas duas correntes dependentistas, reinantes à época na CEPAL, quais sejam: a Cepalina⁵⁸, e a de cunho marxista.⁵⁹ Os autores dessa teoria consideravam as análises dessas correntes como puramente “economicistas”, propondo uma discussão mais complexa, multidisciplinar do tema, com auxílio, além do campo econômico, da política e da sociologia, criando uma nova forma de interpretação.

A obra, antecedendo o enfrentamento da questão da dependência, expõe conceitos como desenvolvimento, subdesenvolvimento, centro e periferia, considerados metodologicamente pré-requisitos para o seu alcance, razão por que serão aqui também tratadas.

1.2.3.1 NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NA TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE CARDOSO E FALETTO

Considerando insuficientes as análises apresentadas pela corrente desenvolvimentista, CARDOSO revela a necessidade de uma interpretação global de desenvolvimento, envolvendo as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política dos países subdesenvolvidos, implicando estas nas alterações do sistema social de dominação e a redefinição das formas de controle e organização da produção e do consumo, e não apenas internamente, mas também em relação aos países desenvolvidos, em momentos históricos específicos e situações estruturais distintas. Assim, para esses autores a solução para o desenvolvimento da América Latina, formada por uma economia pautada pela dependência, estaria em aceitar a penetração do capital estrangeiro, que traria a poupança externa sob a forma de tecnologia industrial ou moeda mundial, superando a escassez nacional de divisas. O crescimento econômico permitiria uma melhoria na renda e nos padrões de vida da população em seu conjunto e as

⁵⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

⁵⁸ Essa corrente era representada por Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto, entre outros, e defendia a necessidade de progresso técnico e industrialização como condição para o desenvolvimento.

desigualdades se reduziriam com políticas sociais impulsionadas por regimes democráticos.

1.2.3.2 NOÇÃO DE SUBDESENVOLVIMENTO

Estabelece, quanto ao subdesenvolvimento, a noção de que são assim consideradas aquelas economias periféricas vinculadas ao mercado mundial, numa relação de dominação, cujo sistema econômico possui as características de predomínio do setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do setor de produção e principalmente predomínio do mercado externo sobre o interno, tendo seu início historicamente vinculado à expansão das economias dos países capitalistas originários. Entretanto, mostra-se insuficiente para estes teóricos a análise simplista de sua estrutura, fazendo-se necessário considerar também a forma em que se constituíram os grupos sociais internos, as estruturas de dominação, maneiras de estratificação, organização e controle sociais em cada situação peculiar dos países subdesenvolvidos e a relação que estes mantêm com os países hegemônicos.⁶⁰

1.2.3.3 CENTRO E PERIFERIA

Para CARDOSO, o esquema “economias centrais – economias periféricas” denuncia, à primeira vista, a noção de desigualdade de posições e funções em uma estrutura global, considerando como sinônimas e complementares dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento e ainda economias autônomas e economias dependentes. Assim, esses termos “destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência”.⁶¹

⁵⁹ Essa corrente era disseminada nas universidades e movimentos políticos e pregava a necessidade de transformação radical da sociedade e sistemas econômicos (socialismo ou nacionalismo) para romper laços de dependência colonial e imperialista.

⁶⁰ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 40.

⁶¹ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 40.

1.2.3.4 DEPENDENCIA E DESENVOLVIMENTO

Concluem os autores, acerca do conceito de dependência, que esta “alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo”.⁶² Na visão desses teóricos, o paradigma da dependência considera as sociedades ambíguas e dualmente assinaladas de um lado pela autonomia política e de outro pela sujeição de seus objetivos econômicos definidos em função e nos limites impostos pelo mercado internacional.

As hipóteses de compreensão e solução propostas, portanto, devem contemplar essa aparente contradição entre uma nação concebida com relativa autonomia (devendo, portanto, considerar a situação interna de poder) e o desenvolvimento como processo logrado ou em andamento vinculados às economias centrais. A discussão, entretanto, não se atém apenas ao ângulo puramente econômico interno, mas desenvolve uma teoria abrangente, envolvendo os conceitos de desenvolvimento e sociedades dependentes, passando, dessa forma, a ter significação, para uma análise integrada do desenvolvimento, as situações globais, sociais e econômicas, que lhe embasam e dão sentido, ressaltando que, especificamente na América Latina, a questão da “situação de dependência” deve ser encarada levando em conta o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional, uma vez que esta supõe formas distintas, peculiares e específicas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos. Portanto, para esses autores, o desenvolvimento não exclui a dependência nem é contraditório a ela, mas ao contrário, está associado a ela.

O sucedâneo dessa análise global encerra a conclusão de que a dependência nas economias periféricas envolve, além do campo econômico, as áreas técnica, política, militar, ideológica e cultural, constituindo, na visão de Benakouche⁶³, um ponto obrigatório de reflexão para todos que desempenham uma

⁶² CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 40.

⁶³ BENAKOUCHE, Rabat. *Acumulação mundial e dependência*. Tradução de Tâmara de Moura Coelho, Petrópolis: Vozes, 1980. In: OLIVEIRA, Odete Maria. *Paradigma da Dependência*. In BEDIN, Gilmar Antonio et al. *Paradigmas das Relações Internacionais*. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 136.

função intelectual, independentemente de sua área, já que praticamente todas são englobadas pela situação de dependência na América Latina.

Objeto de muitas críticas, a teoria da dependência na versão desses autores foi marcada, no dizer de TRESPADINI⁶⁴, por seu comprometimento com o capital internacional, em uma relação de interdependência traduzida por essa autora como subordinação. Digna de crítica nessa corrente também é sua visão do papel da burguesia nacional, que, ao invés de assumir uma condição revolucionária, associou-se aos grupos oligárquicos internacionais para promover o desenvolvimento nacional, delimitando os frutos do progresso alcançado em benefício das elites nacionais.

1.2.4 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A corrente marxista da teoria da dependência difere em vários aspectos da argumentação dependentista apresentada por Cardoso e Faletto, sendo crucial nela o reconhecimento de uma dependência estrutural, de modo que o desenvolvimento só será alcançado com sua completa abolição, o que implica na superação do capitalismo em uma luta antiimperialista.

Fazem parte do grupo marxista da dependência teóricos como Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, André Gunder Frank, Orlando Caputo, Alonso Aguilar e Vânia Bambirra, entre outros. Estes autores negam as idéias de Cardoso e Faletto enquanto teoria, considerando-as apenas como instrumento de compreensão do tipo de desenvolvimento possível para as sociedades periféricas e das contradições do capitalismo nessas sociedades.

Para esses autores, o capitalismo latino-americano já havia vinculado, desde meados dos anos 50, seu dinamismo industrial à empresa multinacional e à ampla penetração do capital estrangeiro. Por sua vez, esse capital não representava uma poupança externa que se integrava às economias latino-americanas, mas antes buscava lucros e excedentes que eram direcionados aos seus centros de acumulação, situados fora da região. O resultado a médio e longo prazo foi a sangria de divisas dos países da região, saldada com a superexploração do trabalho,

⁶⁴ TRESPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1999, p. 22.

criando um poderoso obstáculo à consolidação e aprofundamento do processo democrático. Sustentam, assim, em linhas gerais, que é preciso romper com a dependência para a construção de uma nova economia e sociedade (socialista e democrática), o que não é possível no capitalismo, de natureza privada, sustentado pelo lucro e pela exploração excessiva do trabalho.

O teórico Theotônio dos Santos, em “A Teoria da Dependência – balanço e perspectivas”, realiza uma análise atualizada deste paradigma, num momento em que esta assume novas formas, ante a hegemonia do capital financeiro globalizado. Para este autor, a situação de dependência é verificada quando a economia de certo grupo de países, como reflexo, é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia (dominante), ocorrendo também de países em relação ao comércio mundial, de sorte que a dependência induz a uma condição que mantém esses países sempre atrasados em relação aos dominantes.

Por sua vez, Rui Mauro Marini⁶⁵, outro teórico destacado na Teoria da Dependência, define a noção de dependência como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, cujas relações de produção são modificadas para assegurar a reprodução da dependência, e a superação dessa situação se dá pela supressão das relações de produção que ela envolve. A miséria de uns sustenta a riqueza do outro e a riqueza deste impede o avanço daquele⁶⁶.

André Gunder Frank, considerado um dependentista dos mais radicais da ala marxista, argumenta que não se pode considerar a dependência apenas como uma relação geralmente externa, imposta a todos os latino-americanos contra sua vontade, mas antes e igualmente a dependência é uma condição interna e integral da sociedade latino-americana, consciente e aceita pela burguesia dominante. E, nesse sentido, mostra sua visão de uma saída nacionalista para o desenvolvimento da América Latina.

Para entender a evolução da Teoria da Dependência, e por conseqüência as opções teóricas adotadas, na esteira de SANTOS, é necessário considerar sua enorme difusão e a discussão dialética criativa que se sucedeu nos debates científicos latino-americanos sobre o assunto, revelando forte característica de

⁶⁵ MARINI, Rui Mauro. *Dialectica de la dependência*. México: Era, 1973. Apud VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina: de crisis Y paradigmas. La teoria de la dependência em el siglo XXI*. Ciudad del México: Plaza y Valdez S.A., México, 2005, p.186-7.

integração transdisciplinar. Nessa perspectiva, ressalta que a América Latina produziu autores originais do cepto de um marxista como Mariátegui, na década de 20, além de pensadores sociais como Gilberto Freyre, Josué de Castro, Caio Prado Júnior, Guerreiro Ramos, Raúl Prebisch, Medina Echevarría, Sergio Bagú, Florestan Fernandes e Gino Germani⁶⁷, nas décadas de 30, 40 e 50, todos com propostas metodológicas que refletiam a densidade do pensamento social da época.

Analisando a trajetória histórica do Brasil, na condição de economia periférica, SANTOS destaca que no governo de Juscelino Kubitschek, o país abriu suas portas ao capital internacional, o que garantiu uma expansão de seu parque industrial, entre os anos de 1955 e 1960, produzindo um acirramento das contradições socioeconômicas e ideológicas, quando a burguesia descobriu que tal crescimento tinha um preço: exigia ampla reforma agrária, a criação de um mercado interno e a geração de uma base intelectual, científica e técnica para sustentá-lo, fatos que ameaçavam a sua manutenção no poder. Culminou tal processo com o golpe de Estado de 1964, que “colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e em um ajuste estratégico com o sistema de poder mundial”,⁶⁸ vividos até o momento presente.

Embora registre a sobrevivência de um projeto nacional democrático, sendo comprovado em fatos históricos pontuais,⁶⁹ SANTOS ressalta que este perdeu seu caráter hegemônico, razão por que a reação conservadora vem encontrando caminho sólido para estabelecer-se e manter-se no poder interno. Exemplifica esta situação com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, cuja posição teórica era de aceitação da “irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de

⁶⁶ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. apud VITAGLIANO, Luís Fernando. *A CEPAL no fim do milênio: a resposta aos programas de ajustes neoliberais*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2004, p. 104.

⁶⁷ Freyre praticava sociologia de conteúdo antropológico, ecológico, psicanalítico e histórico. Castro foi inspirador de grande parte do debate mundial acerca da fome e sua geopolítica, sobre o desenvolvimento como movimento planetário e da relação entre ecologia e desenvolvimento. Prado, marxista que desenvolveu obra histórica sobre as raízes da sociedade colonial e o caráter da revolução brasileira. Ramos, existencialista que primeiro escreveu sobre o movimento negro contemporâneo e a luta do Terceiro Mundo. Prebisch economista que transcendia sua visão com implicações sociais e políticas, com o brilho de Echevarría. Bagú revela o caráter capitalista do projeto colonial ibérico. Fernandes impulsionou um projeto filosófico metodológico no campo das ciências sociais contemporâneas. Germani sistematizou o enfoque metodológico das ciências sociais norte-americanas, na criação de um modelo de análise do desenvolvimento como processo de modernização. In SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 31.

⁶⁸ SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 34.

⁶⁹ Exemplifica com a transição da ditadura para a democracia e o movimento “diretas já”.

compatibilizá-lo com a democracia representativa”,⁷⁰ sob o argumento de que os verdadeiros inimigos da democracia não seriam o capital internacional e sua política monopolistas, mas sim o corporativismo e a burguesia, burocrática e conservadora, que limita a capacidade de negociação internacional do país.

Com alguma variação, esta foi a tese centro-direitista que se estabeleceu, na década de 80, em países como o México, Argentina, Peru, Venezuela, Bolívia e Brasil, e que justificou a adesão política ao Consenso de Washington, em 1989, assegurando estabilidade monetária e precário equilíbrio macroeconômico, em troca de manutenção da burguesia dominante no poder com apoio internacional. Esse conjunto de circunstâncias levou a América Latina a um novo patamar de relacionamento, caracterizado por vasta movimentação de capital financeiro, estabilidade monetária preservada, estabilidade fiscal adquirida com a privatização das empresas públicas e o corte de gastos estatais, emissão de bônus de dívida pública, que levam a crescentes déficits públicos, num ambiente político interno de sucessivas reeleições, com apoio internacional, gerando governos que recomendam uma integração comercial das Américas sob o comando norte-americano, traduza-se ALCA. VALENCIA⁷¹ destaca que a modernização promovida pelo Estado através de suas políticas públicas, articuladas pela dinâmica de inversão do capital privado (nacional e estrangeiro), com vistas a superar a condição periférica, na verdade ocasionou a consolidação do capitalismo dependente, transmutando a dicotomia centro-periferia para declarar guerra, na década seguinte, ao novo inimigo: a dependência externa. Registra o autor um período econômico de estancamento e crises, onde adquiriu relevância a fórmula ideológica de modernização, agora sob a batuta do neoliberalismo.

O pagamento dos juros da dívida externa, na década de 80, ocasionou o endividamento interno, a juros altíssimos, restando o Estado prisioneiro do capital financeiro, não havendo espaço para investimentos, mas, ao contrário, uma constante e crescente exigência de cortes, inclusive para a burguesia, suas famílias e a população da classe média. As políticas de bem-estar e a previdência social também sofrem sérias restrições.

⁷⁰ SANTOS. Op.cit., p. 34.

⁷¹ VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina: de crisis Y paradigmas. La teoria de la dependência em el siglo XXI*. Ciudad del México: Plaza y Valdez S.A., México, 2005, p. 63-4.

Este cenário produzido por políticas públicas que supostamente encaminhariam à superação do subdesenvolvimento e da dependência, tiveram o efeito (contrário) de debilitar ainda mais a industrialização nacional, abrindo campo para a adoção das políticas públicas neoliberais de desindustrialização, privatização e abertura ao capital externo, que prevalece ainda hoje, agravando a crise do capitalismo que, frente à profunda dependência estrutural dos países subdesenvolvidos, marcados pelo endividamento (externo ou interno), mostra-se incapaz de converter suas economias internas em verdadeiros sistemas industriais, modernos, integrados, necessários à superação da dependência.

1.2.5 DEPENDÊNCIA E GLOBALIZAÇÃO

A globalização é fenômeno contemporâneo incontestado, polêmico e indefinido, inacabado, a gerar anseio de análise acadêmica, útil à construção da sociedade mundial, da aldeia global que hoje se vive. É o tema que está na ordem do dia, na agenda global, como uma palavra mágica para abrir todas as portas – ou fechá-las, um termo que tanto divide como une - ou divide enquanto une, utilizado para explicar os acontecimentos, não apenas atuais, mas passados e futuros.

Para explicar tantos e tão diferentes aspectos da atualidade, a palavra Globalização recebe e incorpora inúmeras metáforas que procuram espelhar seus sentidos. Ianni destaca algumas delas – aldeia global (Mcluhan)⁷², fábrica global, nave espacial, nova Babel, economia-mundo, sistema-mundo, capitalismo global, desterritorialização, hegemonia global, apenas para citar as mais utilizadas.

Para OLIVEIRA,⁷³ a globalização sempre existiu e não é limitada a apenas uma ou outra natureza ou dimensão, mas está ligada às mais diferentes áreas de interesse do homem (comércio, economia, política, sociedade, religião, etc.).⁷⁴

⁷² Mcluhan, Marshal. A imagem, o som e a fúria, Bernard Rosenberg e David Manning White (orgs.), Cultura de massa, trad. De Otávio Mendes Cajado, Ed. Cultrix, São Paulo, 1973, citado por IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. 13^a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 16.

⁷³ Para ela, globalização são plataformas de avanços e retrocessos, fluxos de continuidade e de descontinuidade. OLIVEIRA, Odete Maria. *Paradigma da Dependência*. In BEDIN, Gilmar Antonio et al. Paradigmas das Relações Internacionais. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 14.

⁷⁴ para melhor investigação acerca das dimensões da Globalização v. VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*, Rio de Janeiro: Record, 1997.

Milton Santos identifica a globalização como evolução do capitalismo, marcada por períodos sucessivos e permanentes de crises estruturais, demarcadas por valores como dinheiro e informação, controle dos espíritos, criando uma associação perversa que conduz à aceleração dos processos hegemônicos, enquanto os demais processos tornam-se hegemônicos. Denuncia ainda a existência de mecanismos ideológicos legitimadores e justificadores do processo de globalização, que a consideram como único caminho possível, denominada de pensamento ou discurso único, com implicações na produção econômica e nas visões da história contemporânea, na cultura de massa e no mercado global⁷⁵. Não há via alternativa.

No atual processo de globalização, onde na concepção de OLIVEIRA, a história entra em movimento mundial, desaparecem as fronteiras entre os clássicos três mundos, e, na interpretação de IANNI⁷⁶, tudo se transforma rapidamente, pondo em causa cartografias geopolíticas, blocos e alianças, polarizações ideológicas e interpretações científicas, surgem novos pólos de poder, e, por consequência, envelhecem e mudam de significado, neste contexto, as noções de colonialismo, imperialismo, dependência e interdependência, passando a exigir novas formulações. A tônica da globalização, entretanto, baseia-se na universalização do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório.

Para explicar o fenômeno da globalização, Otávio Ianni aponta três teorias: a sistêmica, a weberiana e a marxista, além da teoria sistema-mundo, acrescida por Oliveira⁷⁷. Interessa à pesquisa apenas a teoria marxista, que analisa a evolução do capitalismo desde os seus primórdios, destacando não apenas o movimento, a mudança e a transformação social, mas produzindo também a consciência de necessidade de ruptura com o sistema através da revolução. Nesse cenário de confluências e tensões, acomodações e contradições, vai-se redesenhando um mapa do mundo em que despontam várias economias-mundo regionais no âmbito de uma economia-mundo capitalista global,⁷⁸ polarizando

⁷⁵ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. 13ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 37-8.

⁷⁶ IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 12.

⁷⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias Globais – Elementos e estruturas*. Vol. I. Ijuí: Editora Unijuí, 2004, p. 252.

hegemonias e movimentos mundiais em torno do mercado como um todo, tendo sempre como nexos institucionais dominantes o capitalismo.

Entretanto, diante de tantas novas e crescentes transformações, tão distantes e ao mesmo tempo tão perto (hoje, no contexto de globalização, não existem mais distâncias), a ideologia neoliberal, que prega a abertura completa dos mercados nacionais aos mundiais globalizados, sem qualquer intermediação do Estado, tenta passar a ilusão de que, neste contexto, tudo tende a assemelhar-se e harmonizar-se. Segundo os instituidores dessa nova concepção capitalista (digam-se organismos internacionais e empresários transnacionais),⁷⁹ a globalização é a resposta para a crise atual do capitalismo e a panacéia para recuperar os processos de desenvolvimento em todo o mundo, com a benção garantidora da tríade hegemônica: Estados Unidos, União Européia e Japão.

No neoliberalismo busca-se um Estado minimalista, que coloque em primeiro plano o mercado, considerado uma força transformadora mais efetiva. Desta forma, segundo esse paradigma, quanto menores forem as restrições aos mercados, melhor será para a economia nacional, a sociedade e os governos.

Entretanto, principalmente na visão dos teóricos latinoamericanos, não tem sido essa a realidade verificada em especial nos países que não alcançaram total desenvolvimento. VALENCIA⁸⁰, por exemplo, traduz o processo globalizador como uma fase transitória, onde resultam importantes tanto as forças mundiais como as regionais, não implicando necessariamente crescimento geral e solidário, como sustentam os pensadores neoliberais. Ao contrário, qualquer que seja o processo histórico e dialético em andamento, a única certeza é que haverá contradições e polarizações nas formações e estruturas político-sociais, seja no plano nacional, regional ou internacional. Acredita também esse autor constituir a globalização a fase contemporânea do imperialismo, mostrando-se o capitalismo agora repaginado, projetado como um sistema com vocação mundial nos planos econômico, social e político.

Entretanto, como sóe acontecer nos sistemas e paradigmas mundiais ou não, caracterizados por alternâncias de hegemonia e queda, a crise verificada nesse

⁷⁸ IANNI, op. Cit., pág. 39.

⁷⁹ Para uma visão mais profunda do surgimento do neoliberalismo ver HOUTART, François. POLET, François (coords.). *O outro Davos. Mundialização de resistências e de lutas*. São Paulo: Cortez, 2002.

⁸⁰ VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina: de crisis Y paradigmas. La teoría de la dependência em el siglo XXI*. Ciudad del México: Plaza y Valdez S.A., México, 2005, p. 114

novo sistema, a globalização, significa o fim de um período, iniciado na década de oitenta, caracterizado pelo esforço estratégico do Estado neoliberal e do capital mundial em construir uma nova economia para os países dependentes, superando a crise anterior, com o objetivo de prover esses Estados de competitividade para enfim alcançar o desenvolvimento. Entretanto, e nesse ponto reside a crise, embora o padrão neoliberal tenha pregado a superação do subdesenvolvimento e da dependência, o novo ciclo do movimento capitalista realizou movimento contrário, porque tende a desmontar a industrialização e o desenvolvimento tecnológico alcançado após a Segunda Guerra. Assim, na visão crítica desse autor, a globalização neoliberal acentuou, nos países periféricos principalmente, a pobreza, o desemprego, a precarização do trabalho e a exclusão social, com o crescimento da dívida externa, contribuindo para o aumento da polarização mundial das periferias e todas as formas de dependência: comercial, financeira, produtiva, tecnológica e técnico-científica, uma vez que a entrada desses países neste processo é condicionada pelos organismos financeiros e monetários internacionais à realização de políticas públicas de ajustes e austeridade fiscal, gerando um custo social, político e econômico sem precedentes, muitas vezes significando o desmantelamento do Estado para dar lugar à imposição das políticas neoliberais de reprodução capitalista dependente, cuja característica é reforçar as exportações, principalmente de bens industrializados, em detrimento do mercado interno de consumo e trabalho, gerando processos de recessão, desemprego e subemprego. Essa nova dinâmica global do capitalismo aponta para o desgaste do Estado-nação, em uma das formas de sua soberania, a econômica.

Desta forma, a análise de qualquer fato social atual tem que considerar a globalização como fonte produtora ou no mínimo influenciadora em sua geração, inclusive com reflexos cada vez mais sensíveis no Estado nacional e conseqüências sobre sua soberania, sendo esta a grande questão que se apresenta nesse contexto de globalização. IANNI destaca o declínio do papel exercido pelo Estado-nação, em sua soberania, porque passa a ser “obrigado a compartilhar ou aceitar decisões e diretrizes provenientes de centros de poder regionais ou mundiais”.⁸¹

A convivência do poder territorializado do Estado-nação com o crescente poder desterritorializado do capitalismo globalizado, impõe restrições ao

⁸¹ IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 12.

funcionamento e à margem de autonomia do primeiro, mormente no que concerne ao seu papel de agente do desenvolvimento econômico e garantidor da coesão e integração social e nacional. O que, para Vieira⁸², não significa o fim do Estado-nação, entretanto, compromete fundamentalmente sua concepção na forma da ordem de Westfália (territorialidade, soberania, autonomia e legalidade), anunciando uma nova ordem mundial menos estadocêntrica.

VALENCIA pontifica que os Estados, nesse contexto globalizado submetem cada vez mais suas metas e objetivos nacionais dentro dos parâmetros de estruturas globais, principalmente os países em desenvolvimento, tendo seu espaço de manobras políticas reduzidas na mesma proporção, dependendo ainda essas políticas ainda da aprovação das instituições globais supervisoras da economia mundial, diga-se FMI, OMC, Banco Mundial, entre outras.

Esse novo cenário significou, na verdade, a marginalização de considerável parte de Estados, com conseqüente estagnação desenvolvimentista, e em muitos casos até mesmo regressão econômica e social, verificada em muitos países africanos. Algumas exceções foram notadas, caso de alguns países que, ante esse quadro de pressões políticas e econômicas dos países centrais e do mercado internacional, conseguiram auferir maior grau de autonomia, sendo digno de destaque a China, Coréia do Sul e Índia.

Esta globalização, na visão do economista e sociólogo Cristobal Kay⁸³, revela a derrota do projeto socialista e o triunfo do capitalismo. E, ainda que se possa notar alguns êxitos do neoliberalismo, principalmente no que diz respeito a sua capacidade de consolidar-se como força ideológica dominante entre os formuladores de políticas, entretanto, tem se mostrado incapaz de resolver problemas endêmicos como a vulnerabilidade ante as forças externas, exclusão social e pobreza que reinam na América Latina, pelo contrário, agravando alguns deles.

O mundo globalizado denuncia a atualidade da teoria da dependência. Como conseqüência desse novo panorama mundial, com a subsistência da dependência e do subdesenvolvimento nos países periféricos, e a conseqüente e

⁸² VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*, Rio de Janeiro: Record, 1997, pp. 93-97.

⁸³ KAY, Cristóbal. *Estructuralismo y teoría de la dependencia en el periodo neoliberal. Una perspectiva latinoamericana*. Revista Nueva Sociedad, n. 158, Novembro-Dezembro 1998, pp. 100-119. disponível em <www.nuso.org/upload/articulos/2728_1.pdf>, acessado em 20.08.07.

crescente reprodução de atraso econômico e todo tipo de atrocidades daí decorrentes, e que já foram objeto de estudo das ciências sociais no passado, voltam à baila, carentes de reflexão, as idéias dependentistas, apontando para a necessidade de buscar compreender suas possibilidades e limites teóricos, sem desconsiderar a experiência passada, mas sob nova abordagem, em um contexto agora com predomínio de fatores como globalização, crise capitalista de larga duração, imperialismo renovado e hegemônico, processos de regionalização e integração, entre outros.

1.2.6 ATUALIDADE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Acerca da atualidade da teoria da dependência, VALENCIA⁸⁴ sustenta que os paradigmas hodiernos correspondem à superestrutura ideológica, psicológica e cultural da sociedade capitalista e imperialista contemporânea, ainda que por vezes apresentem teses progressistas. Por essa razão, de modo nenhum podem representar uma alternativa libertária para a maioria da população pobre da sociedade. Argumenta que as crises dos anos 60 e 70, e a posterior reestruturação das décadas de 80 e 90, foram originadas do esgotamento do modelo econômico da industrialização em substituição às importações, com a conseqüente queda da taxa de lucro, culminando na necessidade de restaurar o capital na direção da construção de um novo padrão de reprodução, voltado para o exterior, que, em sua lógica, não precisa da intervenção do Estado, sendo conduzido pelo capital internacional, pelos grandes empresários nacionais e os organismos como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OMC, entre outros.

Avança sua análise da atualidade do dependentismo, expressando sua idéia de que hoje se vive a fase mais avançada do sistema capitalista universal – materializada nos postulados do neoliberalismo e da mundialização, sem que, entretanto, tenham sido resolvidas as crises do capitalismo. Ao contrário, verifica-se o aumento de sua intensidade e amplitude nas sociedades latino-americanas, em um sistema de abertura externa, privatização e necessidade de reprodução do capital global.

⁸⁴ VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina: de crisis Y paradigmas. La teoria de la dependência em el siglo XXI*. Ciudad del México: Plaza y Valdez S.A., México, 2005, p. 21.

Nesse cenário, fica evidente a necessidade de enfrentamento de novas questões sob o pálio da teoria da dependência. Em relação à capacidade ideária crítica na América Latina, observa este autor que as ciências sociais, inclusas a filosofia, antropologia, sociologia, economia e ciência política, foram desarticuladas, nas décadas de 80 e 90, pela ação corrosiva do neoliberalismo nos centros culturais e intelectuais latinoamericanos (universidades, centros e institutos de difusão e investigação das ciências sociais e humanas), destacando a influência de alguns acontecimentos como a crise estrutural do capitalismo, perda da eficácia política e desgaste das ditaduras militares, processo de democratização formal do poder político sob a égide das democracias governáveis tuteladas pelos Estados Unidos, queda do muro de Berlim, desintegração da União Soviética, pós Guerra Fria, implementação do Consenso de Washington e a “década perdida”, cenário que estimulou a invasão das idéias neoliberais.

Essa desarticulação do pensamento crítico latinoamericano pode ser constatada, segundo VALENCIA, na maneira como as escolas ensinam massivamente as teorias neoclássicas e funcionalistas, restringindo as experiências sociais a simples modelos matemáticos, não-históricos, sem qualquer conotação com a realidade dos nossos povos e países, de forma que, em meio a tantas crises sociais decorrentes da pobreza da população, do desemprego, da exploração do trabalhador, as escolas difundem o equilíbrio perfeito da macroeconomia neoclássica e a modernização da sociedade através de inexistentes programas de integração social.

Soma-se a isso o fato de que a bibliografia crítica só é encontrada, na maior parte das vezes, em língua inglesa, padrão de linguagem considerado universal, de autores norte-americanos e europeus, registrando a existência de poucos autores latinoamericanos, que, quando críticos, são ignorados em suas cátedras. Acerca da hegemonia atual da globalização, OLIVEIRA é taxativa: “não tem havido quase nenhuma resistência”.⁸⁵

Interessante e estimulante à reflexão a análise dos conceitos dependentistas agora substituídos por termos neoliberais:

⁸⁵ OLIVEIRA, Odete Maria. *Paradigma da Dependência*. In BEDIN, Gilmar Antonio et al. *Paradigmas das Relações Internacionais*. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 177.

Conceptos como democracia ahora sustituye al de revolución; movimientos y sujetos sociales sustituyen a los de clase y lucha de clases; la tercera vía, importada de Europa, viene a sustituir a la necesidad que tienen los pueblos y clases sociales de construir sistemas alternativos de vida, trabajo y existência de naturaleza radicalmente diferente a la del sistema capitalista en tanto modo de producción; el concepto de Estado queda sustituido por el concepto metafísico de sector público y el imperialismo por el ambiguo de globalización o imperio, este último, por ejemplo, en la posmoderna y neoconservadora versión de Negri y Hardt⁸⁶.

Nesse desenho contextual, o neoliberalismo constituiu-se na ideologia dominante, que, em benefício do projeto mundial de expansão do capitalismo, ressuscita e faz passar por modernas as velhas e ultrapassadas idéias da economia política clássica. Esse paradigma considera intolerável qualquer intervenção no sistema econômico e social, cuja marcha só deve ser ditada pelas forças do mercado mundial, de forma que a participação da sociedade, dos sindicatos, partidos políticos e até mesmo do Estado, atropela o andamento dos negócios. Este conceito afiançou a ideologia da globalização e do pensamento único, os quais postulam a ineficácia do marxismo e seus conseqüências para a análise da realidade atual.

Desta forma, o neoliberalismo é o novo paradigma utilizado para justificar as ações dos países centrais capitalistas, conceituado por GONÇALVES como:

revitalización de la ideología centrada en una mayor libertad para las fuerzas del mercado, menor intervención estatal, desreglamentación, privatización del patrimonio público, preferencia por la propiedad privada, apertura al exterior, énfasis en la competitividad internacional y menor compromiso con la protección social⁸⁷.

A despeito desse cenário aparentemente estabilizado, ainda que a teoria da dependência tenha sido excluída e marginalizada como alternativa à interpretação da realidade latino-americana, sua atualidade tem sido defendida cada vez mais, como ressalta SANTOS, a “literatura sobre a teoria da dependência cresce a cada

⁸⁶ VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina: de crisis Y paradigmas. La teoría de la dependência em el siglo XXI*. Ciudad del México: Plaza y Valdez S.A., México, 2005, p. 115.

⁸⁷ GONÇALVES, Reinaldo. *O vagão descarrilhado. O Brasil e o futuro da economia global*, Rio de Janeiro, Editora Record, 2002. Apud VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina: de crisis Y paradigmas. La teoría de la dependência em el siglo XXI*. Ciudad del México: Plaza y Valdez S.A., México, 2005, p. 26.

ano em todas as partes do mundo, mesmo que vários autores tenham decretado seu falecimento”.⁸⁸

Em entrevista concedida em julho de 2003, este autor aponta alguns elementos que demonstram a atualidade das idéias dependentistas. Ressalta que esse paradigma concebe a América Latina no contexto da expansão capitalista mundial, destacando a independência de seus fundamentos frente às tendências eurocêntricas e norte-americanas, que se inclinam a desagregar toda forma de pensamento crítico e autônomo em relação à corrente hegemônica. Por derradeiro, afirma que a teoria da dependência uniu as ciências sociais, agindo cooperativamente nos campos político e social, em contraposição à tendência reducionista das ciências inspiradas no neoliberalismo, que utilizam recurso que delimita o objeto de estudo, produzindo conhecimento que nubla, obscurece a realidade social, no dizer de Marx “oculta o bosque para contemplar a árvore”. Para este autor, a solução, a saída para a América Latina está na dialética, no debate, na confrontação dos argumentos, dos interesses e das estratégias e táticas, que encontram espaço na teoria da dependência, por mais que encontrem resistência em governos conservadores, que pretendem a manutenção da dependência, da concentração de renda, da contenção do crescimento e do pleno emprego, da exclusão social e todos os desdobramentos perversos inerentes a este quadro, finalizando com um rasgo de otimismo: “Tem de existir um caminho virtuoso para nossos povos e o exercício da democracia os ajudará a encontrá-lo e colocá-lo em prática”.⁸⁹

Assim, diante da revitalização de velhas correntes com novas roupagens, a teoria da dependência mostra-se atual, sendo seu papel desenvolver a crítica do sistema neoliberalista vigente.

Entretanto, na análise de OLIVEIRA, a teoria da dependência, para o cumprimento de seu papel frente à realidade internacional marcada pela globalização, necessita de um profundo aperfeiçoamento de seu arcabouço teórico-instrumental, com a inclusão de abordagens interdisciplinares amplas. Destaca também a importância da forma alternativa apresentada no modelo de integração

⁸⁸ SANTOS, Theotônio dos. *Os fundamentos teóricos do governo Fernando Henrique Cardoso*. Texto para discussão – 10. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, 1996. Mimeo. Apud OLIVEIRA, Odete Maria. *Paradigma da Dependência*. In BEDIN, Gilmar Antonio et al. *Paradigmas das Relações Internacionais*. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 188.

dos países em blocos regionais, afirmando que, “nesse sentido, o dependentismo constitui um passo à frente, aprofundando seu campo de influência e importância paradigmática à interpretação da complexidade das relações internacionais junto à nova ordem mundial globalizada e ao caminhar do novo milênio”⁸⁹.

O ponto fundamental para demonstrar a atualidade do paradigma da dependência, para essa autora, está em articular a compreensão da realidade global e contraditória da América Latina no contexto da mundialização do capital, buscando reencontrar as vias idôneas que rompam e superem as estruturas da dependência histórica que liga os países pobres à lógica da acumulação e reprodução do imperialismo nesse sistema mundial, através de projetos políticos e culturais que possam superar e transcender o modo de produção capitalista.

Reinava a idéia de que os problemas da América Latina eram causados pelo excesso de intervenção estatal, e que assim que fosse resolvido, haveria crédito internacional, investimento e desenvolvimento. Por essa razão, regidas pelas instituições internacionais, sob a cartilha neoliberal, foram implementadas reformas, adequando-se a lógica liberalizante ao jogo político e de poder de cada nação, cada uma com características particulares. Este fato, aliás, reforça a propriedade da Teoria da Dependência, que destaca a inserção diferenciada de cada país na economia global, tendo como determinante não a história econômica, mas o arranjo interno de interesses.⁹¹

1.2.7 DEPENDÊNCIA E REGIONALISMO

É necessário registrar, também porque pertinente ao objetivo desta pesquisa, uma terceira vertente originada das discussões dependentistas: a Teoria da Autonomia ou Autonomia Periférica. Concebida como forma de reação e superação ao realismo e ao dependentismo, esse pensamento teórico foi defendido

⁸⁹ SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 158.

⁹⁰ OLIVEIRA, Odete Maria. *Paradigma da Dependência*. In BEDIN, Gilmar Antonio et al. *Paradigmas das Relações Internacionais*. 2. ed. Revisada. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 200.

⁹¹ VITAGLIANO, Luis Fernando. *A CEPAL no fim do milênio. A resposta aos programas de ajustes neoliberais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Ciência Política. Campinas: SP, 2004.

na América Latina por Juan Carlos Puig,⁹² da Argentina, e Hélio Jaguaribe, do Brasil. Para aquele autor, autonomia é a capacidade da nação para optar, decidir trabalhar por si mesma ou a máxima capacidade de decisão própria que se pode obter, tendo em conta os condicionamentos objetivos do mundo real (PUIG, 1969).

O objetivo apregoado pela Teoria era a superação da dependência, entretanto, por outro lado, também reconhecia que, de forma isolada, essa superação era pouco viável, defendendo que somente através da integração com outros países, igualmente dependentes e, também, com objetivos autonômicos, seria possível atingir um estágio de autonomia mais elevado com relação às sociedades industrializadas.

Essa concepção fundamentou o incentivo à formação de blocos regionais para fortalecimento dos países periféricos no cenário mundial, evoluindo para a Teoria da Interdependência, também conhecida como paradigma do transnacionalismo e da sociedade global, assim justificada por BARNABÉ⁹³:

Com o advento da globalização as relações internacionais passam a ser caracterizadas por uma série de ações entre atores transnacionais que se colocam acima da capacidade decisória do Estado-nação, enfraquecendo tal instituição. Assim, os teóricos da interdependência afirmam que os Estados não são os únicos atores relevantes no cenário político mundial e buscam mostrar como outros atores (bancos, ONGs, conglomerados empresariais, organizações mundiais, etc.) atuam, juntamente com os Estados, influenciando os caminhos da política doméstica e internacional.

SANTOS afirma que a “separação do mundo em blocos regionais parece ser a forma intermediária que o processo de globalização vem assumindo para resistir ao livre movimento dos capitais financeiros ou das empresas transnacionais globais”⁹⁴, o que, segundo sua análise, também se enquadra nas previsões da teoria da dependência, enfocando a necessidade dos próprios EUA se aproximarem

⁹² PUIG, Juan Carlos. *Doctrinas Internacionales y Autonomía Latinoamericana*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1980, in RUSSEL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. *De la autonomía antagonica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el cono sur*. Revista Perfiles Latinoamericanos, diciembre, año/vol. 10, número 021, 2002, disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/115/11502109.pdf>>, acessado em 10/12/06.

⁹³ BARNABÉ, Israel Roberto. *O Mercosul e a Integração Regional*. Tese de doutorado em Ciências Sociais pela USP. Campinas: (s.n.), 2003. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/list.php?tid=7>>, acessada em 08.12.06.

⁹⁴ SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 41-2.

dos outros países do continente, concluindo que, pela experiência do Mercosul, esta integração se mostra mais fácil entre mercados de níveis semelhantes.

A idéia de cooperação alicerça os processos de integração regionais, apontando para sua urgência e necessidade, sem descurar o caráter conflituoso do cenário externo, geralmente presente nas relações internacionais, até porque, conforme salienta Sato⁹⁵, quando existe harmonia, não há razão para a cooperação [...] que surge quando existem objetivos conflitantes e/ou quando objetivos considerados importantes não podem ser obtidos a não ser pelo esforço conjunto.

Nesse cenário de reconhecimento de necessidade e urgência de cooperação, surge o regionalismo, como mais uma alternativa teórica de emancipação dos países periféricos pela formação de blocos regionais, a exemplo, aliás, também dos países centrais, que formaram a União Européia.

Essa idéia, segundo VITAGLIANO, serve ao neoliberalismo, que, inspirado na experiência européia, apresentou a proposta de integração internacional gradativa e regionalizada, que tornasse prioridade o comércio regional no mundo de abertura econômica, sendo que o comércio internacional seria um complemento da integração dos blocos regionalizados. Assim, a América Latina ampliaria sua integração econômica de modo coletivo, buscando as vantagens de um mercado regional aumentado, com mais força regional.

A idéia, entretanto, para este autor, não tem qualquer caráter protecionista, visando tão-somente a abertura do mercado latinoamericano de forma organizada, para o mercado internacional, mostrando-se vantajoso apenas no tocante ao aproveitamento das afinidades culturais e proximidade geográfica. A integração regional é tese atualmente defendida pela CEPAL, ao argumento de que poderiam ser estimuladas ações conjuntas com economia para os países latinoamericanos. Entretanto, critica a inexistência de estudos do impacto social, de abertura de empregos, de investimento estatal necessários à implementação dessas medidas, concluindo que a integração regional seria apenas um apoio, um processo complementar e uma forma mais organizada de inserção na economia globalizada. Provavelmente isso faria com que o impacto das transformações fosse amenizado.⁹⁶

⁹⁵ SATO, E. *O Estado como ator nas Relações Internacionais: no mundo da globalização, uma velha discussão*, 1998, apud BARNABÉ, op. Cit, p. 72.

⁹⁶ VITAGLIANO, Luis Fernando. *A CEPAL no fim do milênio. A resposta aos programas de ajustes neoliberais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Ciência Política. Campinas: SP, 2004.

IANNI⁹⁷ analisa essa questão, concluindo que a regionalização é ao mesmo tempo uma necessidade da própria globalização e um movimento de integração de estados-nações, com a finalidade de preservação de interesses nacionais, ratificando a possibilidade dessa combinação, embora prevaleçam nessa relação os interesses das forças econômicas mundiais.

⁹⁷ IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 16.

3 A QUESTÃO DA ANEXAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACRE AO BRASIL

3.1 BRASIL E BOLÍVIA – UM HISTÓRICO DE CONFLITOS

Em fevereiro de 2007, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que: “acordos entre os países devem ser generosos e que não se deve disputar espaços com os países irmãos”⁹⁸, referindo-se à relação Brasil-Bolívia. No mesmo momento, o presidente boliviano, Evo Morales declarava que não faltaria gás ao Brasil e que o seu país cumpriria todos os contratos firmados, a despeito da nacionalização das reservas carboníferas localizadas na Bolívia e da desapropriação das refinarias da Petrobrás. A troca de declarações amistosas e respeitosas embora sugira bom relacionamento entre Brasil e Bolívia é, na verdade, apenas um momento de aparente trégua numa relação entremeada por crises e marcada por um conflito armado e tomada de território.

Brasil e Bolívia, na verdade, herdaram as diferenças oriundas de seus colonizadores europeus. Portugal e Espanha adotaram posições distintas quanto à exploração de suas colônias na América. A Espanha sempre demonstrou maior interesse pela Bacia do Prata, em detrimento da região amazônica, principalmente pela dificuldade de acesso apresentada pela presença do bloco da Cordilheira dos Andes. Já Portugal, por sua vez, na ânsia de aumentar seu domínio imperial, avançou a linha demarcatória com o território das colônias espanholas, penetrando cada vez mais o interior do continente, aumentando continuamente o tamanho do Brasil, através das expedições denominadas Entradas e Bandeiras, até ocupar a região, quando fundaram, em 1616, o Forte do Presépio (atual Belém, capital do Estado do Pará), considerada à época paraíso dos contrabandistas⁹⁹, explorando oficialmente a economia local lançada na coleta das drogas dos sertões¹⁰⁰ (cravo-do-maranhão, canela, castanha-do-pará, cacau, urucum, salsaparrilha, tabaco silvestre, essências para perfumes, resinas, plantas medicinais, entre outros) para comercializá-las na Europa.

⁹⁸ Morales garante que não faltará gás ao Brasil, notícia veiculada o portal latinoamericano da agência Ansa, em 15.02.07. Disponível em <http://www.ansa.it/ansalatinabr/notizie/notiziari/bolivia/20070215142534203899.html>. Acesso em 13.10.2007.

⁹⁹ COSTA, Luís Cesar Amad & MELLO, Leonel Itaussu. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1999, p. 75.

¹⁰⁰ SOUZA, Carlos Alberto A. de. *História do Acre. Novos temas nova abordagem*. Rio Branco: Editor o Autor. 2002, p. 149.

O Tratado de Tordesilhas, assinado em sete de junho de 1494, colocou termo, ainda que temporariamente, à questão das fronteiras entre Portugal e Espanha, dividindo as terras descobertas e a descobrir, por uma linha estabelecida 370 léguas da Ilha de Cabo Verde, pertencendo a parte oeste, onde estava situada a região acreana, à Espanha e a parte leste a Portugal. Entretanto, não havia à época processo de cálculo eficiente. Não se sabia ao certo a partir de qual das ilhas de Cabo Verde passaria a ser contada a medida estabelecida pelo tratado. Por estes motivos, e também irrisignados com o sucesso dos lusitanos em suas descobertas, os espanhóis contestavam continuamente as delimitações entre suas colônias provocando constantes manifestações da Santa Sé a respeito das fronteiras luso-espanholas, principalmente na América.

Atendendo a essas reclamações e sendo ineficaz o Tratado de Tordesilhas, Portugal e Espanha entabularam o Tratado de Madri, “que intentava fixar na Sul-América as fronteiras das soberanias hispânica e lusa”¹⁰¹. Esse tratado foi assinado em 13 de janeiro de 1750, e por ele os espanhóis esperavam barrar o avanço dos portugueses, que, por sua vez, obtiveram a aquisição das terras já ocupadas na Amazônia. Consolidava com o Tratado de Madri o pelo princípio do *uti possidetis, uti possideatis*¹⁰².

O segundo tratado não foi suficiente para consolidar as pretensões das então potências mundiais, gerando diversos conflitos diplomáticos entre elas. Novo acordo foi assinalado entre Portugal e Espanha, em 1761, denominado Tratado de Prado ou de El Pardo. Dentre os principais enunciados estava a anulação das disposições do Tratado de Madri. As terras dantes ocupadas por Portugal e consolidadas pela posse, retornaram ao domínio espanhol. Para TOCANTINS “Voltava-se a limites indefinidos”.¹⁰³

À indefinição de limites em relação às colônias somou-se a guerra entre os dois reinos, transportando também para a América do Sul o conflito. Após essa questão, foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Este novo acordo ripristinava o tratado de Madri, revogava Tordesilhas e El Pardo e, uma vez mais,

¹⁰¹ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 61.

¹⁰² Como possuís, continuais possuindo. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Barão de Rothschild e a questão do Acre*. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 43, n. 02, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, MCT, CNPq e Finep, 2000, p. 164.

¹⁰³ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 93.

estabelecia que as terras amazônicas ocupadas pelos Portugueses pertenciam a Portugal. O Tratado fixava limites através de acidentes geográficos, mais especificamente os rios:

Baixará a linha pelas águas desses dois rios: Guaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira, até a paragem situada em igual distância do Rio Marañon ou Amazonas e da boca do dito Mamoré; e deste, àquela paragem continuará por uma linha leste-oeste até encontrar a margem oriental do Rio Javari, que entre no Marañon pela margem austral.¹⁰⁴.

Esclarecendo a complexa linguagem da época, SOUZA a interpreta dizendo que a “linha demarcatória para estabelecer as fronteiras entre Espanha e Portugal seria pelos rios Guaporé e Mamoré indo até o ponto médio do rio Madeira. Do ponto médio do rio Madeira correria uma linha de leste a oeste indo de encontro à margem oriental do rio Javari. Isto significava que a região do Acre e de parte do que é hoje o Estado do Amazonas e de Rondônia pertenciam à Espanha”.¹⁰⁵

Este embate permanente entre esses povos ibéricos criou o gérmen da discórdia herdado por Brasil e Bolívia¹⁰⁶, que, nos albores do Século XX, continuavam debatendo a questão fronteira de seus territórios. Assim, as fronteiras entre os dois países sempre foi objeto de discussão, e, apesar dos diversos tratados assinados, não havia delimitação precisa dos limites do território de cada um, principalmente por causa da ignorância de ambos os lados da real geografia da região. “A geografia sul-americana foi menos regida por acordos, do que por confusos mapas”, afirma BARROS¹⁰⁷. Destacando a profunda confusão de fronteiras. TOCANTINS esclarece que após esse longo período de indefinição

Nada mais houve entre Portugal e Espanha relativo à limitação de sua soberania. Essa herança, indefinida pelas circunstâncias políticas do velho continente, mas definida histórica e socialmente pelo estatuto primacial de 1750 (Madri), receberam os países que as duas nações erigiram neste hemisfério. Estava exatamente delimitado no espaço geográfico o drama histórico do Acre: do Madeira ao Javari.¹⁰⁸.

¹⁰⁴ SOUZA, Carlos Alberto A. de. *História do Acre. Novos temas nova abordagem*. Rio Branco: Editor o Autor. 2002, p. 149.

¹⁰⁵ SOUZA. *Op.cit.*, p. 149.

¹⁰⁶ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 71.

¹⁰⁷ BARROS, Glimes Rego. *Nos confins do extremo oeste. O alvorecer do poente acreano*. Vol. II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993, p. 13.

¹⁰⁸ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 98.

Desta forma foi delimitada a herança recebida dos colonizadores: uma indefinição de fronteiras a ser resolvida pelas ex-colônias, dentre tantas outras questões passivas de solução.

3.2 BREVE NOÇÃO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA BOLIVIANA

Considerar as diferentes formas em que se organizaram o Brasil e a Bolívia, permite a compreensão das relações políticas estabelecidas pelos dois países, ao verificar a capacidade de decisão em política externa que cada um detinha. Em contraste com o Brasil, a Bolívia se organizou politicamente em um espaço que era muito diferente do restante das repúblicas andinas voltadas para o Pacífico.

Entranhada na Cordilheira dos Andes, situada num espaço em que confluíam várias possibilidades de comunicação para o exterior, todas elas dificultadas pelas convergências e conflitos de interesses entre as nações (Brasil, Peru¹⁰⁹, Chile)., Essa situação específica, no centro da América do Sul, longe de trazer benefícios, acarretou à Bolívia diversas conseqüências prejudiciais o que leva grande parte de seus historiadores a tratá-las como fatalidades¹¹⁰, determinou uma posição ambígua e complexa durante o processo de conformação de suas vias de comunicação. TOCANTINS pontifica que “a existência da Bolívia envolve-se nesses fatores geofísicos, e sempre sua política girou em torno deles”.¹¹¹ Ao que parece, foram exatamente os fatores geofísicos e a confluência de várias possibilidades de ligações com o exterior e de ligação entre dois oceanos que fizeram do território boliviano algo por demais atraente, razão pela qual a visão de fatalidade seja adequada à descrição dos historiadores bolivianos.

Última colônia espanhola sul-americana a conseguir libertar-se do jugo espanhol, a Bolívia teve proclamada sua independência em agosto de 1825, três anos depois do Brasil, estabelecendo-se como República. A independência boliviana foi decidida em lutas comandadas por Simão Bolívar contra os espanhóis. A emancipação boliviana, dentro do projeto de liberação do antigo Vice-Reinado do

¹⁰⁹ O conflito de fronteiras entre Peru e Bolívia é tratado na obra de Euclides da Cunha, *Peru versus Bolívia*, disponível no sítio <virtualbooksonline.com.br>, acessado em 20.07.07.

¹¹⁰ Moreira, Miguel Mercado. *História Internacional da Bolívia*. La Paz, 1930. *apud* TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 146.

¹¹¹ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 146.

Peru, consolida um processo de perda da hegemonia da Espanha em relação às suas colônias.

Não obstante, a libertação do domínio espanhol não criou na Bolívia situação favorável para a consolidação de liberdades, tampouco consolidou um sentimento nacional a unificar seu povo. O sistema de governo que se instalou logo depois da retirada das tropas bolivarianas, foi controlado por caudilhos militares, sistema que se prolongou até a segunda metade do século XIX.

A partir dos idos de 1850, com o desenvolvimento da economia boliviana, proporcionada pela larga exploração de prata, seus governantes constataram a necessidade premente de procurar desvencilhá-la do seu isolamento externo, buscando uma saída ao mar, através das vias fluviais internas. Nesse intuito, a abertura do porto de Cobija, entre os territórios chilenos e peruanos do Pacífico, permitiu que a região sul do país fosse abastecida, a partir do exterior. Depois de algum tempo, por volta dos anos 1870, dita mineração já estava controlada pelo capital estrangeiro, tendo a Bolívia se tornado um dos maiores produtores de prata do mundo.

Apesar disso, essa condição não foi suficiente para alavancar o desenvolvimento da economia boliviana que, segundo XAVIER, sofria de um duplo estrangulamento, a uma porque se baseava exclusivamente na mineração da prata e, a duas, por sua situação de isolamento interno e externo, ante a inexistência de um eficiente sistema de vias de comunicação. Nesse contexto foi que sua classe política determinou o aproveitamento das possibilidades de riqueza e desenvolvimento proporcionados por suas terras ainda não ocupadas:

A pequena elite que pensava a Bolívia, nesse momento, tinha um mesmo ponto de partida: a constatação da condição de pobreza e prostração do país, frente à enormes possibilidades de crescimento e progresso contidos na diversidade geográfica do território nacional¹¹².

Nesse sentido, foi-se delineando os pressupostos de uma política de fronteiras, a partir das mesmas noções de “espaços vazios”, incultos, incivilizados, selvagens, como áreas que precisavam ser alcançadas pelo progresso e pela civilização. Dessa forma, as relações bilaterais, iniciadas no contexto da afirmação dos novos Estados, ganharam maior densidade a partir da segunda metade do

¹¹² XAVIER, Lídia de Oliveira. *Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração*. Tese de doutorado em história, UNB, 2006, p. 175.

século XIX e foram permeadas pelas condições políticas do contorno regional sul americano e, também, pela diferença de inserção de cada país no contexto internacional, com características distintas.

A Bolívia teve que conviver com problemas que caracterizavam as antigas áreas coloniais portuguesas e espanholas. Entre eles, a baixa ocupação demográfica em diferentes áreas que seriam reivindicadas como territórios “herdados” do período colonial, situação criada pela falta de demarcação de limites. Todos os novos países consideravam fundamentais os territórios como base para o exercício do poder. Em torno das divergências causadas pela posse territorial surgiram problemas de desconfianças mútuas, criando a idéia do possível domínio político e econômico de alguns países sobre outros.

Como zona nodal, limitada por cinco Estados em formação –Confederação Argentina, Paraguai, Brasil, Chile e Peru – a Bolívia estava sujeita a toda sorte de pressões e não podia isolar-se. Pelo contrário, o eixo de sua política era a busca de uma saída marítima para conectar-se com as rotas internacionais de comércio. Para o Brasil, a posição geográfica e política boliviana era importante, por ligar as bacias do Prata e do Amazonas. Parte do território da Bolívia tornava-se, assim, objeto de cobiça de antigas colônias espanholas e também do Brasil, gerando, disputas internacionais, envolvendo-a em choques armados com os Estados vizinhos. A Bolívia perdeu parte de seu território na maioria dos conflitos.

O país travou diferente frentes de batalhas. De um lado, lutava para preservar a região de acesso ao oceano Pacífico, sobre a qual o Chile avançava e terminaria por conquistar em 1879. De outro, procurava abrir rotas de navegação para o oceano Atlântico, através do Paraguai, até o rio da Prata, e do Madeira-Mamoré, pela bacia do Amazonas. Defrontava-se contudo e, principalmente, com os obstáculos que o Império do Brasil lhe criava, a fim de impedir que, sob o escudo da Bolívia, outras nações estrangeiras se introduzissem em suas possessões, ainda como herança da divergência e beligerância entre Espanha e Portugal, que arraigava sentimentos xenófobos e medo.

Os historiadores bolivianos tratam deste episódio das relações internacionais entre Bolívia e seus prejudiciais vizinhos com a amargura de quem

perdeu não apenas território¹¹³, mas também possibilidades de desenvolvimento. RIBERA assim expressa:

Bolívia que nació a la vida independiente com más de 3 millones de kilómetros cuadrados de superficie territorial, cuenta em la actualidad com sólo 1 millón y fraccion de kilómetros cuadrados¹¹⁴.

Este mesmo autor consigna as múltiplas causas de tais perdas territoriais, ocasionadas pela dificuldade de ocupação das terras pela Bolívia, apontando entre elas a negligência de seus governantes, falta de interesse das forças armadas pelas fronteiras, mais preocupadas em golpes políticos, e a falta de atração dessas terras para os habitantes das zonas mais povoadas das regiões altas da Bolívia, sendo que a posição geográfica do Acre encaminha à sua dependência do Brasil. Ilustra RIBERA tal situação citando Barão do Rio Branco, diplomata que teve papel significativo na resolução da questão:

Las luchas políticas internas y la fragilidad de regímenes instituidos y derribados por golpes militares y sumado a esto la desarticulación geográfica, contribuyeron para la ausencia de Bolívia em el Acre.¹¹⁵

Mas a história da Bolívia não é retratada apenas com queixas contra o Brasil pela perda do território em que hoje se constitui o Acre. A perda da saída para o oceano pacífico para o Chile, situação que até hoje é contestada e sempre reivindicada pela Bolívia. A perda do Chaco para o Paraguai também cala fundo no sentimento de historiadores bolivianos. Porém a doação de parte do território boliviano para o Brasil, a título de retribuição por presentes recebidos da chancelaria diplomática brasileira talvez seja o episódio mais constrangedor para a Bolívia, a ponto de ter sido citado recentemente pelo presidente Evo Morales, que, no entanto, confundiu essa doação com a questão do Acre, erro imperdoável posto que se refere a territórios distintos. Talvez para a Bolívia a consequência tenha a sido a mesma: fatalidade.

¹¹³ Na ocasião de sua independência, a Bolívia contava com uma área 2.363.769 Km², e suas perdas territoriais chegaram a 1.265.188 Km², pouco mais da metade de seu território.

¹¹⁴ RIBERA, Hernan Messuti. *La dramática desmembración del Acre*. Sucre, Bolívia: Departamento de gaceta, biblioteca y publicaciones de la Corte Suprema de Justicia, 1997, p. 9.

¹¹⁵ RIBERA, Hernan Messuti. *La dramática desmembración del Acre*. Sucre, Bolívia: Departamento de gaceta, biblioteca y publicaciones de la Corte Suprema de Justicia, 1997, p. 32.

Os relatos dessa doação ganham contornos de lenda. Contudo, uma análise dos limites confusos, em razão da sucessão de tratados entre Portugal e Espanha, e da seqüência histórica desses documentos, mostra que os limites determinados pelo Tratado de Santo Ildefonso, a margem esquerda do Rio Madeira, pertenceria à Bolívia, sendo aquele rio a fronteira entre eles. Não obstante, quando da assinatura do Tratado de Ayacucho, o Brasil “cresceu” sobre o Rio Madeira, e avançou muito além daquele rio. Entretanto, o território acrescido não corresponde ao Acre, e sim parte pertencente ao Estado do Amazonas¹¹⁶.

O fator determinante para a assinatura deste tratado, o primeiro entre Brasil e Bolívia, teria sido a guerra entre Brasil e Paraguai. Interessava ao Brasil a neutralidade da Bolívia, e em troca deste posicionamento o Brasil se comprometia a reconhecer e respeitar o território Boliviano, tendo como base as fronteiras delimitadas entre Espanha e Portugal pelo tratado de Madri. Todavia, narra a história popular que, açulado por ter recebido um casal de cavalos brancos de presente do embaixador brasileiro na Bolívia, o presidente Boliviano Melgarejo, tido por louco entre seu povo, acrescentou ao território brasileiro mais “dois dedos”.¹¹⁷ Este acréscimo corresponde a parte dos Estados do Amazonas e Rondônia. Por este acordo, a região onde se localiza o Acre era reconhecida pelo Brasil como território boliviano. Entretanto, não foi encontrado registro histórico confiável, em nenhum dos dois países, acerca desse episódio, não passando, portanto, de mais um folclore, como tantos que envolvem a figura desse presidente boliviano.

3.3 A POLÍTICA EXPANSIONISTA BRASILEIRA

Muito diferente do que ocorria com a Bolívia, o Brasil, no tocante à consolidação de territórios, teve sua unidade construída como um empreendimento do Estado imperial, baseada na política expansionista da Corte Portuguesa, instalada no Rio de Janeiro, que procurou apropriar-se e estabelecer um canal de penetração nos antigos domínios da Espanha.

¹¹⁶ XAVIER, Lúcia de Oliveira. *Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração*. Tese de doutorado em história, UNB, 2006, p. 175.

¹¹⁷ NEVES, Marcus Vinícius. *O Acre por um cavalo branco*. Agência Amazônia de Notícias, disponível em http://www.agenciaamazonia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=199&Itemid=29, acessado em 30.10.07.

Pode-se dizer que o Brasil cresceu em todas as direções e ocupou espaços muito além dos tratados entre Espanha e Portugal. Contudo, como o objeto deste trabalho não contempla as incursões brasileiras no processo de consolidação de seu território, delimitar-se a descrição da ação referente ao oeste amazônico, onde o Brasil se encontra com a Bolívia e repete em escala regional o confronto ibérico de seus colonizadores.

No tocante à expansão em direção ao norte e ao oeste do continente, deduz-se que o regime de posse extensiva viabilizou a incorporação de terras inexploradas. Ondas migratórias se deslocaram ao longo dos grandes rios, possibilitando a exploração de grandes extensões de terras incultas, redefinindo antigos limites e criando novos núcleos populacionais, possibilitando desenvolver a exploração das diversas riquezas encontradas naquela região.

Nessa linha de orientação expansionista, após algumas tentativas não institucionais de ocupação das terras acreanas, iniciou-se uma ação oficial diplomática pelo Brasil, obtendo a garantia do país vizinho de que seriam mantidos o *uti possidetis* e o *status quo* determinados contratualmente. Com isso, muito provavelmente o Brasil seria considerado possuidor de parte da região acreana, já tomada por brasileiros nordestinos.

Entretanto, em 1838, o Ministro boliviano André Maria Torrico negou vigência aos termos do Tratado de Tordesilhas, afirmando “que los anunciados tratados no existen em los archivos de su gobierno, que Bolivia jamás les há dado el reconocimiento solemne”¹¹⁸, havendo, portanto, necessidade de novas negociações para estabelecimento das fronteiras.

Havia interesse também do Brasil em estabelecer definitivamente os limites fronteiriços, e finalmente, em 1863, deu-se início a novas empreitadas negociais, registrando-se sempre a existência de animosidade entre os representantes das duas partes¹¹⁹. As recomendações do governo brasileiro para os termos de novo tratado eram ignorar as convenções feitas anteriormente por Portugal e Espanha,

¹¹⁸ Ofício de Duarte Ponte Ribeiro ao Ministro Maciel Monteiro, de 19.11.1838, in SOUZA, José Antonio Soares de. *Um Diplomata no Império*. São Paulo, 1952. apud TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 149.

¹¹⁹ O historiador boliviano Manoel Mercado descreve que no primeiro encontro para início das discussões diplomáticas, o representante brasileiro declarou ao boliviano não duvidar do sucesso da reunião, afirmando já ver a medalha de condecoração no peito do chanceler daquele país, ao que foi repreendido por este com aspereza, replicando que não a cobiçava (a medalha). Moreira, Miguel Mercado. *História Internacional da Bolívia*. La Paz, 1930. apud TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 150.

buscar o reconhecimento do *uti possidetis* como critério de fixação dos limites, apresentando nova divisão, diferente das determinadas nos tratados anteriores, o que foi prontamente repellido pela Bolívia, frustrando mais uma possibilidade de acordo, gerando certo sentimento de beligerância entre os dois povos, a despeito do aparente bom relacionamento.

Apenas em 1866, com o envolvimento do Brasil na Guerra contra o Paraguai, e temendo que a Bolívia tomasse partido contrário aos interesses brasileiros, iniciaram-se novas tratativas para delimitar as fronteiras, assinando-se, em 27 de março de 1867, o Tratado de Ayacucho. Este tratado, contudo não pôs fim à questão de limites, porquanto, segundo TOCANTINS, “os dois países assinaram {...} sem conhecerem (sic) um palmo da geografia daquele gigantesco e desértico espaço entre o Madeira e o Javari {...} não tinham {...} a menor idéia do valor dessas terras, nem podiam prever o seu futuro”.¹²⁰ Talvez por isso, se forem verdadeiros os relatos sobre o presente da diplomacia brasileira ao presidente boliviano, que a Bolívia tenha aberto mão de parte de seu território, justamente por não conhecê-lo direito, dada ao fato da inexistente ocupação, e, por não habitar, desconhecer as próprias riquezas e potencialidades econômicas.

3.4 O PAPEL DA BORRACHA NO PROCESSO DE DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS BRASIL-BOLÍVIA

Na verdade, entre tantos outros interesses, o que fundamentalmente prevaleceu na questão da anexação do Acre ao Brasil e o formato definitivo dos territórios de Brasil e Bolívia foi o papel preponderante que adquiriu a borracha, na época denominada *ouro negro*. No dizer de TOCANTINS, “Acre e borracha confundem-se no mesmo processo histórico. Sem borracha o Acre não seria brasileiro”.¹²¹

Na virada do século XIX, os dois lados da fronteira conheceram uma outra configuração econômica que lhes determinou uma nova inserção no mercado internacional, ocasionada pela exploração da borracha, e a ocupação mais efetiva do espaço fronteiriço no noroeste do Brasil. Isto determinou um novo conflito político,

¹²⁰ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 153.

¹²¹ TOCANTINS. Op. Cit., p. 36.

e a busca de um outro arranjo na tradicional linha de limites entre os dois países, que, como antedito, tinha como mote principal a exploração da borracha, produto já muito valorizado no comércio europeu por sua multiplicidade de utilizações e encontrado com fartura na região.

Antes, porém, por volta de 1745, o francês La Condamine relatou acerca de sua viagem à América e especificamente sobre a resina denominada *cautchu* (árvore que dá leite):

Quando está fresca toma a forma que se quiser. É impenetrável à chuva, porém o que a torna mais assinalável é sua grande elasticidade. Fazem-se com ela garrafas que não são frágeis, botas, bolas côncavas que se achatam quando sofrem pressão e que retomam a primitiva forma. Os portugueses do Pará aprenderam com os omáguas (tribo indígena) a fazer com essa matéria bombas e seringas que não têm necessidade de êmbolo.¹²²

Outro francês, François Fresneau, aprendeu com os índios nouragues outras utilidades da goma misteriosa:

Poder-se-á, então, endurecer os tetos e arreios das carroças para conservá-los em bom estado,... Poder-se-á, também, fazer os canos dos navios e as bombas de incêndio com pano em lugar de couro, ... lonas bem flexíveis, toldas de esclares, roupas de mergulhadores, ... guarda-chuvas, toda sorte de equipamentos de guerra para conservar as munições, tendas, mantos, estojos de várias espécies e botas¹²³.

Nos idos de 1800, o comércio de produtos derivados da borracha alcançou patamares prodigiosos, alavancados pela utilização das novas tecnologias providas como consequência da expansão industrial ocasionada pela Revolução Industrial, com destaque para os calçados vulcanizados, que trouxe enormes lucros para o comércio da região. Não demorou muito para ser objeto de estudos da Física e da Química, que descobriu outras utilidades para o produto, como apagador (rubber), capas impermeáveis, roupas, artigos de mecânica, drogaria, instrumentos cirúrgicos, pneumáticos, entre outros. São prodigiosas as narrativas descritivas da época como uma era de grande riqueza, conforme BARROS, ... “a espantosa valorização da borracha, o “black gold”, como era conhecido, atraiu enorme fluxo de

¹²² TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 116.

¹²³ TOCANTINS. Op. Cit., p. 117.

nordestinos {...} a tonelagem já era bastante apreciável {...} o tesouro amazonense nadava em ouro”¹²⁴.

MEIRA aponta um extraordinário movimento comercial decorrente da exportação da borracha, mudando o modo de vida e a aparência da região, que passa a ter construções suntuosas, teatros, palácios, museus e templos magníficos comparados aos da Europa. Navios de todo o mundo aportavam e Manaus e Belém. “Gente de todos os países do mundo busca a região fabulosa do ouro negro, que ora domina os mercados internacionais {...} em toda parte há fartura e progresso”¹²⁵. A produção de borracha causava reflexos nas bolsas de valores de Nova Iorque, Londres e Paris.

A história boliviana registra, com declarada ironia, a ambição desenfreada do Brasil em aproveitar-se das riquezas da região do Acre, mormente a borracha, que à época encontrava-se no auge de sua produção:

El Brasil... tiene ahora necesidad urgente de apropiarse de las tierras que producen la mayor cantidad de goma elástica, esto es, el territorio del Acre¹²⁶.

Em conseqüência dessa onda de progresso e riqueza, a região do Acre¹²⁷, rica fonte do ouro negro, e considerada nos mapas da Bolívia como “tierras non descubiertas”¹²⁸, foi invadida por brasileiros, principalmente nordestinos (os brabos), fugidos da grande seca de 1877, em busca de um novo eldorado. Entretanto, ciente dessa fonte, também a Bolívia passou a demonstrar interesse em tomar posse e ocupar suas terras, porém, faltava-lhe o principal instrumento para reconquistar e manter seu território; povo.

¹²⁴ BARROS, Glimes Rego. *Nos confins do extremo oeste. O alvorecer do poente acreano*. Vol. II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993, p. 13.

¹²⁵ MEIRA, Silvio de Bastos. *A epopéia do Acre: batalhas do ouro negro*. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003. p.13 e 17.

¹²⁶ RIBERA, Hernan Messuti. *La dramática desmembración del Acre*. Sucre, Bolívia: Departamento de gaceta, biblioteca y publicaciones de la Corte Suprema de Justicia, 1997, p. 21.

¹²⁷ O nome Acre constitui uma síncope da palavra Aquiri ou uma corruptela da palavra erakiry (umakuru), usada pelos indígenas ipurinãs, que assim designava a região por eles habitada, no vale do Purus. Castello Branco, 1960, p. 6. *apud* BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Barão de Rothschild e a questão do Acre*. In Revista Brasileira de Política Internacional, ano 43, n. 02, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, MCT, CNPq e Finep, 2000, p. 164.

¹²⁸ MEIRA, Silvio de Bastos. *A epopéia do Acre: batalhas do ouro negro*. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003. págs.24.

3.5 O PAPEL DA NAVEGAÇÃO FLUVIAL

Os rios constituíam o único meio de locomoção da época. E, como antedito, a Bolívia, por sua posição geográfica – na Cordilheira dos Andes, não possui saída para o mar, o que a mantém fora de qualquer rota comercial. As maiores rotas brasileiras da época eram o Amazonas e o Prata, aquele considerado “King of Rivers”, sendo sua abertura à navegação internacional de interesse inclusive dos Estados Unidos, por ser considerado – o Amazonas - a via de penetração por excelência para alcançar a Bolívia, o Peru e Nova Granada (Colômbia), o que causou uma séria luta diplomática entre aquele país e o Brasil, e um agravamento na sua relação com a Bolívia.

Sem perder de rumo a importância da hidrografia na região, a política relacionada à navegação, nas bacias platina e amazônica, foi sendo definida com pressupostos diametralmente opostos. Enquanto no Prata seria adotada a defesa da livre navegação, na Amazônia delineou-se uma política de fechamento à navegação internacional. A política da livre navegação em todos os rios brasileiros tornou-se mais complexa na medida em que havia interferência de potências externas, principalmente, os Estados Unidos, interessadas na expansão do capital na América do Sul.

Justamente nesse período, a Bolívia, sem ter condições econômicas e populacionais de fazer frente ao avanço brasileiro, municiou-se da força de outro país interessado em estabelecer-se na área, firmando convênio com os Estados Unidos e alguns países europeus. Esta ação boliviana colocou o governo brasileiro em alerta.

A posição do governo brasileiro era bastante vulnerável, pois contrariava as pretensões de três potências mundiais daquela época: França, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Mesmo assim, a resposta brasileira, logo depois desse acordo foi vedar a navegação do Amazonas aos navios estrangeiros, e até mesmo aos próprios barcos bolivianos, suspeitando de que os norte-americanos se acobertassem sob sua bandeira para penetrar e se instalar na região. Tal situação só veio a ser solucionada por decreto do Imperador, em dezembro de 1866, autorizando a navegação de navios mercantes de todas as nações. TOCANTINS faz a seguinte conclusão desse episódio:

De tudo isso fica patente a primeira tentativa do imperialismo para estabelecer-se na Amazônia, fato que mais tarde repetir-se-ia na versão do *Bolivian Syndicate*¹²⁹. Cedesse o Império à pressão diplomática dos Estados Unidos e, possivelmente, a história da região amazônica teria sofrido profundas modificações.¹³⁰

As condições internas no Brasil já eram relativamente estáveis e se apresentavam favoráveis à implementação de uma política externa mais independente. Entretanto, o contexto internacional requeria certa habilidade, porque as metas estabelecidas na busca do desenvolvimento nacional, em época de expansão da Revolução Industrial pelo continente europeu e Estados Unidos, de construção de estradas de ferro e aparecimento da navegação moderna, iam de encontro aos desígnios de nações dominantes, em constante busca por expansão de seus capitais. A concorrência internacional, na busca de mercados novos, produzia conflitos comerciais e alfandegários, requerendo cuidados diplomáticos não apenas nas relações, mas também nas decisões políticas internas.

Entretanto, nas relações latino-americanas, mormente no que diz respeito ao Brasil e Bolívia, não se pode deixar de registrar o propósito de considerar a condição peculiar e a necessidade de cada um. Na defesa da abertura da navegação do Amazonas e seus afluentes, por exemplo, foi conferido especial destaque à Bolívia, considerando que este país era o que mais necessitava de uma via que facilitasse seu escoamento comercial, em virtude de sua especificidade geográfica.

Na visão do diplomata Barão do Rio Branco, a abertura da navegação não era apenas uma decisão política para beneficiar a Bolívia e resolver seu problema de mediterraneidade, mas, sobretudo, proporcionaria a integração do comércio que também iria beneficiar o Brasil.

¹²⁹ *Bolivian Syndicate of New York*, companhia que recebera os direitos da exploração da borracha na região (concessão feita, em 1901, pelo governo de La Paz aos norte-americanos para que os E.U.A assegurassem proteção à Bolívia). Consistia numa companhia formada com capital de investidores europeus e norte-americanos, mas predominantemente americano, com inspiração nas companhias de cartas "*Chartered Companies*" que grassaram na Ásia e África no final do século XIX, início do século XX, com o objetivo de arrendar as Terras do Acre para a exploração gumífera entre outras atividades, pelo prazo de 30 anos. O sindicato teria poderes de polícia, arrecadação fiscal e tarifária, administração portuária e alfandegária e poderia criar força armada para defesa do território, conforme descreve Leandro Tocantins. TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre. Vol II. 4. ed.* Brasília. Gráfica do Senado. 2001. p. 29-57.

¹³⁰ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre, Vol. I. 4ª. Ed.* Brasília: Senado Federal. 2001, p. 143.

Dessa forma, a partir da segunda metade do século XIX, o governo brasileiro passou a elaborar projetos destinados à fronteira oeste, propondo alternativas para o aproveitamento dos recursos naturais existentes na região. Uma dessas alternativas proporcionada pelas inovadoras idéias da Revolução Industrial, foi o projeto de construção de uma ferrovia, que também beneficiaria a Bolívia, no momento em que começou a se desenvolver a produção da borracha na Amazônia boliviana, e que, para ser escoada pelo Atlântico, levava cerca de dois meses, sendo premente, assim, uma rota alternativa inclusive para o escoamento pelos rios da Amazônia, porquanto, apesar dos acordos de livre navegação, dependia da fixação de impostos regionais.

O objetivo maior era a ligação, por estrada de ferro, do trecho encachoeirado do rio madeira, e como seria construída em território brasileiro, era necessária autorização do Brasil, o que ocorreu em 1870, através do Tratado de Amizade, Navegação, Comércio e Extradicação, firmado entre o governo brasileiro e a República da Bolívia, em La Paz, quando o Brasil exigiu que a razão social da empresa fosse denominada “The Madeira and Mamoré Railway Company”, dirigida sob a presidência do Coronel inglês George Earl Church, que levantou, junto aos banqueiros ingleses, um financiamento, com aval do governo boliviano, para a construção da ferrovia.

Entretanto, em função das dificuldades estruturais para a construção, mormente pelos constantes ataques dos índios Caripunas e pelas doenças regionais que mataram dezenas de trabalhadores, a empresa sofreu enormes prejuízos, e em menos de um ano, abandonou máquinas e equipamentos e deixou a região, sem ter concluído a obra.

3.6 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACRE PELOS BRASILEIROS

Um dos capítulos marcantes da relação Brasil-Bolívia no aspecto da definição dos limites territoriais foi a disputa pelo Acre. Território reconhecidamente boliviano, abundante em seringueiras, porém sem a presença do elemento humano. Tais circunstâncias, contrastavam com o aspecto brasileiro naquela região, onde havia uma organização política regional bastante estruturada, embora com baixa densidade demográfica, apesar da grande leva de nordestinos que chegaram à

região. A continuidade do processo expansionista herdado do império lusitano impulsionou os brasileiros para aquela região boliviana que não contava com qualquer indicativo real da soberania boliviana sobre o Acre.

Assim, a despeito da falta de litígio sobre a propriedade da área, existem registros de ocupação do território por brasileiros datada de 1852 (Manoel Nicolau de Melo) e 1857 (João Gabriel de Carvalho e Melo), na região do Rio Purus¹³¹. CORONEL LABRE assim descreve o panorama social de 1887:

Este rio (Acre) é um dos afluentes mais populosos do Purus, exporta hoje em goma-elástica 500.000 quilos... a população é de 10.000 almas, sem incluir os aborígenes que sobem ao duplo. O seu comércio é feito por mais de 15 grandes vapores que, durante a cheia, fazem a navegação do rio, levando anualmente novos trabalhadores e mercadorias.¹³²

O registro oficial relata que o rio Aquiry (aportuguesado para Acre) e o Alto Purus foram ocupados, econômica e definitivamente em 1878, por João Gabriel de Carvalho e Melo, símbolo padrão do imigrante nordestino, que, destemido, ousou enfrentar a natureza bárbara e hostil da Amazônia, cuja classificação variava de “Paraíso Verde” a “Inferno Verde”, contaminada por doenças de toda espécie¹³³. Venceu-a e domou o deserto acreano, abrindo a larga estrada fluvial que conduzia aos seringais do Acre, Iaco, Alto Purus e Juruá, repletos de ouro negro a ser explorado.

Esses perigos e infortúnios, entretanto, não impediam brasileiros de entranhar-se cada vez mais na mata, abrindo novos seringais, marcas de posse brasileira, que recebiam nomes refletores da alma do nordestino, que, nas palavras de EUCLIDES DA CUNHA, “é, obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário”. Assim, dava nomes às suas colocações de Desterro, Saudades, Oco do Mundo, Silêncio, Desengano, Valha-me Deus, Piedade, etc., enquanto outros demonstravam ali a esperança de vencer ou a saudade da terra distante, com nomes como Triunfo, Mundo Novo, Sobral, Nova Olinda, Fortaleza, Canindé, Crato etc. Desta forma, em 1895, a região reconhecidamente boliviana pelo Tratado de Ayacucho, de 1867,

¹³¹ REIS, Arthur C. F. *O seringal e o seringueiro*. Rio, 1954, apud TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 175.

¹³² LABRE, Antonio R. Pereira. *Itinerário da exploração do Purus ao Beni, Pará, 1887*, apud TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 143.

encontrava-se “povoada de nordestinos”.¹³⁴ EUCLIDES DA CUNHA¹³⁵ assim descreveu a região daquela época:

A terra, até então entregue às tribos errádias, teve em cerca de dez anos (1887) uma população de 60.000 almas, ligando-se as suas mais remotas paragens de Sepatini e Hintanaam a Manaus, pela Companhia Fluvial de Amazonas, com um primeiro desenvolvimento de 1.014 milhas, logo depois de distendidas na navegação dos tributários superiores que vão do Ituxi ao Acre.

A narrativa histórica boliviana reconhece a ocupação pioneira dos brasileiros na área, nas pessoas de João Gabriel de Carvalho e Nicolau de Melo, em 1874, e do Coronel Pereira Labre, em 1877, e dos milhares de nordestinos que vieram explorar a seringa. O autor absolve esses trabalhadores da invasão, porquanto não sabiam das linhas de fronteira, entretanto critica a postura do governo do Amazonas porque “... lo sabía perfectamente, puesto que los ayudaba com dinero, transporte y armas” (RIBERA, 1999, 25). Por outro lado, admite como certo que a primeira exploração com intuito de conhecimento e ocupação do Acre por bolivianos ocorreu somente em 1894, por Don José Manuel Pando, deparando com os seringueiros já apossados na área:

Allí vio cosas que no podían ser agradables a nosotros los bolivianos. Le alarmó ver el asentamiento de gente brasileña em tan grand cantidad a lo largo del rio, com agrupaciones que ya formaban aldeãs y pueblos sin la presencia de um solo boliviano. Le disgustó ver como el Brasil recibía los ingresos por impusto de explotación de los territorios bolivianos, sin reconocer um centavo al país propietario¹³⁶.

Diante de tais constatações a respeito da invasão do território e do sucesso proporcionado pela exportação da borracha, o representante diplomático da Bolívia no Brasil, D. Paravicini, em correspondência ao seu governo, afirmou que “a solução do problema de nossas fronteiras está, pois, representada por esta fórmula: ocupação imediata dos territórios bolivianos de fronteira”¹³⁷, o que foi acatado, embora com certa demora, ocasionando a chegada ao Acre, em dezembro de 1898,

¹³³ Impaludismo, beribéri, polinevrites, infecções intestinais, doenças que causavam índice de mortalidade de cerca de vinte por cento ou mais *in* TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 190.

¹³⁴ MEIRA, Silvio de Bastos. *A epopéia do Acre*. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003, p. 27.

¹³⁵ CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. vitalbooks.com.br, acessado em 20.07.07, p. 70.

¹³⁶ RIBERA, Hernan Messuti. *La dramática desmembración del Acre*. Sucre, Bolívia: Departamento de gaceta, biblioteca y publicaciones de la Corte Suprema de Justicia, 1997, p. 33.

¹³⁷ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 224.

da primeira delegação de bolivianos, com intenção de tomar posse de seu patrimônio e estabelecer aduanas, para o que o Ministro Paravicini promulgou uma série de decretos regulamentadores, rebatizando o lugar, antes Porto Acre, de Puerto Alonso, inaugurando também uma série de reações locais e dos governos do Pará e Amazonas, contra a ocupação boliviana, tendo sido posteriormente expulsa do país pela Junta revolucionária que fundou o Estado Independente do Acre.

O Coronel José Manoel Pando, antes de tornar-se presidente da Bolívia, foi exilado em território acreano em decorrência de um golpe de Estado, ocasião em que constatou a presença de dezenas de acampamentos brasileiros, em território da Bolívia. Alertou o governo de seu país e começou a agir junto a Chancelaria brasileira.

Nessa época, estava ocorrendo na Bolívia a chamada Revolução Federal (1899), uma guerra civil que dividia o país e consumia as energias do governo, quando surgiu o conflito do Acre, o novo governo boliviano, já liderado pelo general José Manuel Pando (1899-1904), acabara de controlar esta situação e tentava reorganizar o país. Restavam poucas possibilidades e recursos para uma grande mobilização contra os brasileiros no Acre, onde os combates se sucederam ao longo de três anos. As várias expedições bolivianas reuniram mais de 2 mil soldados neste período, enquanto os seringalistas brasileiros mobilizaram cerca de 4 mil homens.

Em 1898, por pressão do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia, foi traçado o limite fronteiriço através de uma linha demarcatória chamada “Linha Cunha Gomes”, “considerando o Acre como território incontestavelmente boliviano”¹³⁸, o que gerou protestos entre os seringalistas e políticos, defensores da aplicação do princípio *uti possidetis* (a terra pertence a quem a ocupa). Temiam que os bolivianos cobrassem altos impostos sobre a produção da borracha, o que talvez tenha sido o grande mote para o processo de tornar o Acre brasileiro, muito mais do que um sentimento de nacionalismo ou amor pela Pátria. Entretanto, apesar dos protestos, e mesmo sem a aprovação da Linha Cunha Gomes pelo Congresso Nacional, o governo brasileiro, procurando evitar conflito com a Bolívia agiu retomando a área e entregando-a à Bolívia.

¹³⁸ SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre: novos temas, nova abordagem*. Rio Branco: Editor o Autor, 2002, p. 150.

3.7 A REVOLUÇÃO ACREANA

A história nacional registra que o governo brasileiro, em todos os tratados até aqui mencionados, sempre reconheceu oficialmente a soberania da Bolívia sobre a região do Acre, apesar das pressões de seus nacionais para que tomasse atitude de apoio à conquista do território. Por seu turno, os governos do Amazonas e Pará, temerosos de perder as divisas obtidas pelo pagamento de impostos de navegação por suas regiões, apoiavam, ainda que inoficiosamente, os levantes revoltosos para tomada do território, inclusive através de luta armada.

Seus anseios e temor foram materializados com a chegada da Missão Paravicini, Ministro da Bolívia, em dezembro de 1898, na localidade de Porto Acre, logo rebatizada de Puerto Alonso (em homenagem ao Presidente da Bolívia), onde foi instalada uma aduana boliviana. RIBERA descreve esse episódio na seguinte forma:

El dominio del territorio del Acre por parte de su legítimo propietario, Bolívia, se inicia con la llegada del Embajador Paravicini a esas tierras, que hasta ese momento el Estado del Amazonas había considerado como suyas.¹³⁹

A administração de Paravicini, que durou exatos cem dias, tentou organizar a aduana, aos moldes das leis bolivianas, estabelecendo uma série de regras que tratavam desde cobrança de impostos sobre circulação nos rios, agora de fato, bolivianos, obrigatoriedade de registro de terras, abertura da navegação ao tráfego internacional, proibição de importação de armas e munições sem licença boliviana, até a forma de corte da seringa para evitar a perda das árvores (preocupação ecológica pioneira), o que, certamente, causou enormes prejuízos à receita do Estado do Amazonas, pólo exportador da borracha à época, além de frustrar sua intenção de expandir seus domínios territoriais na região. Sintetiza TOCANTINS a nova situação:

Tudo girava em torno deste esquema: a Bolívia queria auferir rendas que de direito lhe pertenciam, e o Amazonas, prejudicado na sua arrecadação fiscal, opunha-se, nos bastidores, ao funcionamento da

¹³⁹ RIBERA, Hernan Messuti. *La dramática desmembración del Acre*. Sucre, Bolívia: Departamento de gaceta, biblioteca y publicaciones de la Corte Suprema de Justicia, 1997, p. 21.

aduanas de Puerto Alonso, contando com a adesão dos seringueiros locais e do comércio de Belém e Manaus.¹⁴⁰

Diante desse novo panorama, o fato de ter o governo brasileiro permitido, sem qualquer resistência, a fundação da aduana boliviana de Puerto Alonso, decisão interpretada por seringalistas e seringueiros como a oficialização da soberania daquele país na região, o que aflorou a primeira insurreição acreana, com o respaldo extra-oficial do governo do Amazonas. Em abril de 1899, alguns brasileiros, seringalistas, expulsaram a delegação boliviana da região, sem qualquer reação desta, frente a impossibilidade de enfrentar “cerca de 15.000 brasileiros estabelecidos no Acre”.¹⁴¹

Formou-se então uma junta revolucionária, liderada pelo espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Arías¹⁴², que proclamou a independência do Acre, sendo aclamado seu primeiro presidente. O governo brasileiro não reconheceu essa independência, mas, mais uma vez, recusou-se a intervir, “pois não considerava seu o território conflagrado, ainda que brasileiros fossem, em maioria, seus habitantes”¹⁴³, entendendo que cabia à Bolívia resolver a situação. Apesar dessa posição oficial, Galvez recebeu apoio dos grandes seringalistas, comerciantes e políticos do Amazonas, que buscavam forçar o governo brasileiro a apoiar a anexação do Acre ao Brasil. A reação do Governo brasileiro foi exatamente o contrário do pretendido pelos brasileiros oito meses depois, navios da Marinha brasileira depuseram Galvez e restituíram o território à Bolívia.

Talvez, a reação do governo brasileiro tenha se dado mais em razão da decisão dos revoltosos em estabelecer um estado independente, que na prática significava uma divisão do nacionalismo brasileiro, e menos em razão da proposta brasileira de estabelecer uma inédita política pacifista e de respeito à soberania e território de outros países.

Os seringueiros brasileiros não aceitaram essa medida, e, mais uma vez, estimulados por grandes seringalistas e apoiados pelos governadores do Amazonas e do Pará, deram início, no dia 06 de agosto de 1902, a uma rebelião armada

¹⁴⁰ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 247.

¹⁴¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Barão de Rothschild e a questão do Acre*. In Revista Brasileira de Política Internacional, n. 2, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2000, p. 153.

¹⁴² Galvez, imperador do acre, inserir

¹⁴³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Barão de Rothschild e a questão do Acre*. In Revista Brasileira de Política Internacional, n. 2, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2000, p. 153.

denominada a “Revolta do Acre”, chefiada pelo militar gaúcho José Plácido de Castro. O governo da Bolívia não possuía estrutura para defender seu território, e, por essa razão, para não perder seu território sem obter qualquer vantagem resolveu arrendá-lo a uma companhia estrangeira.

3.8 O “BOLIVIAN SYNDICATE”

Diante da constatação da ocupação do território acreano por brasileiros e sua recusa em se submeter à soberania boliviana, o governo concluiu que apenas postos fronteiriços e expedições militares esporádicas não assegurariam os seus territórios, e decidiu transferir para uma multinacional a exploração da borracha na região, como forma de garantir impostos e conter o avanço brasileiro sobre a área de sua posse.

Assim, o Acre foi arrendado a um grupo de capitalistas americanos, ingleses e alemães, formado pelas empresas Conway and Withridge, United States Rubber Company, e Export Lumber. Esse consórcio constituiu The Bolivian Syndicate of New York City in the North América, tendo como sócio um filho¹⁴⁴ do Presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt.

A constituição do “Bolivian Syndicate” foi proposta pelo Ministro Plenipotenciário da Bolívia, em Londres, Felix Aramayo, a quem pareceu ser este o caminho certo para resguardar a posse boliviana do Acre. O Bolivian Syndicate assemelhava-se a uma companhia de carta (chartered company), como as que existiram na África e na Ásia, no início do processo de colonização européia.

Justifica a legitimidade da ação boliviana para a relatada concessão o fato de que, no pleno exercício de sua soberania, pretendia apenas preservar a região de invasão estrangeira. RIBERA defende que:

El Gral. Pando al ordenar la formación de esa compañía con capitales extranjeros, lo hace con plena convicción de que estaba actuando correctamente, tratando de preservar los territorios amenazados y em pleno derecho para actuar dentro de la soberania boliviana. La formación de esa sociedad anônima tenía por objeto fomentar el desarrollo de esos territorios y establecer una administración regular em beneficio de

¹⁴⁴ Alguns historiadores registram ser sócio da empresa um sobrinho, enquanto outros afirmam ser um filho do presidente americano, sendo comum entre eles apenas o fato de ser um parente daquela autoridade.

los pobladores y sin que tuviese el propósito de entregar esos territorios a ningún gobierno extranjero.¹⁴⁵

Pelo contrário, a pretensão do governo boliviano, através da atuação de seu embaixador Aramayo, era promover o desenvolvimento do país, estando convencido de que, ante a pobre situação econômica da Bolívia, esta seria a melhor solução, já que a prosperidade da região dependia da construção de linhas férreas e companhias de navegação para o escoamento da produção.

Entretanto, internamente, esse contrato de arrendamento causou desconfianças e críticas por parte de forças opositoras, que afirmavam haver proveito pessoal de Aramayo no negócio. Também o Peru, além do Brasil, contestou o direito de a Bolívia entregar seu território a nações estrangeiras, já que os limites não estavam ainda bem definidos.

Nesse contexto, e a despeito das críticas recebidas, o contrato foi aprovado pelo Congresso em dezembro de 1901, nos seguintes termos, no dizer de XAVIER:

- 1) Lucro livre de impostos durante 60 anos, e depois dos primeiros três anos de governo boliviano, receberia taxas de 10% sobre o lucro líquido do sindicato;
- 2) O coletor de impostos para a Bolívia, na região, seria o sindicato, que deveria reter 40% do recolhido em pagamento por este serviço;
- 3) A polícia e a manutenção da ordem e da justiça seriam privilégios do sindicato;
- 4) O sindicato teria todos os direitos sobre a navegação e os recursos naturais da área;
- 5) Durante cinco anos o sindicato teria o direito de comprar qualquer terra na região, dos 120.000 km², por apenas 10 centavos de dólar o hectare;
- 6) O sindicato poderia nomear todos os funcionários e exercer direitos policial e militar, que julgasse necessário, para defender seus interesses.¹⁴⁶

É importante ressaltar que a contestada ação de Aramayo pode ser considerada como um brilhante e ousado lance que obrigou o governo brasileiro a ressarcir de alguma forma a perda iminente do território acreano. Era apenas questão de tempo e a Bolívia sofreria mais um desastre, pois não tinha condição alguma de mobilizar um exército a fazer frente ao de Plácido de Castro e garantia nenhuma do imobilismo do governo brasileiro, posto que crescentes as vozes

¹⁴⁵ RIBERA, Hernan Messuti. *La dramática desmembración del Acre*. Sucre, Bolívia: Departamento de gaceta, biblioteca y publicaciones de la Corte Suprema de Justicia, 1997, p. 113.

¹⁴⁶ XAVIER, Lúcia de Oliveira. *Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração*. Tese de doutorado em história, UNB, 2006, p. 369.

brasileiras no Congresso Nacional a favor da causa dos seringueiros. O apelo econômico também era muito forte.

Assim diante de uma derrota iminente, a única possibilidade da Bolívia era fazer um leilão e remediar a perda com algum ganho, fosse de americanos e europeus, fosse de brasileiros. Aramayo, trabalhou com a consciência do medo brasileiro da presença americana na Amazônia e com a possibilidade forte de resistência de uma armada formada ou financiada pelo capital norte americano a defender o Acre.

3.9 A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NA QUESTÃO ACREANA

O envolvimento de uma companhia estrangeira, composta por sócios poderosos, e a iminente constatação de que, diante dos problemas estruturais apresentados, principalmente no que diz respeito à insubmissão e revolta dos acreanos, não seria possível o cumprimento do contrato preocupou autoridades americanas, mormente ante a impossibilidade da Bolívia de indenizar qualquer prejuízo.

Embora tratasse de empresa privada, o Bolivian Syndicate significava a presença de interesses de poderosos na região, o que logo foi percebido, quando a Bolívia pediu ajuda ao governo dos Estados Unidos, alegando não poder sustentar o contrato feito com a empresa. A partir daí deu-se início a uma série de tentativas de influência no governo brasileiro. BANDEIRA descreve algumas:

(John) Hay (Secretário de Estado americano) decidiu apóia-lo (Bolivian Syndicate). Telegrafou a Bryan, ministro no Rio de Janeiro, instruindo-o para que defendesse os 'interesses de inocentes americanos' e justificou sua atitude, em audiência concedida a Assis Brasil, argumentando que os americanos entraram no negócio 'perfeitamente inocentes' e contavam com o cumprimento do contrato pela Bolívia, mas o Brasil, por meio de sérias ameaças, tentava impedi-lo, o que 'agradável' não era para os E.U.A.¹⁴⁷

¹⁴⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Barão de Rothschild e a questão do Acre*. In Revista Brasileira de Política Internacional, n. 2, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2000, p. 155.

O secretário americano inclusive tentou esclarecer ao então ministro Assis Brasil que a intervenção não tratava de ameaça à soberania brasileira, mas questão simplesmente de compensação pelo prejuízo material causado pela inadimplência boliviana.

Hay também declarou que não via perigo no estabelecimento de *chartered companies* na América do Sul e que o Brasil não deveria recear que os E.U.A a invadissem, através do Acre, pois esse não era o seu propósito.¹⁴⁸

Apesar dessa afirmação, o secretário americano, defendendo interesses do Bolivian Syndicate, reclamou do fechamento do Amazonas e seus afluentes para exportação da Bolívia, em clara tentativa de intervenção nas decisões internas de Estado. Inclusive, em uma de suas intervenções em favor da empresa de cartas, declarou que “julgava ‘muito natural que os países sul-americanos partilhassem sua soberania’, como a Bolívia o fizera”.¹⁴⁹

Entretanto, a questão principal era obter lucro, e, como não conseguiram com a Bolívia, mais pobre e fraca politicamente, voltaram-se para o Brasil, explicando assim o súbito interesse do governo brasileiro em intervir e resolver diplomaticamente a questão do território do Acre, através da atuação do chanceler Barão do Rio Branco, que, depois de muita negociação, tanto com o governo boliviano, sob sérias ameaças de guerra, como com o Bolivian Syndicate, que pleiteava uma indenização de um milhão de dólares pela renúncia à concessão do território do Acre feita pela Bolívia.

Em fevereiro de 1903, foi assinado o distrato com o Bolivian Syndicate, que aceitou indenização no valor de 114.000 libras esterlinas (equivalente a 550.000 dólares), pondo fim ao interesse norte-americano na área e deixando o campo livre para negociação direta com a Bolívia. RIBERA descreve esse fato com evidente rancor:

Y así desapareció la Compañía Bolivian Syndicate, de existência tan breve y com la cual Bolívia esperaba encontrar um aliado poderoso, capaz de reprimir el filibusterismo y conservar el acre ya que estaba

¹⁴⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Barão de Rothschild e a questão do Acre*. In Revista Brasileira de Política Internacional, n. 2, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2000, p. 155.

¹⁴⁹ BANDEIRA. Op. Cit., p. 157.

próximo a desprenderse del cuerpo nacional. Ahora el Brasil tenía todos los ases em su poder para poder hacer su juego internacional...¹⁵⁰

Tal negócio foi duramente criticado porque o Brasil teria comprado uma concessão caduca, em momento que o American Syndicate já não tinha mais condição de organizar-se no prazo concedido pelo ministro boliviano Felix Aramayo. Entretanto, a justificativa apresentada foi a de que deveria se evitar a submissão do caso a uma arbitragem internacional, extremamente perigosa para o Brasil, que sempre reconheceu a soberania da Bolívia na região. Preferiu o governo brasileiro uma negociação direta com aquele país, afastando seu maior obstáculo, o Bolivian Syndicate. Até porque os lucros alcançados com o negócio eram estratosféricos, segundo informa MEIRA:

Só no ano de 1909 o território do Acre colocou-se em terceiro lugar entre os estados brasileiros, com uma produção de 84.000\$000, tendo a sua frente apenas São Paulo e Minas Gerais... o governo brasileiro despendera 34.500:000\$000 para a solução do caso acreano, e, no entanto, a renda do território incorporado, até 1909, atingia já 78.000:000\$000.¹⁵¹

Como se vê, os lucros alcançados com a exportação da borracha superavam os dispêndios ocasionados pela negociação, justificando o interesse do Brasil em negociar com as partes envolvidas e por fim ao litígio.

3.10 O TRATADO DE PETRÓPOLIS

Embora o governo brasileiro sempre tenha reconhecido como boliviana a região do Acre, incomodava-lhe a presença de um território rebelde e fora de seu controle, na longínqua fronteira amazônica, como também lhe parecia perigosa a presença de uma empresa estrangeira no coração da Amazônia a explorar suas riquezas, pelo que mobilizou uma força militar, determinando a ocupação da área por tropas brasileiras.

¹⁵⁰ RIBERA, Hernan Messuti. *La dramática desmembración del Acre*. Sucre, Bolívia: Departamento de gaceta, biblioteca y publicaciones de la Corte Suprema de Justicia, 1997, p. 185.

¹⁵¹ MEIRA, Silvio de Bastos. *A epopéia do Acre: batalhas do ouro negro*. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003. págs.163.

Como visto, o governo brasileiro já mediara um acordo com o Bolivian Syndicate, pagando à empresa 114 mil libras esterlinas para que desistisse de explorar a região. O governo boliviano, que fora derrotado militarmente pelos exércitos de Plácido de Castro, estava com poucas condições de oferecer alguma resistência naquele momento.

Paralelamente a esses fatos, no Brasil ocorriam manifestações em favor da anexação do Acre. A imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo exigia do governo brasileiro imediata providência em defesa dos brasileiros acreanos. Neste sentido o Brasil começou a buscar solução ao impasse pela via diplomática, tendo à frente das negociações o político José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, diplomata que teve destacado papel no deslinde da questão. Em um de seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados, demonstrou sua preocupação com a situação no Acre:

Os nossos limites com a Bolívia foram fixados pelo Tratado de 1867, ao qual até hoje não se deu execução, e sem execução não é possível determinar definitivamente a qual das potências confinantes pertence a região do Acre.¹⁵²

Em outra ocasião, em correspondência ao representante do governo brasileiro na Bolívia, externou inquietação acerca do destino da população acreana:

Informa-me Vossa Excelência do desejo manifestado por esse governo de que as forças bolivianas subjuguem de vez os acreanos. Responda terminantemente que nisso não podemos concordar. Já declarei que, se desejamos adquirir todo o território, mediante compensações, é unicamente por ser brasileira a sua população e para acabar de uma vez com as desinteligências e complicações que entre Brasil e Bolívia têm ocasionado as revoltas desses brasileiros contra a dominação estrangeira.¹⁵³

Ademais, embora houvesse possibilidade de resolução da questão por arbitramento, a ser julgado pela Inglaterra, não havia interesse do Brasil em se submeter, porquanto teria poucas chances de sair vitorioso, uma vez que sempre reconheceu como boliviano o território do Acre. Por essa razão, preferiu a via diplomática, confiando na competência do chanceler Barão do Rio Branco. TOCANTINS, nesse aspecto, afirma que “a diplomacia é a arma que se usa em

¹⁵² GAMA E SILVA, Roberto. *A epopéia do Acre*. In A defesa Nacional. Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros n. 798 Biblioteca do Exército. Jan. a abril de 2004, p. 65.

benefício dos interesses de um país, e com artes sub-reptícias pode conseguir aquilo que pelo direito formal se está impedido de pleitear”.¹⁵⁴

Entretanto, a despeito do empenho dos dois países em resolver pela diplomacia a questão, as tentativas eram inócuas e os combates entre brasileiros e bolivianos tornavam-se mais freqüentes e acirrados, até que, em fevereiro de 1903, os seringueiros retomaram Puerto Alonso, proclamando pela segunda vez a independência do Estado do Acre, desta feita orquestrada por Plácido de Castro.

Após a renúncia à concessão da região pelo Bolivian Syndicate, o Barão do Rio Branco abriu negociações diretamente com a Bolívia, a partir de uma nova interpretação do Tratado de 1867 (Ayacucho), e, após meses de discussões, inclusive com ameaça de guerra iminente, em 17 de novembro de 1903, foi assinado o Tratado de Petrópolis, transferindo o território do Acre para o Brasil, em troca de uma indenização de dois milhões de libras esterlinas para o governo boliviano, parcelada em duas vezes, além de permutas territoriais e o compromisso da construção de Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim, que permitiria a livre navegação na bacia amazônica, para dar saída aos produtos bolivianos pelo Atlântico. A área do território acreano incorporado era de 191 mil km². A contrapartida territorial foi a cessão à Bolívia de cerca de 3,2 mil km², habitados por bolivianos e situados entre os rios Madeira e Abunã, ao sul do Acre.

Acerca da assinatura do Tratado de Petrópolis, firmado pelos dois países para finalizar definitivamente o conflito de fronteiras, RIBERA expressa ironicamente que à Bolívia, ante a astúcia da diplomacia brasileira, só restava dizer à moda dos gladiadores romanos: “ave Cesar, morituri te salutan”.¹⁵⁵

Segundo informa MEIRA¹⁵⁶, o Tratado de Petrópolis foi ratificado pelo Congresso boliviano, em 24 de dezembro de 1903, por quarenta votos favoráveis e onze contrários, enquanto que no Brasil, em sessão de 12 de fevereiro de 1904, foi ratificado por vinte e quatro votos favoráveis e quatro contrários, ambos após acirrados debates.

¹⁵³ GAMA E SILVA. Op. Cit., p. 65.

¹⁵⁴ TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Vol. II. 4^a. Ed. Brasília: Senado Federal. 2001, p. 77.

¹⁵⁵ RIBERA, Hernan Messuti. *La dramática desmembración del Acre*. Sucre, Bolívia: Departamento de gaceta, biblioteca y publicaciones de la Corte Suprema de Justicia, 1997, p. 201.

¹⁵⁶ MEIRA, Silvio de Bastos. *A epopéia do Acre: batalhas do ouro negro*. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003. pág. 162.

Em 1904, por decreto do presidente Rodrigues Alves, o Acre tornou-se território federal dividido em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, cujos prefeitos foram nomeados pelo governo federal, completando-se o plano da unidade territorial. A partir daí, aliás, o debate continuou a fluir de maneira que a visão de integração nacional ganhou, inclusive, uma outra dimensão: a da integração sul americana, quando se começou a ter uma noção de América Latina, em contraposição à de América do Norte.

Com o término da guerra e a assinatura do Tratado de Petrópolis, foi reativado o projeto da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. Em 1912, foi entregue a estação terminal Mamoré, localizada na cidade de Guajará-Mirim. Entre entusiasmados discursos das autoridades presentes que saudavam o término da construção dos 364 quilômetros de via férrea, um prego de ouro foi simbolicamente batido no último dormente.

A conclusão da Madeira-Mamoré praticamente coincidiu com o fim do ciclo da borracha na Amazônia, e quase nada mais havia para ser transportado para Manaus e Belém. Também não atingiu os objetivos para os quais fora construída por vários fatores: a Bolívia, maior interessada, não construiu rodovias ligando o Departamento do Beni, principalmente a cidade de Guayaramirim, com os centros mais importantes do país, como Santa Cruz de La Sierra e La Paz, o que deixou a estação terminal Mamoré completamente isolada.

Além disso, outras duas ferrovias foram construídas na Cordilheira dos Andes: a La Paz/Arica, em 1913, e a Tupiza/Buenos Aires, em 1915, e o Canal do Panamá também já estava em pleno funcionamento. Tudo isto facilitava o acesso da Bolívia pelo oceano Pacífico, e tornava desnecessário investir na antiga rota do oceano Atlântico, via rio Madeira. A Bolívia inclusive jamais reconheceu a obra como concluída, em razão de o Brasil não ter construído o ramal Vila Murtinho/Vila Bela, incluído no Tratado de Petrópolis.

O declínio do Ciclo da Borracha provocou, lenta e gradualmente, a desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, completada em 10 de julho de 1972. Em 1973, o governo federal elaborou um protocolo adicional ao Tratado de Petrópolis, através do qual autorizou a construção de uma rodovia como estrada substituta da Madeira-Mamoré.

Assim, consolidou-se o processo de estabelecimento das fronteiras entre Brasil e Bolívia, contudo, as feridas abertas neste processo, como se verá nesta

pesquisa, jamais cicatrizaram totalmente da parte da Bolívia. A história demonstra que a dinâmica econômica e política contribuíram ora para uma aproximação e ora para afastamento. Apesar deste ciclo no relacionamento, observa-se com clareza uma interdependência e complementaridade entre Brasil e Bolívia como forma de aquisição de condições propícias para o desenvolvimento da região e suporte para enfrentar os desafios da globalização.

CAPÍTULO TERCEIRO

4 A RELAÇÃO BRASIL-BOLÍVIA ATUAL – REVIVENDO O PASSADO

3.1 BRASIL-BOLÍVIA E A QUESTÃO DO GÁS - DEPENDÊNCIA OU INTEGRAÇÃO REGIONAL?

A solução diplomática da questão do Acre com a assinatura do Tratado de Petrópolis, tratada no capítulo anterior, consolidou a delimitação fronteiriça entre Brasil e Bolívia, mas não encerrou as relações entre os dois países vizinhos. Ao longo do último século, as trajetórias destas nações cruzaram-se em diversas oportunidades, ora por conveniência mútua, ora por interesses mais de um do que outro país, ora por circunstâncias políticas e econômicas mundiais. Desde 1879, quando foi formalizado o primeiro tratado para cumprimento de Cartas Rogatórias, até fevereiro de 2007, Brasil e Bolívia entabularam mais de 100 tratados, acordos, ajustes, memorandos, convênios e declarações relacionadas a diversos assuntos, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores¹⁵⁷. A despeito da questão da anexação do Acre, a existência destes acordos demonstrava não só o interesse mútuo, mas também uma teórica satisfação na relação.

Entretanto, com a chegada de Evo Morales à presidência da Bolívia, em janeiro de 2006, a relação entre os dois países passou a ser crítica, a despeito da exaltada amizade particular com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ponto crucial da crise, termo, aliás, não utilizado por nenhum dos dois governos, foi o posicionamento do governo boliviano em retomar as reservas de hidrocarbonetos e de nacionalizar as empresas estrangeiras que mantinham investimentos na Bolívia na exploração de gás e petróleo. Essa decisão atingiu frontalmente os interesses da empresa brasileira Petrobrás S.A., com investimentos vultosos aplicados naquela região, decorrentes de contratos assinados entre os dois países. Demais disso, como se verá alhures, a decisão teve reflexos marcantes na política energética brasileira e resultou em alterações econômicas consideráveis, demonstrando vulnerabilidade na posição brasileira, a despeito da discrepância potencial entre os dois países.

¹⁵⁷ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/dai/biboliv.htm>>, acessada em 12.11.2007.

Para concretizar suas ações, Evo Morales determinou a ocupação de refinarias por tropas militares armadas, fato que gerou inclusive apelo em alguns setores políticos do Brasil e de parte da imprensa, a exigência de reação também armada e postura mais firme do governo brasileiro na defesa dos interesses da Petrobrás, o que foi rechaçado pela diplomacia brasileira.

Para o presidente Evo Morales o gás natural é riqueza da Bolívia e imprescindível para os países consumidores, razão pela qual devem pagar preço maior do que o praticado ao tempo de sua assunção ao poder que era, ao seu entender, um subsídio dado pelo povo boliviano ao Brasil. Durante reunião da Cúpula do Mercosul, em janeiro de 2007 na cidade do Rio de Janeiro, Morales afirmou que “A Argentina compra o gás boliviano a 5 dólares por milhão de unidade térmica britânica, BTU, enquanto o Brasil paga somente 4 dólares por milhão de BTU pelo gás bombeado a São Paulo”.¹⁵⁸ De acordo com o presidente da Bolívia, a continuação do pagamento do preço menor do que a Argentina resultaria em benefício para o Brasil. “Com muito respeito ao Brasil, ao companheiro Lula, quero dizer que Bolívia não pode seguir subsidiando gás para o Brasil”.

No Brasil existem opiniões díspares quanto à ação da Bolívia e quanto à reação do governo brasileiro. O presidente Lula, em posição considerada desastrosa por seus opositores e parte da imprensa nacional, declarou que: “O fato de os bolivianos terem direitos não significa negar o direito do Brasil. O que não pode é uma nação tentar impor a sua soberania sobre as outras sem levar em conta que o resultado final da democracia é o equilíbrio entre as partes”¹⁵⁹ A afirmação do ministro das relações exteriores, Celso Amorim, entretanto, contrastam com as declarações do presidente Luiz Inácio. De acordo com o ministro, em caráter reservado o presidente brasileiro teria falado ao presidente boliviano e ao presidente da Venezuela, Hugo Chavez, que “que não gostou nem um pouco da atuação de ambos no episódio da nacionalização do gás boliviano”.¹⁶⁰

¹⁵⁸ QUIROGA, Carlos Alberto. *Morales quer "reformas profundas" no Mercosul*. Fonte Jornal **Uol últimas notícias**. Edição de 18.01.2007, disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/economia/2007/01/18/ult29u53174.jhtm>, acessada em 12.11.07.

¹⁵⁹ ZIMMERMAN, Patrícia. Lula diz que Bolívia não pode impor sua soberania ao Brasil. Jornal **Folha on line**. Brasília. Edição de 03.05.2006, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107368.shtml>, acessada em 12.11.07.

¹⁶⁰ *Intervenção de Chávez ameaça a integração, diz Amorim*. Fonte **Jornal Folha de São Paulo**, edição de 10.05.2006, disponível em Gestor Digital de Informações, http://www.eletrosul.gov.br/gdi/gdi/cl_pesquisa.php?pg=cl_abre&cd=mjYfe38DUkf, acessada em 12.11.2007.

Não obstante a crise, de parte de Brasil e Bolívia surgem declarações contraditórias constantes em relação à continuidade ou não da relação comercial entre os dois países, de modo que não há possibilidade de se prever o desfecho da questão do gás, posto que as condicionantes para seu deslinde são tantas que torna a resolução muito mais complexa do que se possa imaginar. Existem declarações brasileiras que interpretam a ação do governo boliviano como quebra de contrato, oportunismo e traição. Por outro lado, existem declarações bolivianas que interpretam as circunstâncias anteriores à nacionalização como concretizações imperialistas e explorações injustas, entre outras. Ainda assim, de ambas as partes, existem declarações quanto à necessidade da continuidade do investimento da Petrobrás na Bolívia para que não haja solução no fornecimento do gás boliviano ao Brasil, que dele se tornou dependente.

A compreensão da questão do gás e a necessidade de se prever ocorrências futuras, malgrado as condicionantes relacionadas à globalização, que refogem do controle interno de cada país, obrigam que seja revisitada a história de Bolívia e Brasil, um pouco mais além do que os dois últimos anos. Não é possível analisar a questão sob a ótica da interpretação que cada país faz acerca do contrato e dos investimentos internacionais na exploração das reservas de gás da Bolívia. Há reflexos históricos, políticos, econômicos e, acima de tudo questões internas, no Brasil e na Bolívia a fomentar uma posição de enfrentamento e, ao mesmo tempo, de conciliação como forma de encontrarem, os dois governos, ponto de conveniências mútuas para a manutenção do poder e dos interesses de seus países. Ou seja, tanto pelo prisma da teoria da dependência quanto sob a ótica da integração regional, Brasil e Bolívia necessitam manter suas relações, principalmente no aspecto do gás natural, porém, seus governantes precisam acima de tudo marcar claramente suas posições para o aspecto político interno.

Assim, para que se entenda como a situação chegou a este ponto, é importante compreender e comparar, ainda que este não seja o objetivo central deste trabalho, a trajetória destes dois países no último século, a partir da questão do Acre.

4.2 BOLÍVIA – UMA NAÇÃO SEM UNIDADE ÉTNICA

A história da Bolívia é rica em conflitos internos decorrentes do distanciamento étnico entre os povos autóctones e os descendentes de espanhóis colonizadores. Esta falta de unidade até hoje é marca característica daquele país e talvez seja o principal fator para que ele não tenha aproveitado com sucesso o potencial de riquezas existentes em seu território, ocasionando sua dependência. A divisão étnica gera persistente instabilidade política e, hoje mais do que nunca, esta circunstância é considerada quando da análise de investimentos externos naquele país.

Da divisão social e da instabilidade política, segundo ROCHA¹⁶¹, decorre a falta de capacidade da Bolívia em traduzir seu potencial de riqueza em ações para reduzir as desigualdades sociais e desenvolver uma mínima indústria local competitiva para este setor, vivenciando, por isso, um grave contraste econômico que cria mais tensão entre os povos bolivianos. Resultado dessa soma de fatores é o aumento da pobreza e desigualdade social, atraso tecnológico, falta de competitividade com o mercado externo, eternizando um ciclo vicioso de proporções catastróficas, para usar o termo com que os bolivianos adjetivam suas derrotas. A Bolívia jamais alcançou estabilidade política e tampouco conseguiu estabelecer um progresso econômico consentâneo com os demais países da América Latina.

A chegada do colonizador marcou o encontro do estrangeiro com povos autóctones como a “Viscachanense, a Ayampitinense, a Chiripa, a Wancarani, a dos Urus e particularmente a Tiwanacota, esta caracterizada como o primeiro Império Andino, florescido bem antes dos Incas e em cujos domínios se construiu a primeira cidade planejada da região: Tiwanacu”.¹⁶² E apesar de todo o processo de transformação por que passou a Bolívia sobreviveram ali duas etnias que hoje constituem cerca de 68% da população: os Aymará e os Quéchuas. CAMARGO faz uma descrição da situação atual dos povos autóctones:

A Bolívia é um dos países do continente americano com maior percentagem de população indígena ou autóctone. Segundo dados do censo de 1992, cerca de 66 por cento da população pertence a segmentos étnicos originários ou com eles se identifica fortemente, em particular com

¹⁶¹ ROCHA, Maurício Santoro. *Bolívia de 1952 ao século 21*, Monografia disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/Premio%20%202006.pdf>>, acessada em 25.10.07.

¹⁶² TAVARES, Elaine. *A Bolívia vive sua hora histórica*. Revista eletrônica Alia.net, disponível em <www.Alia2.net>, acessado em 26.07.07.

os dois núcleos autóctones de maior expressão demográfica, os grupos aymará e quéchua.¹⁶³

A existência de riquezas naturais e a disputa pela primazia de sua exploração potencializou a divisão étnica na Bolívia. A descoberta e o domínio do cerro de Potosí, grande fonte de minério de prata, minério que segundo ROCHA¹⁶⁴ foi a base da economia boliviana até o fim do século XIX. Aquela riqueza também foi a razão de escravização dos povos indígenas pelos colonizadores. Contudo a luta contra a escravidão colonizadora fomentou também o desejo de soberania. Assim, constantes sublevações e revoltas são registradas na história daquela colônia espanhola até a sua independência, em 1825.

A Bolívia independente, contudo, não verifica trajetória distante da colônia. Conflitos internos perduram. As populações autóctones muito embora tenham participação ativa no processo de independência, são alijadas do poder, dominado por grandes proprietários de terras, pelos caudilhos e coronéis, adversários da população indígena pelas riquezas e pela própria terra. No âmbito internacional, a dinâmica dos eventos históricos bolivianos demonstra constantes crises territoriais e derrotas fragorosas.

Três ocorrências tiveram grande impacto na história boliviana: a Guerra do Pacífico¹⁶⁵, disputa territorial que deixou a Bolívia sem saída para o mar, justificada pelo controle de região rica em nitratos; a Guerra do Acre, e a Guerra do Chaco¹⁶⁶, disputa territorial também chamada guerra do petróleo, por estar este produto subjacente aos motivos da disputa. Fato marcante nos três eventos é a presença do

¹⁶³ CAMARGO, Alfredo José C. Jordão de. *Bolívia – a criação de um novo país. A ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales*. Brasília: FUNAG – Ministério das Relações Exteriores, 2006, p. 11.

¹⁶⁴ ROCHA, Maurício Santoro. *Bolívia de 1952 ao século 21*, Monografia disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/Premio%20%202006.pdf>>, acessada em 25.10.07.

¹⁶⁵ A Guerra do Pacífico foi travada entre 1879/83, na qual o Chile tornou-se vitorioso sobre a coligação peruana-boliviana, e em consequência a Bolívia perdeu o seu acesso ao litoral Pacífico, feito por Arica, e uma região rica em recursos naturais (depósitos de nitratos que serviam como fertilizantes). Desde então, há um profundo ressentimento nacional contra os chilenos e uma não aceitação do Tratado de 1904, que deixou o país sem porto de mar, inclusive a recuperação do acesso ao oceano Pacífico consta como um objetivo nacional boliviano em sua atual Constituição.

¹⁶⁶ A Guerra do Chaco (1932/1935) ocorreu por uma disputa territorial entre Bolívia e Paraguai pela região do Chaco Boreal, importante para a navegação do Rio do Prata e acesso ao rio Paraguai. Deixou saldo de mortos que varia entre 60 e 100 mil mortos. É interpretada como uma guerra imperialista pela disputa entre duas hegemonias estrangeiras pelo controle de uma possível fonte de petróleo na região e pelo transporte via rio Paraguai. A Bolívia representava os Estados Unidos e o Paraguai, a Inglaterra.

interesse de grandes países considerados centrais, sem envolvimento direto no conflito, como Estados Unidos e a Inglaterra, em clara atuação imperialista.

As perdas verificadas naqueles episódios continuam ecoando no sentimento do povo boliviano e são sempre adicionadas aos motivos de cada movimento interno de questionamento do poder constituído ou de suas políticas e posicionamentos no âmbito internacional, notadamente no aspecto econômico. Este sentimento fez eclodir na Bolívia movimentos sociais cíclicos e considerados revolucionários, que influenciaram no trato com as empresas internacionais petrolíferas que operam naquele país. Assim, torna-se importante verificar alguns destes movimentos, porquanto explicam o momento atual da relação Brasil-Bolívia no tocante à questão do gás.

4.2.1 A REVOLUÇÃO BOLIVIANA DE 1952

A revolução de 1952, conduzida pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), consistiu em um projeto de inclusão política de grupos sociais multilaterais, almejando fortalecer o sentido de identidade nacional e consolidar o Estado como representativo de tais grupos, em oposição ao Estado liberal-oligárquico, este “expressão apenas dos interesses da minoria hegemônica constituída pelos proprietários da indústria de mineração e pelos grandes *hacendados*”.¹⁶⁷

Essa revolução entrou para a história boliviana por envolver mineiros e camponeses armados que, organizados principalmente pela ação da recém-nascida Central Operária Boliviana (COB), depuseram o governo militar, e elegeram Vitor Paz Estensoro para a presidência. Ele permaneceu até 1965. Realizou reformas essenciais para o desenvolvimento do país. A revolução foi considerada das mais avançadas nos processos políticos verificados na América Latina, comparável às de Cuba e México.

A revolução de 1952 teve como um dos pontos de destaque, dentre outros tantos, a nacionalização das mineradoras de estanho, com a criação da Corporação Mineira da Bolívia - Comibol, A despeito dos inúmeros avanços decorrentes daquele

¹⁶⁷ CAMARGO, Alfredo José C. Jordão de. *Bolívia – a criação de um novo país. A ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales*. Brasília: FUNAG – Ministério das Relações Exteriores, 2006, p. 150.

movimento nos mais diversos campos, como destacado por historiadores bolivianos, verificou-se, na constatação de ROCHA,¹⁶⁸ que o regime falhou em consolidar a democracia, implantando um modelo de cidadania corporativa que degenerou em relações clientelistas e autoritárias da sociedade com o Estado. SEGABINAZZI¹⁶⁹ considera que a Revolução de 1952 rompeu com a dominação da oligarquia do estanho e dos proprietários rurais, mas não substituiu esse regime por uma democracia de massas.

A Bolívia foi submetida ao regime militar, tal e qual o Brasil, passando inclusive por quatro anos de estado de sítio. Este período, no entanto, foi marcado pela resistência dos povos autóctones, dos trabalhadores urbanos e dos estudantes, que demonstravam sua revolta e pararam o país através de greves gerais, trancamento de ruas e estradas, invasão de palácios, choques com as Forças Armadas, do poder, entre outros, até o retorno de Paz Estensoro (1985/1989).

O segundo governo de Estensoro teve característica distintas do primeiro. Com uma política tendente a atender aos preceitos do modelo econômico e social neoliberal, foram impostas políticas públicas para estabilização da moeda e controle da inflação, ajuste financeiro nas contas do Estado e abertura ao mercado mundial, com conseqüente redução da política social do Estado e crescimento do desemprego. A privatização da Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL) marcou definitivamente a distinção entre um período e outro,

O modelo de privatização foi também levado a termo por Gonzalo Sanchez de Lozada (1993/1997), que teve uma gestão baseada em três pilares: a capitalização de empresas estatais, a descentralização administrativa, pela Lei de Participação Popular (que possibilitou que lideranças indígenas assumissem o controle de suas próprias comunidades), e a reforma educacional. Em seu governo, houve alteração constitucional para reconhecer a Bolívia como Estado plurinacional.

¹⁶⁸ ROCHA, Maurício Santoro. *Bolívia de 1952 ao século 21*, Monografia disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/Premio%20%202006.pdf>>, acessada em 25.10.07.

¹⁶⁹ SEGABINAZZI, Alessandro Segabinazzi. *Bolívia: de 1952 ao Século XXI Diversas Sínteses de uma Revolução*, Monografia disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/Premio%20%202006.pdf>>, acessada em 25.10.07.

4.2.2 A GUERRA DA ÁGUA

O fato conhecido como a “Guerra da Água” é pitoresco do ponto de vista da repercussão, e ilustra o espírito nacionalista do povo boliviano, sendo considerado precursor da crise atual dos hidrocarbonetos. Na gestão do Presidente Banzer (1997/2001), decidiu-se privatizar os serviços de abastecimento de água.¹⁷⁰ Apesar da rejeição da lei pelo Congresso ocorreu a privatização do serviço apenas na cidade de Cochabamba para um consórcio internacional que reuniu empresas da Bolívia, da Espanha, da Itália e dos EUA. Os novos donos impuseram leis draconianas que incluíam a proibição de se recolher água da chuva, além do aumento das tarifas, que excluíam a grande maioria da população do acesso a esse bem. Como consequência, ocorreram confrontos entre o governo e a população. Bloqueios foram organizados em estradas e deu-se a ocupação simbólica da cidade., resultando em saldo de dezenas de mortos e feridos.

Com a continuidade dos protestos ocorreu a anulação do contrato de privatização. Uma coordenadoria integrada por organizações de bairros, profissionais liberais, perfuradores de poços, professores, camponeses, cocaleiros, aposentados, estudantes, entre outros assumiu a gestão do abastecimento de água: inaugurando uma nova fase dos movimentos sociais na Bolívia.

Daquele episódio sobressaiu-se o Movimento para o Socialismo (MAS), que se tornaria posteriormente o partido mais importante do país. O representante do MAS, Evo Morales, conquistou a presidência da Bolívia, em dezembro de 2005., tornando-se o primeiro índio a ser eleito para o cargo na América do Sul. Segundo ROCHA,¹⁷¹ a Guerra da Água também foi simbólica para os movimentos sociais, porquanto teria derrotado a racionalidade de mercado que guiara a adoção das reformas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990.

¹⁷⁰ Esta privatização da água potável, um dos crimes denunciados no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, foi uma tendência dos governos liberais na América Latina, tendo acontecido o mesmo no Uruguai, onde o contrato, com uma empresa espanhola, foi rompido em função de um referendo popular.

¹⁷¹ ROCHA, Maurício Santoro. *Bolívia de 1952 ao século 21*, Monografia disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/Premio%20%202006.pdf>>, acessada em 25.10.07.

4.2.3 A GUERRA DO GÁS - O REENCONTRO BRASIL-BOLÍVIA

A chamada “Guerra do Gás” eclodiu na Bolívia em outubro de 2003, envolvendo cinco dos nove estados bolivianos, tanto no Altiplano quanto nas regiões baixas, percorrendo cidades importantes como El Alto, La Paz, Sucre, Potosí, Oruro e Cochabamba, além das zonas agrárias, “contando com a participação de populações indígenas como a Aymará, a Quéchuá, a Guaraní e outras de menor expressão”.¹⁷² Este fato iria refletir profundamente na relação Brasil Bolívia, como se verá adiante.

Após a prata, a borracha e o estanho, minério que substituiria a prata em importância econômica na Bolívia na década de 80 do século passado, a descoberta do gás natural significou uma nova oportunidade para a Bolívia abandonar o desonroso posto de segundo país mais pobre da América, perdendo apenas para o beligerante Haiti.

O esgotamento das riquezas anteriores e a desigualdade na distribuição de seus benefícios levou o modelo de exploração do gás natural a tornar-se o cerne da vida política da Bolívia e ponto central nos conflitos étnicos bolivianos, de forma tão arraigada que até mesmo um presidente renunciou por ter sua política contestada em relação ao assunto.

Justamente pela questão étnica e pela contestação dos modelos adotados pelo estado em contraposição às pretensões da maioria indígena, a Bolívia possui um histórico cíclico de nacionalização de empresas petrolíferas estrangeiras com investimento naquele país. Em 1936, logo após a Guerra do Chaco, a empresa petrolífera dos Estados Unidos Standard Oil teve seus ativos nacionalizados em troca de US\$ 1,7 milhão, sob acusação de que havia auxiliado o Paraguai na guerra. Na oportunidade, foi criada para atuar em seu lugar a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). Contudo, após a abertura ao capital estrangeiro de forma aprofundada pelos governos militares, a empresa norteamericana Gulf Oil, tornou-se a maior investidora na Bolívia e operava na exploração do gás e do petróleo, contudo, em 1969, teve decretada sua nacionalização. Sobre as ações, concluem CEPIK e CARRA que

¹⁷² SEGABINAZZI, Alessandro Segabinazzi. *Bolívia: de 1952 ao Século XXI Diversas Sínteses de uma Revolução*, Monografia disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/Premio%20%202006.pdf>>, acessada em 25.10.07.

Nenhuma das duas nacionalizações logrou resolver os problemas do país. A Bolívia continuou tão pobre quanto era antes e a YPFB revelou-se incapaz de assumir os elevados encargos necessários para conduzir a indústria petrolífera. Em ambos os casos, faltaram capitais para investir em pesquisa, exploração e modernização. Faltava também mão-de-obra qualificada para tocar o setor.¹⁷³

Fracassadas as nacionalizações, criou-se então o ambiente favorável para a implementação da agenda neoliberal na Bolívia. O processo de privatização decorrente atingiu até mesmo a YPFB. A empresa foi proibida de produzir e explorar hidrocarbonetos. Tornava-se esta atividade permitida apenas para o capital privado, através de contratos de risco, com o objetivo de atrair investidores estrangeiros, seu capital e tecnologia. CEPIK e CARRA descrevem o processo de divisão dos ativos antes da privatização da seguinte maneira:

Os campos foram divididos em duas sociedades anônimas mistas (SAM): a Andina S.A. (composta por 50% de fundos de pensão bolivianos; 20,25% da Repsol-YPF; 20,25 da Petrobrás e 9,5% da Pluspetrol), e a Chaco S.A.(composta por 50% de fundos de pensão bolivianos; 30% BP e 20% Bidas). As duas refinarias foram vendidas por US\$102 milhões para o consórcio Petrobrás (70%) e Pecom (30%) e depois passaram à primeira. A lei também liberou a importação e exportação de petróleo, gás e derivados.¹⁷⁴

Entretanto, à medida que o processo de capitalização avançava, protestos sociais iam-se multiplicando, sem alterar a convicção governamental de que o projeto era fundamental para o futuro econômico da Bolívia. Nesse período, tiveram início as obras de construção do Gasbol, gasoduto ligando Rio Grande, na Bolívia, ao mercado consumidor de São Paulo, no Brasil.

O processo de capitalização, nome oficial da privatização, do restante da YPFB teve continuidade também durante a presidência subsequente de Hugo Banzer (1997-2001), sendo grande parte adquirida pela Petrobras e pela Perez Compac (Pecom). As ações da YPFB que pertenciam aos trabalhadores bolivianos passou a ser administrada por fundos de pensão, o que, porém, não impediu que questionassem as condições extremamente vantajosas que eram oferecidas às

¹⁷³ CEPIK, Marco e CARRA, Marcos. *Nacionalização boliviana e desafios da América do Sul*. Revista **Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano**, n. 4, abr. 2006. Disponível em <<http://observatório.iuperj.br>>, acessado em 30.10.07.

¹⁷⁴ CEPIK e CARRA. Op. Cit., acessado em 30.10.07.

empresas transnacionais, embora também fossem beneficiados com as vantagens por serem acionistas.

O crescimento do capital estrangeiro no controle acionário e os investimentos estrangeiros (como os da Petrobras e da Repsol-YPF) intensificou os protestos sociais organizados. Argumentavam os contrários aos investimentos com a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais bolivianos sem a concretização de benefícios para a população. Defendiam o retorno da posse dos hidrocarbonetos ao Estado boliviano, para que, assim, tivesse controle sobre o excedente econômico, aplicando-o no interesse do povo.

O governo do Presidente Banzer passa a simbolizar a privatização e é visto como contrário aos interesses do povo boliviano. Derrotado nas urnas, Banzer é substituído por Sanchez de Lozada, do MNR. Este, contudo, é deposto, em meio a revoltas populares promovidas desta vez em favor da nacionalização do gás e da soberania das comunidades autóctones. A “guerra do gás” tem seu ponto culminante com a declaração do governo de que a exploração e exportação do gás boliviano seriam entregues a uma empresa norteamericana¹⁷⁵ a Pacific LNG, para transporte através de um gasoduto construído até um porto chileno, por falta de condições financeiras e técnicas para o transporte pelo Peru, o que reavivou velhas feridas no orgulho do povo boliviano¹⁷⁶,.

A reação dos movimentos sociais bolivianos é marcada por protestos violentíssimos, pelo conflito entre a polícia e as Forças Armadas, em razão da greve dos policiais, ocasionando um clima de total instabilidade no país, culminando com a rebelião indígena que forçou a renúncia do Presidente Lozada e um deu início a um novo acordo entre os atores sociais e políticos acerca dos temas mais relevantes para o país. O novo governo assumiu o compromisso de convocar referendo para aprovação de uma nova lei de hidrocarbonetos, e convocar uma assembléia nacional constituinte (ANC).

Em conseqüência desse acordo, o Presidente Carlos Mesa, vice de Lozada, propôs plebiscito, em 18 de julho de 2004, cujo resultado apontou para a modificação da política energética e de gás natural, principal riqueza do país, com a recuperação da propriedade dos recursos energéticos na superfície (sem

¹⁷⁵ Os movimentos sociais não viam com bons olhos qualquer relação com os Estados Unidos pelo fracasso da política de erradicação da coca e pelo seu apoio às ditaduras militares.

¹⁷⁶ Foi para o Chile que a Bolívia perdeu sua saída para o Pacífico na Guerra do Chaco (vide nota 6).

perfuração) e a reconstituição da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB).

Entretanto, a lei aprovada pelo Congresso boliviano, ao contrário do que almejavam os movimentos sociais, a nacionalização do setor, apenas aumentou os impostos pagos pelas empresas estrangeiras (para 32%). Esta ação, no lugar da nacionalização, o que aguçou ainda mais a revolta de movimentos sociais importantes como o MAS (Movimiento al Socialismo), a COB (Central Obrera Boliviana) e a Comunidade Al Alto (a mais radical por exigir a expulsão dos estrangeiros e a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte).

Surgem, em apoio a Carlos Mesa e preocupados com o fim dos investimentos estrangeiros, manifestações contra-ofensivas de um movimento separatista da Província de Santa Cruz, principal produtora de hidrocarbonetos, e Tajira, cidades onde houve maior desenvolvimento industrial recente, e dos chamados Comitês Cívicos em defesa do "estado das coisas e da propriedade", com considerável número de adeptos.

Entretanto, os conservadores foram fortemente rechaçados pelos nacionalistas, que constituíam um grupo de pelo menos 12 mil camponeses, indígenas e professores rurais, liderados por Evo Morales, que, vindos do interior, numa marcha histórica que percorreu aproximadamente 200 km, tomou as ruas de La Paz, para exigir a nacionalização do gás e do petróleo, além da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte¹⁷⁷.

A crise se agravou e resultou no bloqueio de 60% das estradas bolivianas, fechando as vias de comunicação com a Argentina, Paraguai, Chile e Peru. Aumentaram os riscos de novo golpe militar. O presidente Carlos Mesa renunciou na noite de 06 de junho de 2005, acreditando ser aquela a única saída para evitar a guerra civil, ante a possibilidade de ter que pagar indenização de cerca de US\$8 bilhões, quantia próxima ao PIB do país (US\$8,8 bilhões). Mesa foi substituído pelo presidente da Suprema Corte, Eduardo Rodriguez, que governou o país por seis meses até as eleições presidenciais vencidas por Evo Morales.

¹⁷⁷ As reformas constitucionais propostas por Morales foram aprovadas, em primeiro debate, no último dia 01 de dezembro de 2007, por uma Assembléia Constituinte reunida em um colégio militar e à revelia da oposição, em meio a tumulto e revoltas populares, que já fecharam por várias vezes a fronteira do país, deixando saldo de vários mortos e feridos, colocando mais uma vez o País em estado de guerra.

4.2.4 O FATOR EVO MORALES

A turbulência que marcou a história da Bolívia pela crise de falta de hegemonia de um grupo social, parece não se esgotar com ascensão política de Evo Morales, a despeito de sua origem baseada na maioria étnica e pobre da Bolívia. De acordo com SEGABINAZZI¹⁷⁸ “entre 2000 e 2006, a Bolívia teve sete presidentes e uma média anual de 3.450 conflitos entre movimentos sociais e o Estado, que deixaram o saldo trágico de cerca de trezentos mortos – mais do que os massacres cometidos durante as ditaduras militares”. Analisando a história daquela país, CAMARGO ressalta a recorrência de dois traços característicos do povo boliviano, sempre presentes nos conflitos internos:

O nacionalismo, que frequentemente se traduz em hostilidade e antipatia a investimentos estrangeiros, sobretudo em segmentos estratégicos (como gás, água e recursos minerais em geral) e a indocilidade corajosa de seus setores populares, muitas vezes próximos da incoercibilidade na defesa de suas demandas.¹⁷⁹

Tais fatores levaram a Bolívia a apontar Índice de Desenvolvimento Humano – IDH comparável ao das nações da África Subsaariana.¹⁸⁰ A título de comparação, o PIB boliviano no ano passado correspondia a algo como pouco mais de 1% do brasileiro. SADER destaca que ocorre, na Bolívia atual, uma dissociação entre o poderio econômico, localizado mais na região oriental da Bolívia (com os investimentos estrangeiros nos hidrocarbonetos, nos serviços e na agroindústria), e o poderio político dos movimentos sociais e cívicos, situado no ocidente do país. “Essa polarização regional expressa também uma separação e um enfrentamento étnico e de classes claramente diferenciados: empresários no oriente amazônico-platino (Santa Cruz, Beni, Tarija), denominados “cambas”, com poder econômico, e

¹⁷⁸ SEGABINAZZI, Alessandro. *Bolívia: de 1952 ao Século XXI Diversas Sínteses de uma Revolução*. Monografia disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/Premio%20%202006.pdf>>, acessada em 25.10.07.

¹⁷⁹ CAMARGO, Alfredo José C. Jordão de. *Bolívia – a criação de um novo país. A ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales*. Brasília: FUNAG – Ministério das Relações Exteriores, 2006, p. 188.

¹⁸⁰ ROCHA, Maurício Santoro. *Bolívia de 1952 ao século 21*, Monografia disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/Premio%20%202006.pdf>>, acessada em 25.10.07.

de outro lado os indígenas¹⁸¹ e setores plebeus no ocidente andino (La Paz, Cochabamba, Potosí, Oruro), denominados “collas”¹⁸².

Na visão crítica de SADER, a crise de legitimidade do Estado e das elites bolivianas se funda também no fracasso das promessas da globalização e da modernização, resultando num cenário de extrema pobreza, desigualdades e exclusão sociais, o que explicaria o ressurgimento do nacionalismo como bandeira, com repercussão em várias esferas da vida nacional, com destaque para o encorpamento dos movimentos sociais indígenas. Demonstra a força adquirida por esses movimento o resultado obtido nas eleições gerais de 2002¹⁸³, com índice proporcional superior ao partido vencedor das eleições, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR).¹⁸⁴

Produto desses movimentos sociais, Evo Morales¹⁸⁵ chegou à presidência da Bolívia na segunda¹⁸⁶ eleição que disputou para o cargo, como resposta desses movimentos às políticas implementadas pelos governos anteriores, de caráter eminentemente neoliberal. Sua eleição, em 18 de dezembro de 2005, constituiu-se num fato histórico por vários motivos: a) pela relevância estatística: maioria absoluta, com 53,74% dos votos válidos (1.489.866 votos), na eleição que contou com a maior participação em toda a história eleitoral do país (84,51% dos eleitores habilitados);¹⁸⁷ b) Morales foi o primeiro Presidente eleito em primeiro turno desde o retorno da

¹⁸¹ De acordo com o último censo boliviano, 62% de sua população é indígena. Os Aymaras representam 25% e se encontram assentados na região do Altiplano e os Quechuas habitam principalmente os Valles e constituem 30% do total da população.

¹⁸² SADER, Emir. *Movimento popular luta pela hegemonia política na Bolívia*. Fonte sítio **Marxismo Revolucionário Atual**, disponível em <<http://www.marxismorevolucionarioatual.org>>, acessado em 26 de julho de 2007.

¹⁸³ Os dois novos partidos - Movimento para o Socialismo - MAS, presidido por Evo Morales, e o Movimento Indígena Pachakuti - MIP, de Felipe Quispe Huanca - surgidos dos movimentos sociais, com discurso de oposição essencialmente antineoliberal, obtiveram juntos aproximadamente 28% dos votos.

¹⁸⁴ Considerado o partido historicamente mais importante da Bolívia, foi criado em 1941, tendo sido protagonista da Revolução de 1952, rejeita tanto o Fascismo como o Marxismo, defende a aliança de classes como alicerce de democracia nacionalista.

¹⁸⁵ Juan Evo Morales Ayma (nascido em Orinoca, Oruro, em 26 de Outubro de 1959) é o atual presidente da Bolívia e líder do movimento esquerdista boliviano *cocalero*, uma federação de agricultores que tem por tradição o cultivo de coca para atender um costume milenar da nação que é mascar folhas de coca.

¹⁸⁶ Na primeira eleição, em 2002, obteve o segundo lugar, e, juntamente com Felipe Quispe Huanca, do Movimento Indígena Pachakuti (MIP) aproximadamente 28% dos votos, índice superior ao partido vencedor das eleições, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR).

¹⁸⁷ Informe da Corte Nacional Eleitoral, publicado no periódico La Razón. La Paz, Bolívia, 22 de janeiro de 2006, apud ROCHA, Maurício Santoro. *Bolívia de 1952 ao século 21*, Monografia disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/Premio%20%202006.pdf>>, acessada em 25.10.07.

democracia na década de 1980; c) foi o primeiro presidente de origem indígena¹⁸⁸ eleito (é descendente dos Aymarás), num país de população de maioria autóctone (62% segundo o censo de 2001); d) foi vencedor em todas as grandes cidades (exceto Santa Cruz); e) seu partido (MAS) passou a ocupar a maioria da Câmara dos Deputados e quase isso no Senado, tendo eleito 3 dos 9 governadores dos Departamentos. Todo esse sucesso foi alcançado a despeito da oposição dos principais meios de comunicação de informação eletrônicos e impressos, das associações de empresários e proprietários de minas, além das intervenções da embaixada dos Estados Unidos, o que na prática teve efeito contrário, e incentivou a participação massiva da população nas eleições.

Fontes de esquerda consideram Evo Morales o mais pleno representante do Fórum Social Mundial na Bolívia, por sua política denominada neo-reformista em defesa da Democracia e humanização do capitalismo. Sua proposta maior seria a revolução democrática descolonizadora, que objetiva o reconhecimento da identidade indígena da Bolívia.

Nesse sentido, SADER destaca que a posse de Tabaré Vasquez na presidência do Uruguai - o primeiro presidente de esquerda na história do país - confirma a nova maré dos partidos e movimentos de esquerda na América do Sul. Também caminham nessa vereda, pelo menos em tese, Venezuela, Chile, Brasil, Argentina e agora o Uruguai, rompendo com o chamado Consenso de Washington, e a predominância do pensamento e das políticas neoliberais no continente. Além da Bolívia, enfatiza o autor que mais dois países andinos, os chamados Arco Indígena - o Peru e o Equador - apresentam uma forte ascensão dos movimentos sociais, "com o rompimento de séculos de dominação branca, de elites voltadas para o exterior e nutridas por um consolidado desprezo pelo bem-estar da maioria do povo".¹⁸⁹

Há, entretanto, na mesma ala esquerda, opiniões que o consideram mais um engodo populista. Nessa vereda, PETRAS realiza análise da eleição e do futuro do Presidente boliviano, dando-o como fruto de uma leva de presidentes eleitos com

¹⁸⁸ James Petras discorda evidenciando que o presidente Chávez de Venezuela é mestiço, que um ex-vice-presidente de Bolívia era (neoliberal) indígena, que o presidente peruano Toledo proclamava suas origens indígenas e levava um poncho durante sua campanha eleitoral. In James Petras. *Evo Morales e Bolívia: Gestos populistas e conteúdo neoliberal*. Disponível em <Rebellion.org>, acessado em 20.10.07.

¹⁸⁹ SADER, Emir. *Movimento popular luta pela hegemonia política na Bolívia*. Fonte sítio **Marxismo Revolucionário Atual**, disponível em <<http://www.marxismorevolucionarioatual.org>>, acessado em 26 de julho de 2007.

discurso de esquerda, mas que, na prática de seus governos, obedecem a lógica neoliberal capitalista:

No passado imediato, inúmeros intelectuais de esquerda, acadêmicos, jornalistas e dirigentes de ONGs têm, tolamente, embarcado em uma série de novos presidentes “populares” eleitos (Lula no Brasil, Gutiérrez no Equador, Vázquez no Uruguai e Kirchner na Argentina) que vêm respeitando as empresas privatizadas, que pagam rigorosamente a dívida externa, que aplicam as políticas fiscais do FMI e enviam forças militares ao Haiti para manter o governo títere imposto pelos EUA...¹⁹⁰

Na análise de Petras, efetuada em janeiro de 2005, há duas vertentes de estimativas proféticas a respeito do governo de Evo: a da esquerda eufórica (95%) e de setores da ultra-direita (incluindo os Estados Unidos), para quem “um presidente indígena radical das esquerdas, para contentar a imensa maioria de bolivianos pobres, transformará a Bolívia de um país com uma oligarquia branca e imperialista, que o domina com uma economia neoliberal, em um Estado de operários agrícolas indígenas com uma política exterior independente, com a nacionalização da indústria petroleira, com uma profunda reforma agrária e na defesa dos cultivadores de coca”. A outra vertente, da qual compartilha o autor citado, apresenta uma visão bastante pessimista de sua posição política e de sua possível atuação. Assim, Petras

[...] considera Morales como um político social-liberal moderado que nos últimos cinco anos tem evoluído para o centro. Não nacionalizará as multinacionais de petróleo ou de gás ainda que provavelmente renegocie um aumento moderado dos impostos e “nacionalize” os minerais do subsolo, deixando que as companhias os extraiam livremente, os transportem e comercializem. Promoverá três variantes do capitalismo: proteção das pequenas e médias empresas; convites aos investimentos estrangeiros e financiamento das companhias estatais de petróleo e mineração como sócios menores das multinacionais.¹⁹¹

Para Carra e CEPIK a aproximação de Morales com o presidente venezuelano Hugo Chávez reflete seu alinhamento com a Alternativa Bolivariana por las Américas (Alba), projeto alternativo de integração proposto por Chávez, cuja projeto ideológico almeja alcançar a liderança política e econômica na América Latina, em franca oposição à pretensão de liderança brasileira.

¹⁹⁰ PETRAS, James. *Evo Morales e Bolívia: Gestos populistas e conteúdo neoliberal*. Revista eletrônica **Rebellion**, disponível em <Rebellion.org>, acessado em 20.10.07.

¹⁹¹ PETRAS, op. Cit., acessado em 20.10.07.

Efetivamente no que diz respeito aos hidrocarbonetos, durante a campanha e nos primeiros meses na presidência (assumida em 1º de janeiro de 2006), Morales foi ambíguo, ora defendendo sua nacionalização, ora afirmando que a Bolívia queria “sócios, e não patrões”, declaração que apontava para a revisão dos contratos com as principais empresas do setor, mas sem apontar para a nacionalização. Entretanto, confirmando as previsões da “esquerda eufórica” e da extrema-direita, as dificuldades iniciais do governo de Morales fizeram sua popularidade cair 12% de janeiro até abril de 2006, o que desencadeou sua reação, no dizer de ROCHA, com um golpe de força: no dia 1º de maio, promulgou o Decreto Supremo 28.701, batizado de “Heróis do Chaco”, em referência aos mortos na guerra de mesmo nome, nacionalizando os hidrocarbonetos. Esta medida atingiu os interesses das empresas estrangeiras que investiam no setor energético, com destaque para a Petrobrás, com maciço investimento naquele país. A nacionalização atingiu diretamente interesses de Brasil e Argentina. Paradoxalmente, a iniciativa boliviana teve amplo apoio e orientação do presidente da Venezuela, Hugo Chaves, de acordo com a chancelaria brasileira.

Em um gesto controverso, característico do simbolismo revolucionário de Morales¹⁹², o Exército ocupou as refinarias até então pertencentes à Petrobras e 56 blocos de exploração de outras empresas. O decreto de nacionalização (Decreto Supremo n. 28.071, de 1º. De maio de 2006), estabelece que o Estado recupera a propriedade, a posse e o controle dos recursos de hidrocarbonetos na Bolívia, entretanto, era bem menos abrangente do que os dois anteriores, dos anos 30 e 60. O Estado boliviano assumiu controle acionário (50 + 1) de diversas empresas e os maiores campos – aqueles operados pela Petrobrás e pela Repsol- YPF – tiveram seus impostos aumentados de 50% a 82% . Os outros campos continuariam pagando 50%. As empresas petroleiras que atuam na Bolívia devem entregar sua produção à YPFB, que controlará o transporte, a refinação, a armazenagem, a distribuição, a comercialização, a industrialização e os preços dos hidrocarbonetos no país. Além disso, com o decreto foram declaradas como propriedade da YPFB as ações de empresas estrangeiras ligadas à produção de petróleo e gás, além do controle acionário majoritário das empresas Chaco S.A., Andina S.A., Transredes

¹⁹² Seus gestos são geralmente marcados por simbolismo indigenista-nacionalista: foi empossado, em janeiro de 2006, vestido com trajes e rituais típicos, batizou o decreto governamental de nacionalização do gás de “heróis do Chaco”.

S.A., Compañia Logística de Hidrocarburos de Bolívia S.A. e da Petrobrás Bolívia Refinación S.A. O decreto não mencionava qualquer tipo de indenização.

É certo considerar esta como a terceira nacionalização efetivada na Bolívia. Porém é certo também dizer que a ação na Bolívia não foi a única no cenário internacional a implementar nacionalizações e revisões de contratos internacionais,¹⁹³ geralmente por motivos políticos e econômicos, mas principalmente pela crescente importância que o petróleo e o gás vêm adquirindo como recurso estratégico para o desenvolvimento como um todo de qualquer país onde ele exista em quantidade que viabilize a exploração comercial. Assim é curial que os governos dos países possuidores de reservas exerçam controle sobre seus recursos energéticos, inclusive para fortalecer sua posição no cenário internacional. O Brasil, por exemplo, é proprietário de todas as riquezas minerais existentes, posto que o subsolo pertence à União Federal, de acordo com previsão constitucional.

Por outro lado, no que concerne ao impacto causado pelos atos de Morales contrário aos interesses do Brasil, as reações oscilaram entre o apoio e a busca de retaliação. Apoio porquanto com esse ato o presidente do país vizinho teria dado um golpe certo no imperialismo, o que deveria ser o desejo de toda a América Latina. Rejeição e proposta de retaliação porque feria diretamente os interesses de uma empresa brasileira com controle acionário público, no caso a Petrobrás. Para outra banda de opiniões, entretanto, o ato significou não apenas um entrave à economia, mas também um acinte ao Brasil pela forma como foi implementada (ocupação considerada desnecessária das refinarias por tropas do exército boliviano), exigindo do Brasil reação à altura do agravo.

Na visão interna boliviana, a nacionalização protagonizada por Morales atendeu às demandas que os movimentos sociais formularam desde a década de 90 do século passado e concretiza os resultados da “guerra do gás”. Em consequência, a popularidade do presidente boliviano disparou, atingindo mais de 80%. Com a nacionalização o partido de Evo Morales ganhou a maioria das cadeiras nas eleições de julho para a Assembléia Nacional Constituinte, assegurando o quorum necessário à aprovação das reformas pretendidas por seu governo. Para os

¹⁹³ Em 2004/2005, a Rússia reestatizou sua companhia de gás. Em 2006, o governo britânico elevou os impostos cobrados sobre as atividades desenvolvidas no Mar do Norte. Em janeiro de 2007, os Estados Unidos anunciaram proposta de aumentar os royalties sobre as atividades nas águas profundas do Golfo do México. In: NOGUEIRA, Danielle. *Diplomacia do Gás: a Petrobrás na política*

opositores, entretanto, a nacionalização era contraproducente, pois indispunha o país com o Brasil, seu maior parceiro econômico e investidor e, acima de tudo consumidor, pois é o destino de mais de 60% das exportações de gás boliviano.

4.3 A ATUAÇÃO DA PETROBRÁS NA BOLÍVIA

No início de novembro de 2007, o Brasil viveu clima de apreensão com a falta de gás natural veicular GNV nos postos de combustíveis no estado do Rio de Janeiro, decorrente da suspensão pela Petrobrás da distribuição do produto às distribuidoras regionais, o que pode ser verificado em diversas publicações nacionais e estrangeiras, como jornais e revistas de informação da época. De acordo com o noticiário brasileiro, a crise de abastecimento decorreu do cumprimento de normas legais que obrigam a Petrobrás a priorizar o abastecimento do produto às usinas geradoras de energia termelétrica em detrimento de postos de combustíveis, quando haja redução do potencial de geração nas usinas hidrelétricas.

Esta ocorrência fez aflorar críticas, verificadas nesses veículos informativos, contra a política energética brasileira, notadamente quanto à dependência do gás boliviano e a reação do governo quanto à nacionalização do gás e das empresas estrangeiras por parte da Bolívia. Com efeito, uma questão aparentemente resolvida voltou a ocupar o tema central do debate econômico, energético na política nacional. O Governo brasileiro voltou a falar na necessidade de investimentos na Bolívia para aumentar a capacidade de produção de gás natural, evitando-se assim o desabastecimento no mercado brasileiro. Aflora no sentimento nacional o fracasso do projeto de substituição da gasolina pelo álcool e o “apagão elétrico” ocorrido em 2001.

Com ambiente interno mais favorável do que a Bolívia e com condições econômicas e tecnológicas mais estáveis que o país vizinho, o Brasil despontava como potência regional e neste prisma agia no sentido de possibilitar a consolidação de sua posição. Assim, a 5 de setembro de 1938 o Brasil assinava com a Bolívia o Tratado de Roboré, que disciplinava sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano, onde os dois países concordavam em efetuar estudos topográficos e

geológicos para realizar as sondagens necessárias, destinadas a determinar o verdadeiro valor industrial das jazidas petrolíferas da zona sub-andina boliviana.¹⁹⁴

Por este tratado, que não foi executado, o Brasil realizaria as sondagens e, em caso de descoberta de petróleo e confirmada a viabilidade econômica da extração, a Bolívia permitiria a exploração por empresas brasileiro-boliviana e escoaria a produção por território brasileiro. Em março de 1958 o tratado para sondagem do potencial petrolífero - o tratado de Roboré - foi atualizado através de notas reversais. Uma divergência interna na diplomacia brasileira ocorreu quanto à execução da exploração, se por iniciativa pública ou privada. O Brasil optou por permitir a exploração por grupos privados nacionais apoiados pela Petrobrás¹⁹⁵. As críticas e oposição ferrenha de forças nacionalistas brasileiras, contrárias à exploração por grupos privados financiados com o capital estrangeiro, geraram imobilização brasileira, de modo que o contrato de Roboré não foi executado mesmo depois de atualizado.¹⁹⁶

A omissão na execução do Tratado de Roboré, a princípio, demonstrava ser a medida mais acertada para Brasil, cuja trajetória continuava distanciando-se cada vez mais da Bolívia após a ocorrência da Guerra do Acre. As nacionalizações promovidas pelo governo boliviano em desfavor de empresas estrangeiras e a

¹⁹⁴ Relatório final do Plano de Gestão Ambiental da PETROBRAS, disponível em http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/02/24/000009265_3980313101734/Rendered/INDEX/multi_page.txt, acessado em 30.10.07..

¹⁹⁵ Na elaboração dessas notas, a posição acatada foi a do coronel Alexínio Bittencourt, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, que defendia a exploração do petróleo boliviano por grupos privados nacionais com o apoio da Petrobrás, contrapondo-se ao coronel Janari Nunes, presidente dessa empresa estatal, que exigia exclusividade na execução da tarefa. Ainda em relação às Notas Reversais, em novembro de 1958 o coronel Bittencourt viria a denunciar a gestão de Roberto Campos à frente do BNDE, por forçar as empresas brasileiras interessadas na exploração do petróleo boliviano a receberem financiamento da Pan-American Land Oil & Royalty Co., sob condições que implicavam sua completa desnacionalização. Instituída uma CPI para verificar o caso, ficaram comprovadas as denúncias contra Roberto Campos, que seria forçado a se demitir. O acordo Roboré e as Notas Reversais foram muito combatidos pelas forças nacionalistas, que neles viam uma cunha contra o monopólio estatal. Eles nunca foram implementados, contudo, e o Brasil não chegou a explorar o petróleo boliviano. Site da Petrobras, disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2670_10.asp, acessado em 30.10.2007.

¹⁹⁶ Ainda em relação às Notas Reversais, em novembro de 1958 o coronel Bittencourt viria a denunciar a gestão de Roberto Campos à frente do BNDE, por forçar as empresas brasileiras interessadas na exploração do petróleo boliviano a receberem financiamento da Pan-American Land Oil & Royalty Co., sob condições que implicavam sua completa desnacionalização. Instituída uma CPI para verificar o caso, ficaram comprovadas as denúncias contra Roberto Campos, que seria forçado a se demitir. Gestão de Informação Digital Eletrosul: *O petróleo boliviano*, 06.02.2006, disponível em http://www.eletrosul.gov.br/gdi/gdi/cl_pesquisa.php?pg=cl_abre&cd=lfoeda7@%7DTfh, acessado em 30.10.07.

instabilidade política do vizinho país, mostrou ambiente totalmente inóspito para investimento de capital estrangeiro.¹⁹⁷

Alguns fatores, entretanto, compeliram o Brasil a abandonar a posição cômoda do imobilismo e dar início ao movimento em direção à maior proximidade com a realidade do vizinho andino. Constatou-se que na Bolívia não havia quantidade de petróleo suficiente para viabilizar comercialmente a produção, principalmente para o Brasil, que detinha diversos campos petrolíferos mais viáveis. Entretanto, descobriu-se que aquele país detinha uma outra grande riqueza mineral, o gás natural. Na Bolívia se encontra a maior reserva conhecida daquele produto na América do Sul, com cerca de 1,4 trilhão de metro cúbico.¹⁹⁸

As jazidas de gás na Bolívia estavam mais próximas do maior parque industrial brasileiro do que as jazidas conhecidas em território nacional, o que indicava maior viabilidade econômica a exploração do gás na Bolívia do que a construção de viaduto para o transporte de gás a partir do interior do Amazonas. Além disso, contabilizava-se a necessidade de expansão da Petrobrás, que notabilizara-se pelo avanço tecnológico e eficiência na prospecção e exploração de Petróleo, principalmente em águas profundas. Também era fator que induzia a ação internacional as incertezas com o preço do petróleo no mercado internacional. Essas incertezas aliadas ao malogro do programa brasileiro de implantação do álcool como matriz energética em substituição ao petróleo somavam-se às circunstâncias anteriores.

Por outro lado, o forte apelo ambiental dominante no Brasil e em caráter internacional, demandava soluções energéticas com menor carga de poluição. Neste aspecto o gás é menos poluente do que a grande maioria dos combustíveis derivados de Petróleo. A Globalização da economia mundial e a hegemonia de uma política voltada aos interesses do mercado como forma de admissão nos relacionamentos internacionais com a Europa e Estados Unidos, aparentemente impunham à Bolívia um processo de abertura de sua economia e privatização de seus bens e serviços, como forma de atrair capital externo, a exemplo da grande

¹⁹⁷ CEPIK, Marcos e CARRA, Marco. Nacionalização Boliviana e desafios da América do Sul. Revista Observatório *Observatório Político Sul-Americano*, N. 04, abril/2006, disponível em http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Nacionalizacao_boliviana_desafios_America_do_Sul.pdf acessado em 30.10.07.

¹⁹⁸ SILVA, Luciano. Gás Natural, disponível em http://www.dnpm.gov.br/assets/galeriaDocumento/SumarioMineral2007/gasnatural_SM2007.doc, acessado em 30.10.07.

maioria dos países da América Latina. A Bolívia não detinha condições econômicas para realizar os investimentos para a produção do gás. Todas estas circunstâncias criaram um ambiente de expectativa favorável ao investimento da Petrobrás naquele país, concretizando tratados anteriores. Assim, quase um século depois, as trajetórias de Brasil e Bolívia cruzavam-se novamente.

Diante deste cenário anterior à entrada do Brasil como investidor estrangeiro na Bolívia, vê-se que existem várias semelhanças entre os dois momentos vividos por Brasil e Bolívia na Guerra do Acre e na exploração do gás, que, como veremos, resultará quase numa guerra, porém sem os conflitos sangrentos, a despeito da utilização da força nacional boliviana para ocupação das refinarias dantes controladas pela Petrobrás. Uma vez mais o móvel brasileiro é o interesse econômico. Uma vez mais a riqueza que interessa está na Bolívia e, uma vez mais, o povo boliviano compreende a importância da riqueza, porém, não tem os necessários recursos para explorá-la de forma que os benefícios sejam revertidos como forma de otimizar os índices sociais do país, melhorando a distribuição de renda e a economia boliviana como um todo.

As circunstâncias internacionais atuais, entretanto, não permitiram mais uma disfarçada invasão como a de seringueiros no território boliviano desabitado. Assim, a despeito dos processos de nacionalização anteriores enfrentados por empresas americanas, em 1992 a Petrobrás firmou contrato preliminar de compra e venda de gás natural com a YPFB, com o objetivo de participar da exploração e exportação de hidrocarbonetos. Este contrato é o início da operação da Petrobrás na Bolívia e marco da ação brasileira na exploração de mais uma riqueza boliviana.¹⁹⁹

Em 1996, as duas empresas estatais assinaram outro contrato para fornecimento de gás com duração de 20 anos. Por ele Brasil e Bolívia comprometiam-se a construir um gasoduto de 3.150 km, estimado em US\$2,154 milhões. A Bolívia seria responsável por 20% do valor total do custo do investimento, e a maior parcela caberia ao Brasil, através da Petrobrás.

A despeito das constantes pressões sociais bolivianas, que a princípio geravam clima de desconfiança para investimentos, o ambiente interno no Brasil tornava premente a diversificação de sua matriz energética, e, por conseguinte, a

¹⁹⁹ PASSOS, Maria de Fatima S. A. O gasoduto Brasil-Bolívia – razões do projeto. Revista Economia e Energia, ano II, n. 10, setembro/outubro 1998. Disponível em <http://ecen.com/eee10/gasp.htm>, acessado em 30.10.07.

solução mais próxima e rápida seria a exploração do gás boliviano. O Brasil não era auto-suficiente em produção de petróleo, não tinha efetuado investimento em seu parque de geração de energia elétrica. Assim, para o Brasil, o gasoduto Brasil-Bolívia - Gasbol²⁰⁰ significaria abertura para a diversificação de sua matriz energética, extremamente dependente de usinas hidrelétricas, intensificando o uso do gás natural para ativar o projeto termoelétrico, diminuindo a pressão sobre este setor (já em meio a dificuldades), e substituindo o petróleo por uma fonte de energia mais eficiente, barata e menos poluente, destacando-se também a corrida aos veículos movidos a gás natural veicular (GNV), devido às constantes altas do preço do petróleo no mercado internacional. Para a Bolívia seria a materialização da viabilização da exportação de seu gás, sem necessidade de grandes investimentos, através de contratos de risco.

A Petrobrás, concretizando a política brasileira energética, submeteu-se a contrato de risco com o governo boliviano, aceitando a sociedade em caso de êxito, em proporções igualitárias e assumindo todo prejuízo em caso de insucesso. Em junho de 1999, foi confirmado que os blocos petrolíferos bolivianos possuíam enormes reservas (quase 40% das reservas comprovadas no País). Estas passaram a ser controladas diretamente pela Petrobrás, que passou a ser responsável também pela construção de gasodutos para distribuição interna do produto no sistema boliviano.²⁰¹

De acordo com dados informados publicamente pela própria Petrobrás, a empresa subsidiária criada na Bolívia em 1995 em menos de 10 anos tornou-se a maior empresa naquele país, realizando investimentos superiores a U\$\$ 1,5 bilhão, algo próximo a 18% do PIB boliviano e respondendo por 25% da arrecadação tributária boliviana.²⁰²

A par dos benefícios diretos gerados com a criação de postos de trabalho, 1500 segundo anúncio da empresa, e movimentação de outros setores da economia local – média de U\$\$ 100 milhões com aquisição de produtos e serviços de

²⁰⁰ O Gasbol começou a ser construído em 1997, iniciando sua operação em 1999. Estima-se que estaria plenamente em operação em 2010.

²⁰¹ PASSOS, Maria de Fatima S. A. O gasoduto Brasil-Bolívia – razões do projeto. Revista Economia e Energia, ano II, n. 10, setembro/outubro 1998. Disponível em <http://ecen.com/eee10/gasp.htm>, acessado em 30.10.07.

empresas bolivianas, a atuação da Petrobrás resultou na aquisição das duas maiores refinarias de Petróleo da Bolívia: Guillermo Elder Bell (Santa Cruz) e Gualberto Villarroel (Cochabamba). Isto dava à Petrobrás condições de refinar combustível para atendimento de todo o consumo boliviano. Tal não bastasse, a empresa também atuava no setor de distribuição e comercialização de combustível, dominando mais de 60% do mercado interno boliviano.

Até maio de 2006, a empresa brasileira, por contrato e por permissão das leis bolivianas, era proprietária de 46% das reservas de gás natural, explorava a extração e a exportação de 75% do gás natural, refinava 100% da gasolina e 60% do diesel consumidos na Bolívia e era a responsável pela distribuição e comercialização de mais de 60% do combustível consumido no país vizinho, sendo dona de 100 dos 400 postos existentes naquele país. Pode-se dizer que a Petrobrás simbolizava a ameaça estrangeira que os movimentos sociais pretendiam combater e a sua atuação era a concretização de todos os temores de esgotamento e expropriação de sua principal riqueza sem resultar em benefícios diretos para o povo boliviano, tal como já havia ocorrido com a prata, a borracha, o estanho, entre outros.

Por outro lado, a Petrobrás respondia por 24% dos impostos arrecadados pela Bolívia e tinha um faturamento correspondente a 18% do Produto Interno Bruto boliviano. Os investimentos diretos entre 1994 e 2005 totalizavam, conforme publicação da empresa, U\$\$ 1,5 bilhão sem a atuação da Petrobrás e no ambiente de instabilidade social, política e econômica vivenciado pela Bolívia, presume-se que não haveria possibilidade de exploração e exportação do gás natural. É que a empresa, reconhecida internacionalmente pela tecnologia na prospecção e exploração de petróleo possibilitou com sua atuação o aumento em oito vezes das reservas conhecidas de gás natural na Bolívia e para tanto assumiu o risco da empreitada.²⁰³

A firme atuação da Petrobrás na Bolívia, o êxito na exploração e exportação do gás natural e o bom entendimento entre os dois países, a despeito da

²⁰² Fundação Getúlio Vargas, ICTSD, Pontes Quinzenal, de 02.02.06. *Petrobrás e Evo Morales: uma situação delicada*. Disponível em http://www.ictsd.org/pont_quinze/06-02-02/artig4.htm, acessada em 30.10.07.

²⁰³ PASSOS, Maria de Fatima S. A. O gasoduto Brasil-Bolívia – razões do projeto. *Revista Economia e Energia*, ano II, n. 10, setembro/outubro 1998. Disponível em <http://ecen.com/eee10/gasp.htm>, acessado em 30.10.07.

insatisfação interna dos movimentos sociais bolivianos, levaram o governo brasileiro a incentivar o consumo de gás natural, na frota de veículos, em especial de transporte de passageiros e de cargas, e na indústria, bem como a definir o produto como matriz na produção da energia termelétrica.

Era a resposta do governo brasileiro à crise energética verificada em 2001 e 2002, que ficou conhecida como “apagão”²⁰⁴. O crescimento populacional e o aumento da demanda energética em razão do crescimento da atividade industrial somaram-se às faltas de chuvas que reduziram os níveis de água nos reservatórios das hidrelétricas, com a conseqüente redução da produção da energia elétrica. Não havia alternativa a curto prazo para atender a demanda, razão pela qual foi necessário impor uma redução no consumo. Aventou-se ainda a hipótese de racionamento com cortes programadas, que ficaram conhecidos por apagões, a despeito de não terem sido efetivados.²⁰⁵

Assim, o que a princípio denotava ser apenas um ato de expansão de uma empresa nacional, traduzia-se na melhor solução a curto prazo do problema energético brasileiro, dadas condições amplamente favoráveis ao Brasil naquele momento. O gasoduto já estava construído, a Petrobrás tinha controle sobre as reservas de gás. Por outro lado, o investimento na Bolívia não se demonstrava arriscado, posto que os movimentos sociais bolivianos não eram considerados como forças potenciais para chegar ao poder. O investimento na Bolívia consolidava não só um empreendimento empresarial, mas também ajudava na construção do papel do Brasil como uma liderança na América Latina com crescente ganho de interesse em escala mundial. Por outro lado, a proximidade do gasoduto com os dois principais centros industriais brasileiros e potenciais consumidores do gás natural, e o ambiente plenamente favorável na Bolívia desautorizavam a realização de custos com a construção de gasodutos para a exploração das jazidas de gás na Amazônia, bem como tornavam desnecessárias, a curto prazo, as prospecções de gás em solo

²⁰⁴ O escândalo do apagão foi uma crise nacional, sem precedentes no Brasil, que afetou o fornecimento e distribuição de energia elétrica. Ocorreu nos dois últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001 e 2002. No início da crise levantou-se a hipótese de que talvez se tornasse necessário fazer longos cortes forçados de energia elétrica em todo país.

²⁰⁵ RODRIGUES, Anastácia. *O apagão no Brasil e motivação para o programa prioritário de termelétricidade*. Mestrado em Engenharia e Gestão de Tecnologia Política Energética, 2003.

Disponível em

<http://72.14.205.104/search?q=cache:Lb2kfsEFJ9oJ:in3.dem.ist.utl.pt/master/03energy/work1.pdf+2002+apag%C3%A3o+energia+el%C3%A9trica&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=9&gl=br>, acessado em 30.10.07.

brasileiro. Estavam criadas todas as condições para que o Brasil se tornasse dependente do gás natural boliviano.

A ação de Evo Morales causaria novo atrito na relação Brasil Bolívia quando para além da nacionalização das reservas, o governo boliviano decidiu também estatizar o controle acionário das empresas estrangeiras, sem a previsão da devida indenização. Pela proposta do governo boliviano, as empresas não seriam nacionalizadas, mas perderiam o controle acionário. Demais disso, o faturamento seria tributado em 82%. Do restante do faturamento, 50% seria destinado à empresa estatal, e a outra parte para recuperação dos investimentos e pagamento dos custos da operação. Neste prisma, a Petrobrás decidiu encerrar suas atividades na Bolívia, vendendo as duas refinarias para o governo Boliviano.

As negociações sobre o preço das duas refinarias, Guillermo Elder Bell no Departamento de Santa Cruz e Gualberto Villarroel, em Cochabamba, foram duras e houve até ameaça pelo Governo Boliviano em apropriação sem indenização e apresentação de proposta abaixo do preço de mercado. Após duas negociações, em que a Petrobrás ameaçara inclusive recorrer às cortes internacionais e o governo brasileiro emitira dura nota contra a expropriação, o governo boliviano e a Petrobrás fecharam acordo para a venda das duas refinarias no valor de U\$\$ 112 milhões. Findava, assim, mais um capítulo do cruzamento da trajetória da Bolívia e do Brasil. Entretanto, a história não estava encerrada. A Petrobrás ainda mantinha atividade nos campos de San Antônio e San Alberto, locais de extração do gás. O governo boliviano sempre declarou que esperava a continuidade dos investimentos da Petrobrás no setor de exploração do gás, porém, no dizer de Evo Morales “investimento com responsabilidade social”.

4.3.1 A DISCUSSÃO NO PREÇO DO GÁS. MAIS UM CAPÍTULO DA CRISE

Um dos efeitos pós-nacionalização das reservas de hidrocarbonetos da Bolívia e a conseqüente estatização do controle acionário das empresas estrangeiras foi o início da discussão sobre o preço do gás fornecido para o Brasil.

Ao início do governo de Evo Morales, o Brasil pagava à Petrobrás Bolívia cerca de U\$\$ 3,5 dólares por milhão de BTU, valor menor do que o preço internacional do produto em outras regiões. Este não era o menor valor, entretanto.

Existia um contrato firmado diretamente entre a Petrobrás Bolívia e a empresa brasileira Pantanal Energia, de Mato Grosso, cujo valor era de U\$\$ 1,09 por milhão de BTU até fevereiro de 2007. Para o governo boliviano, quando comparado com o valor pago pela Argentina, U\$\$ 5,0 por milhão de BTU e tendo em vista o preço internacional, a quantia paga pelo Brasil significava um “subsídio”²⁰⁶ dado pelo povo boliviano à indústria brasileira.²⁰⁷

À primeira vista, a afirmação do governante boliviano pode ser considerada como verdadeira e sua reivindicação justa levando em conta apenas a comparação entre os preços praticados na relação comercial Brasil Bolívia e o preço do produto no mercado internacional. Entretanto, algumas circunstâncias podem ser consideradas para uma análise mais profunda sobre o valor ideal. Como visto, a Bolívia apesar de deter considerável jazida de gás natural, não dispunha de recursos e tecnologia que possibilitassem a exploração desta riqueza, motivos que, consoante já explanados, levaram à abertura da exploração a empresas estrangeiras e em especial, repise-se, a Petrobrás.

Por outro lado, a Bolívia não tem atualmente, e não tinha ao tempo do início das operações da Petrobrás, mercado interno para o produto. O excedente necessariamente teria que ser exportado. O Brasil, porém, não era mercado apropriado para o consumo do gás, por razões como a existência de reservas conhecidas, a falta de uma política governamental de incentivo ao gás na indústria e na geração de energia termoelétrica (em substituição ao óleo diesel), ou ainda em veículos automotores (em substituição ao diesel, álcool e gasolina).

Desse modo, para formar o mercado consumidor, era necessária a existência de preços baixos que tornassem o produto atraente. De outro lado, uma situação peculiar relacionada ao gás natural acentuava a concretização de estabelecimento de uma política de preços acessíveis e distintos da realidade mundial: o gás natural não admite armazenamento, gerando necessidade de consumo logo após a extração. Esta peculiaridade, aliada às dificuldades de transporte do gás natural enfatizam, por assim dizer, que somente por um preço

²⁰⁶ Laboratório de Estudos do Presente. *Evo ameaça cortar subsídios e força negociação do gás*. Disponível em http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1554&Itemid=117, acessado em 30.10.07.

²⁰⁷ PIMENTEL, Rosalinda Chedian. *Reflexões sobre o gás natural*. Disponível em <http://ethanolbrasil.blogspot.com/2007/04/reflexes-sobre-o-gs-do-gs-natural.html>, acessado em 30.10.07.

bem atraente se justificaria a entrada brasileira na produção do gás na Bolívia e a adoção de uma política governamental brasileira de implantação do gás na matriz energética brasileira.

Não obstante, o Brasil implementou a política de integração do gás natural à matriz energética, apoiando-se na produção advinda do Bolívia através da Petrobrás. Nos parâmetros desta política, incentivou-se o uso do gás natural em substituição a outros combustíveis, estabeleceu-se legislação obrigando a prioridade no seu fornecimento para geração de energia elétrica nas situações de diminuição na produção a partir das hidrelétricas, bem como para veículos automotores em substituição ao álcool e a gasolina, que, apesar de abundantes no Brasil, tinham preços mais altos e maior potencial de poluição.

Neste sentido, as explicações do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento do Ministério das Minas e Energia, Márcio Zimmermann:

O Brasil não tinha um mercado de gás natural. O novo insumo só passou a integrar a matriz energética nos últimos 15 anos, com o aumento da produção interna e a conclusão do gasoduto com o Bolívia. Segundo Zimmermann, quando o Brasil assinou o contrato com a Bolívia, em 1999, o preço foi fixado em US\$ 1,00 por milhão de BTU. Só que naquele momento o Brasil não usava o gás e a Petrobras teve de desenvolver um mercado, afirmou. E isso só seria possível com preços mais baixos, na sua opinião. O próprio contrato, porém, previa reajustes periódicos, alinhados ao preço internacional. E isso já vinha ocorrendo naturalmente, complementou.²⁰⁸

Assim, a discussão do preço do gás e a proposta de elevação formulada pelo governo boliviano, logo após a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos, denotava uma aparente quebra de contrato e até mesmo “chantagem” do governo boliviano com a Petrobrás indo de encontro a interesses econômicos brasileiros, dada a dependência do Brasil em relação ao gás produzido na Bolívia. Apesar da auto-suficiência de petróleo, 52% do gás natural consumido no Brasil é proveniente da Bolívia. Em São Paulo, este índice chega a 70% do total do consumo.²⁰⁹

²⁰⁸ BARBOSA, Alaor. *Preço do gás boliviano é quase de mercado, diz Zimmermann*. Fonte jornal eletrônico **Agência Estado**, de 19.09.06. Disponível em <<http://www.idec.org.br/noticia.asp?id=7103>>, acessada em 11.11.2007.

²⁰⁹ MONTES, Paulo Marcelo de Figueiredo. *O potencial do consumo de gás natural pelo setor industrial no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Engenharia. UFRJ, março de 2000. Disponível em <<http://www.ppe.ufrj.br/ppes/production/tesis/pmtes.pdf>>, acessada em 30.10.2007.

A despeito da existência de opiniões díspares, algumas motivadas pelo interesse político, outras pelo ranço nacionalista que conduz a posicionamento carregado pela emoção, vez que a questão envolve interesse brasileiro, a posição oficial adotada pelo governo e pela Petrobrás foi a negociação do reajuste, sem aceitar, contudo, o percentual exigido pelo Governo da Bolívia, que postulava uma negociação mais política, com a participação do governo, do que técnica, com a empresa Petrobrás, que ameaçava buscar a organismos internacionais para a solução do impasse.

Desta forma, em fevereiro de 2007, em visita do presidente boliviano ao Brasil, foi anunciado o acordo para reajuste do preço do gás fornecido pela Bolívia. Pelo acordo, o Brasil pagaria U\$\$ 4,20 por milhão e BTU e um bônus pelo alto teor energético do gás fornecido pelos campos bolivianos. De acordo com estimativas o preço final subiria entre US\$ 4,33 a US\$ 4,54 por milhão de BTU, algo em torno de 3,1% a 8% de aumento, valor menor do que o contrato firmado com a Argentina. Outra negociação girou em torno do suprimento para a termelétrica de Cuiabá (MT).²¹⁰ Nesse contrato, os preços foram reajustados de US\$ 1,19, muito abaixo das cotações internacionais, para os mesmos US\$ 4,20.²¹¹

Para Zimmermann²¹², o acordo levou o Brasil a pagar um valor próximo ao vigente no mercado internacional, quando se adiciona ao valor pago, US\$ 4,70 por milhão de BTU o valor de US\$ 1,80 referente ao transporte. "Com isso, o preço chega aos US\$ 6,50 por milhão de BTU, enquanto os preços no mercado internacional estão entre US\$ 6,50 e US\$ 6,70".

4.4 BRASIL-BOLÍVIA - O FUTURO DA RELAÇÃO

A grande incógnita que impera na discussão que tem como cerne a relação Brasil Bolívia e o rumo que ela tomará. A despeito da nacionalização das reservas

²¹⁰ Boletim Observatório Político Sul-Americano, n. 01, jan./fev. 2007. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/19_boletins_Boletim_JanFev.pdf>, acessada em 30.10.2007.

²¹¹ *Reajuste de gás natural será de 253%*. FolhaBnet.com.br. Disponível em <<http://www.folhabnet.com.br/home.asp?pg=noticia&id=9107&editoria=Economia>>, acessada em 30.10.2007.

²¹² BARBOSA, Alaor. *Preço do gás boliviano é quase de mercado, diz Zimmermann*. Fonte jornal eletrônico **Agência Estado**, de 19.09.06. Disponível em <<http://www.idec.org.br/noticia.asp?id=7103>>, acessada em 11.11.2007.

de gás e da estatização do controle acionário das empresas petrolíferas estrangeiras, que em outros momentos e sob a ótica mercantilista ensejaria discussões diplomáticas e disputas judiciais internacionais intensas e talvez até rompimentos bilaterais, o que se vê é a continuidade do relacionamento, e até discursos de alguns setores do governo brasileiro e da própria Petrobrás em direção à realização de novos investimentos na Bolívia para o aumento da produção de gás natural.

Talvez a crise de desabastecimento de gás para veículos no Rio de Janeiro, no final de outubro de 2007 tenha trazido mais um ingrediente para a consideração das posições, pois mostrou a vulnerabilidade do Brasil quanto ao fornecimento do gás boliviano. Por outro lado, poucos dias depois dos problemas de abastecimento do produto no Rio de Janeiro, a Petrobrás confirmou a descoberta de grande jazida de petróleo de gás na Bacia de Santos, em São Paulo, o que poderá levar o Brasil a ser auto-suficiente também na produção do gás, fazendo surgir à inquestionável pergunta sobre a manutenção do relacionamento Brasil Bolívia no fornecimento do gás natural. Para o presidente brasileiro, Luis Inácio, a despeito da nova descoberta, que se confirmada colocará Brasil como o décimo detentor mundial de reserva de petróleo: "Interessa ao Brasil que a matriz energética brasileira tenha muitas alternativas. Estou convencido de que é estrategicamente importante para o Brasil manter a melhor relação com a Bolívia".²¹³

Não obstante o discurso do presidente brasileiro, a Petrobrás interrompeu os investimentos na Bolívia desde maio de 2006, vendeu as duas maiores refinarias de petróleo ao governo boliviano e vem fazendo investimentos apenas para manter os níveis de produção em sua concessão, sem a previsão de novos investimentos. Novos investimentos estão sendo condicionados à segurança jurídica e marco regulatório estável na Bolívia, de acordo com as declarações oficiais da direção da Petrobrás, sintetizadas na fala de Décio Oddone, gerente-executivo para o Cone Sul da Petrobras, em palestra ministrada no 4º Congresso Anual de Integração Energética, produzido pelo Internacional Business Communications, no Rio de Janeiro em outubro de 2007: "À medida em que as condições se normalizem e que

²¹³ Em declaração afirmada durante a 17ª Cúpula Ibero-Americana, realizada no Chile, Lula diz que descoberta de reservas de petróleo e gás não muda relação com a Bolívia. Fonte **Agência Brasil**. Disponível em <http://www.agenciadenoticias.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1206&Itemid=26>, acesso em 16.11.2007.

as regras de atuação se estabilizem, podemos voltar a avaliar novos investimentos dentro dos critérios de economicidade que a Petrobras adota”.

Enquanto aguarda as condições bolivianas para a retomada dos investimentos na produção do gás natural, a Petrobras atua em outra direção, com o lançamento e desenvolvimento do projeto Plangás – Plano de Antecipação da produção de gás, um programa que visa reduzir a dependência do gás internacional, principalmente no mercado do Sul-Sudeste. De acordo com informações da empresa²¹⁴, a meta é chegar até 2008 com a produção na região com 40 milhões de metros cúbicos/dia de gás e 55 milhões em 2010, com investimentos estimados em US\$ 11 bilhões. A maior parte desta produção seria destinada para a geração das termelétricas. Atualmente o Brasil importa da Bolívia 30 milhões de metros cúbicos/dia de gás.

Por outro lado, o momento não demonstrava que as condições para a retomada dos investimentos estivessem sendo proporcionadas pelo governo boliviano. De acordo com Maurício Medina Celi, ex-ministro boliviano dos hidrocarbonetos:

"Hoje, não há clima para que cheguem novos investimentos neste setor do país e o governo se prepara agora para avançar na nacionalização das empresas de transportes e de armazenagem de petróleo e seus derivados", afirmou Medina Celi à BBC Brasil, por telefone, de La Paz.²¹⁵

A instabilidade jurídica e os temores que a nacionalização causaram nas empresas estrangeiras têm ocasionado a diminuição de investimento externos na produção do gás boliviano, com a conseqüente queda na produção do gás e a incerteza quando ao cumprimento dos acordos firmados com o Brasil e com a Argentina para o fornecimento do produto. De acordo com dados coletados pela Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos, os aportes caíram de U\$\$ 600, milhões no final da década passada para pouco mais de U\$\$ 150 milhões em 2007. Com a diminuição dos investimentos, o número de poços perfurados no país caiu de 65 em

²¹⁴ Sítio da PETROBRÁS, disponível em <www2.petrobras.com.br/ri/spic/bco_arq/_2941_pac_port.pdf>, acessado em 12.11.2007.

²¹⁵ CARMO, Márcia. *Nacionalização do gás ameaça emprego na Bolívia*. **BBCBrasil.com**. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/09/060929_boliviadesempregomc_ac.shtml>, acessado em 12.11.07.

1999 para 9 no ano passado, com queda de 7% no volume de gás extraído no ano de 2006.²¹⁶

O temor é justificado, vez que as medidas adotadas por Evo Morales contra empresas estrangeiras foram tomadas em momentos que a que a situação da Bolívia se complicava. Aparentemente as medidas foram tentativas de agradar os movimentos populares sociais que lhes dão sustentação política e legitimidade. Demais disso, o próprio governo anuncia para breve nacionalizações no setor de transporte e comercialização de derivados de petróleo, bem como das minas de estanho e do setor de telefonia fixa e móvel, inclusive com comunicação formal às empresas que operam naqueles setores.

As conseqüências da falta de investimento externo são sentidas na Bolívia. A despeito do ganho financeiro decorrente do aumento do preço do gás e dos impostos sobre a produção e comercialização do gás natural. Após um ano da ação do governo boliviano constata-se a incapacidade da indústria nacional em cumprir os acordos firmados com o Brasil e com a Argentina para a comercialização de gás bem como de aumentar a produção para atender a crescente demanda, o que tem levado o governo boliviano a fazer gestão no sentido de atrair novos investimentos.

Ilustra bem a situação acima descrita a crise na distribuição de óleo diesel na Bolívia após a retomada das refinarias de petróleo da estatal brasileira. A Bolívia não conseguiu manter o serviço prestado pela Petrobrás e não conseguiu os mesmos resultados na produção dos derivados do petróleo, gerando uma crise de abastecimento.²¹⁷

Quanto tudo parecia indicar um distanciamento na política de investimento do Brasil na Bolívia, eis que os dois governos anunciam para dezembro de 2007 a assinatura de tratados para o retorno de investimento da Petrobrás na Bolívia para aumentar a produção de gás e possibilitar à Bolívia atender os compromissos assumidos e ao Brasil não sofrer as conseqüências danosas da diminuição ou interrupção do fornecimento do gás boliviano, ante a impossibilidade de substituir a curto prazo a fonte deste combustível. Assim, qualquer prognóstico sobre a direção

²¹⁶ Hemeroteca do Instituto de Eletrotécnica e Energia. *'Trapalhadas' do governo municiam oposição e geram onda de greves*. 31.08.2006. Disponível em <<http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/97301.htm>>, acessado em 30.10.07.

²¹⁷ Gás Brasil. *Sem gás, Argentina importará diesel e óleo da Venezuela*. Disponível em <<http://www.gasbrasil.com.br/noticia/noticia.asp?NotCodNot=25158>>, acessado em 30.10.07.

da relação Brasil Bolívia é absolutamente incerto, sendo possível somente afirmar que, nas circunstâncias atuais de dependência brasileira do gás produzido na Bolívia²¹⁸ e da dependência boliviana do consumo do gás e dos investimentos brasileiros para potencializar a produção, os dois países estão profundamente ligados, a despeito de suas divergências políticas e econômicas.

²¹⁸ *Depois do mercado interno, prioridade da Bolívia é gás para o Brasil, diz Ministro.* BBCBrasil.com de 21.11.2007. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/071120_boliviagasmc_ac.shtml>, acessado em 30.11.07.

CONCLUSÃO

As relações entre Brasil e Bolívia possuem origem reconhecida na questão da anexação do Acre ao Brasil, região originariamente pertencente à Bolívia. Este processo foi iniciado de forma não oficial²¹⁹ na segunda metade do século XIX e concluído nos primeiros anos do século XX, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, marcando de forma definitiva (pelo menos na concepção dos brasileiros) os contornos da fronteira entre os dois países, e colocando fim aos litígios por esse motivo, estabelecendo que a Bolívia, em troca da cessão de um território de mais de 142.800 km² para o Brasil, receberia uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas e a promessa de ter acesso ao oceano Atlântico pela construção de uma estrada-de-ferro – a Madeira-Mamoré.

Ao lado da História, cumpre à pesquisa analisar a evolução das Relações Internacionais, porquanto, no dizer de Renouvin e Duroselle²²⁰, são inseparáveis, crescendo-se a concepção de que a História é constituída de um conjunto, ou sucessão, de sistemas econômicos mundiais.

Nesse sentido, a pretensão inicial desta pesquisa era tratar especificamente desse episódio histórico, no campo das relações internacionais, sob a ótica da Teoria da Dependência, considerada como um paradigma original da América Latina, que estuda e interpreta as raízes do desenvolvimento do capitalismo, do subdesenvolvimento e atraso, para discutir e buscar soluções para superação de seus problemas estruturais e viabilizar seu desenvolvimento.

Exposta de outra forma, a Teoria da Dependência implica que uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra, a quem está subordinada, isto é, a condição de subdesenvolvimento estaria conectada estreitamente à expansão dos países centrais.

Esse paradigma pretendeu romper com as idéias e conceitos norte-americanos e europeus, que não contemplavam a realidade local, porquanto tradutores apenas dos interesses hegemônicos. Para tanto, ressaltou as desigualdades existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, para

²¹⁹ CALIXTO, Valdir Oliveira. Et all. *Acre. Uma história em construção*. Rio Branco. FDRHCD. 1985. p. 97. PEREGALLI, Enrique. *Como o Brasil ficou assim? Formação das fronteiras e tratados dos limites*. São Paulo, Global. 1982.

²²⁰ RENOUVIN, P. e DUROSELLE, J.B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

buscar soluções de caráter nacionalistas. Desta forma, a situação de dependência é verificada quando a economia de certo grupo de países, como reflexo, é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia (dominante), ocorrendo também de países em relação ao comércio mundial, de sorte que a dependência induz a uma condição que mantém esses países sempre atrasados em relação aos dominantes. A miséria de uns sustenta a riqueza do outro e a riqueza deste impede o avanço daquele.²²¹

Foram analisadas neste foro apenas as duas principais correntes dependentistas: a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e a marxista. A primeira considera as sociedades, tanto no campo econômico, como em outras áreas (técnica, política, militar, ideológica e cultural) ambígua e dualmente assinaladas de um lado pela autonomia política e de outro pela sujeição de seus objetivos econômicos definidos em função e nos limites impostos pelo mercado internacional. Ou seja, essencialmente essa corrente admite a convivência saudável entre os interesses nacionais e as exigências mercadológicas globalizadas.

Recebeu severas críticas, tanto por seu comprometimento com o capital internacional, denominado como subordinação, como também por sua visão acerca do papel da burguesia nacional, que, ao invés de assumir uma condição revolucionária, associou-se aos grupos oligárquicos internacionais para promover o desenvolvimento nacional, delimitando os frutos do progresso alcançado em benefício das elites nacionais.

Em contraste e contraposição, a segunda corrente dependentista estudada, a Teoria Marxista da Dependência – TMD, reconhece nos países subdesenvolvidos uma dependência estrutural, interna e externa, de modo que o desenvolvimento só será alcançado com sua completa abolição, em um processo de ruptura revolucionária, o que implica na superação do capitalismo em uma luta antiimperialista, através da adoção de programas de desenvolvimento marcadamente nacionalistas. Tem entre seus principais expoentes André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, entre outros.

A América Latina, apesar de já não ser mais constituída de colônias, anseia adquirir efetiva independência política e econômica, inserindo-se no cenário

²²¹ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. apud VITAGLIANO, Luís Fernando. *A CEPAL no fim do milênio: a resposta aos programas de ajustes neoliberais*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2004, p. 104.

internacional de forma paritária, sem relação de subordinação. Entretanto, apesar de alguns avanços alcançados, vive uma história de dependência estrutural dos países centrais. Analisando a trajetória histórica dos países latino-americanos, na sua condição de economias periféricas, notadamente Brasil e Bolívia, objeto desse estudo, os teóricos marxistas da dependência destacam períodos de desenvolvimento e crises, culminando no cenário atual de globalização neoliberal, com o agravamento das situações de pobreza, desemprego, precarização do trabalho e a exclusão social, crescimento da dívida externa, contribuindo para o aumento da polarização mundial das periferias e todas as formas de dependência: comercial, financeira, produtiva, tecnológica e técnico-científica, principalmente porque as políticas desses países são condicionadas pelos organismos financeiros e monetários internacionais à realização de políticas públicas de ajustes e austeridade fiscal, gerando um custo social, político e econômico sem precedentes, muitas vezes significando o desmantelamento do Estado para dar lugar à imposição das políticas neoliberais de reprodução capitalista dependente.

Essa dependência pode ser identificada também na relação inicial Brasil-Bolívia, na questão da anexação do Acre ao território brasileiro. A simples história, por si só já é rica e apaixonante, entretanto, foi adquirindo novos contornos à medida em que, posteriormente, fatos novos, foram sendo acrescentados, desviando um pouco o rumo inicial, para abarcar situações atuais imprescindíveis para a pesquisa, e que não poderiam ser ignoradas, como, por exemplo, a declaração do Presidente boliviano Evo Morales, de que o Acre teria sido trocado por um cavalo, posteriormente retratando-se para afirmar que se referia ao preço pago pelo Brasil pelo território. Constatou-se nesse episódio a ressurreição de um evidente ressentimento com a perda territorial, que, acreditava-se, já fosse superada. Animosidade semelhante é também verificada em relação ao Chile, Paraguai, Peru, entre outros, com quem a Bolívia, país que sofre por sua mediterraneidade, geograficamente encravado no interior do Continente, sem nenhuma saída ou acesso ao mar, teve recorrentes episódios de conflitos que terminaram invariavelmente em perda de parte de seu território.

Partindo-se da questão da anexação da região acreana ao Brasil, considerada a primeira relação internacional Brasil-Bolívia, envolvendo diplomacia, outras questões passaram a ter relação com o fato, que, aliás é tratado de forma diferente pelas duas nações: para o Brasil significou uma epopéia na Amazônia, com

produção de heróis brasileiros e vilões bolivianos. Seringueiros que, movidos por um sentimento nacionalista e para combater a ação imperialista norte-americana sobre a área, tornaram brasileiro o território que o Brasil antes reconhecera como boliviano. Já para a Bolívia, o fato é tratado como guerra, que culminou com a fatalidade de mais perda territorial.

Quando analisada sob a ótica da história problematizante²²², contudo, o processo de abasileiramento do Acre sugere a reflexão sobre o papel do Brasil na América do Sul no final do século XIX. A observação contextualizada das circunstâncias políticas (de expansão territorial imposta pelo império) e econômicas (a exploração das riquezas naturais da região, principalmente do valioso e abundante ouro negro – a borracha), e externas, pela ingerência dos Estados Unidos, para defender interesses da companhia Bolyvian Syndicate.

De outra banda, uma Bolívia sem condições de explorar suas próprias riquezas ou sequer ocupar seu território, e ante a iminência de vê-lo ocupado e explorado por brasileiros, vê-se compelida e arrendá-lo à companhia internacional Bolyvian Syndicate, sob intensos protestos não apenas do Brasil, mas de outros países latinoamericanos, ao argumento de que se tratava esse negócio uma invasão estrangeira, que se alcançasse sucesso, poderia desencadear outras com risco de atentado à soberania dos Estados da região,

Identifica-se nessa ocorrência a adoção de uma postura imperialista por parte do Brasil, que, ante a fraqueza do país vizinho, diplomaticamente lhe tomou o território, negociando inclusive diretamente com a companhia citada, em desrespeito à soberania boliviana. Verifica-se, assim, que, sob o pretexto de evitar a concretização do arrendamento do Acre pela Bolívia para o *Bolivian Syndicate*, o Brasil praticou exatamente a conduta imperialista que se propusera a combater. Apesar dessa postura, a questão foi decidida diplomaticamente através do Tratado de Petrópolis, em 1903. Entretanto, com a retomada do assunto pelo Presidente Evo Morales, constata-se a inconformidade boliviana com o resultado dado à questão.

Nesse contexto, Brasil e Bolívia podem ser considerados dependentes das economias hegemônicas, com destaque para Estados Unidos e Inglaterra. Entretanto, apesar de países vizinhos com história e projetos semelhantes, o Brasil,

²²² A nova história, que contrasta com a história tradicional, e propõe a formulação de múltiplas interpretações da historicidade, baseado no caráter mutável, imperfeito e relativo da experiência

no episódio citado, adotou postura imperialista em relação à Bolívia, aproveitando-se da sua evidente situação de desvantagem.

A despeito disso, as relações entre Brasil e Bolívia tem sido recorrentes, de parcerias em vários projetos de desenvolvimento, com destaque, neste trabalho, para a exploração e comercialização da reservas bolivianas de gás natural, através da estatal brasileira Petrobrás. A estatal brasileira investiu pesadamente nesse setor no país vizinho, tendo sofrido as conseqüências da chamada Guerra do Gás, fruto da ação organizada de movimentos sociais bolivianos, objetivando evitar novamente o esgotamento das riquezas anteriores (borracha, prata, estanho) e a distribuição mais justa de seus benefícios, tornou o modelo de exploração do gás natural a tornar-se o cerne da vida política da Bolívia e ponto central nos conflitos bolivianos, resultando na nacionalização das reservas de gás.

Outro fato atual relevante à pesquisa foram os denominados “apagão elétrico”, ocorrido em 2001, e a falta de gás natural veicular GNV nos postos de combustíveis no estado do Rio de Janeiro, decorrente da suspensão pela Petrobrás da distribuição do produto às distribuidoras regionais. Estas ocorrências demonstram a dependência brasileira do gás natural boliviano, para possibilitar a diversificação da matriz energética brasileira, extremamente dependente de usinas hidrelétricas, intensificando o uso do gás natural para ativar o projeto termoeletrico, diminuindo a pressão sobre este setor (já em meio a dificuldades), e substituindo o petróleo por uma fonte de energia mais eficiente, barata e menos poluente, destacando-se também a corrida aos veículos movidos a gás natural veicular (GNV), devido às constantes altas do preço do petróleo no mercado internacional.

Por seu turno, a Bolívia também necessita dos investimentos da Petrobrás, principalmente sua estrutura e tecnologia de ponta de exploração de gás, sem o que não há viabilização da exportação de seu gás.

Diante deste cenário, verifica-se algumas semelhanças entre os dois momentos vividos por Brasil e Bolívia - Guerra do Acre e na exploração do gás -, esta última também adquirindo contornos de gravidade tal (porém sem os conflitos sangrentos da questão acreana, despeito da utilização da força nacional boliviana para ocupação das refinarias dantes controladas pela Petrobrás) que requerem a intervenção diplomática para buscar uma saída viável. Outra vez o móvel brasileiro é

o interesse econômico. Outra vez mais a riqueza que interessa está na Bolívia e, uma vez mais, o povo boliviano compreende a importância da riqueza, porém, não tem os necessários recursos para explorá-la de forma que os benefícios sejam revertidos como forma de melhorar os índices sociais do país, melhorando a distribuição de renda e a economia boliviana como um todo. A conseqüência imediata para a economia boliviana já vem sendo sentida: a instabilidade jurídica e os temores que a nacionalização causaram nas empresas estrangeiras têm ocasionado a diminuição de investimento externos na produção do gás boliviano com a conseqüente queda na produção do gás e a incerteza quanto ao cumprimento dos acordos firmados com o Brasil e com a Argentina para o fornecimento do produto

Também as conseqüências da falta de investimento externo são sentidas na Bolívia. A despeito do ganho financeiro decorrente do aumento do preço do gás e dos impostos sobre a produção e comercialização do gás natural. Após um ano da ação do governo boliviano constata-se a incapacidade da indústria nacional em cumprir os acordos firmados com o Brasil e com a Argentina para a comercialização de gás bem como de aumentar a produção para atender a crescente demanda, o que tem levado o governo boliviano a fazer gestão no sentido de atrair novos investimentos.

Dessa forma, aplicando-se mais uma vez a teoria da Dependência na relação Brasil-Bolívia atual, especificamente na questão do gás natural, a dependência é identificada de forma tal que o processo de desenvolvimento de um Estado está atrelado às alterações imperativas do contexto internacional, não podendo desenvolver-se separadamente da esfera externa. Cabe então a solução apregoada pela Teoria para a superação da dependência, reconhecendo que, de forma isolada, essa superação era pouco viável, defendendo que somente através da integração com outros países, igualmente dependentes e, também, com objetivos autônomos, seria possível atingir um estágio de desenvolvimento mais elevado. Essa concepção fundamentou o incentivo à formação de blocos regionais para fortalecimento dos países periféricos no cenário mundial

A idéia de cooperação alicerça os processos de integração regionais, apontando para sua urgência e necessidade, sem descurar o caráter conflituoso do cenário externo, geralmente presente nas relações internacionais, até porque,

conforme salienta Sato²²³, quando existe harmonia, não há razão para a cooperação [...] que surge quando existem objetivos conflitantes e/ou quando objetivos considerados importantes não podem ser obtidos a não ser pelo esforço conjunto.

Nesse cenário de reconhecimento de necessidade e urgência de cooperação, na relação Brasil-Bolívia é que, diante das circunstâncias recíprocas de dependência, os dois países estão umbilicalmente ligados, a despeito de suas divergências políticas e econômicas, devendo desta vez buscar solução mais razoável para ambas as partes, que considere suas peculiaridades e necessidades.

Creemos que é oportunidade ímpar para se resolver não apenas novos, mas também velhos e latentes conflitos, definindo os caminhos da integração da América Latina, frente aos interesses que regem as relações internacionais, sem descuidar do respeito às necessidades particulares de cada país, interdependentes e integrados.

²²³ SATO, E. *O Estado como ator nas Relações Internacionais: no mundo da globalização, uma velha discussão*, 1998, apud BARNABÉ, op. Cit, p. 72.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE MELLO, Celso de. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

AMIN, Samir (Coord.). **A crise do imperialismo**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

ARAÚJO, Antonio José. **Cartas do Acre**. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Barão de Rothschild e a questão do Acre**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 2, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2000.

BARBOSA, Ruy. **A transação do Acre no Tratado de Petrópolis. Polêmica de Ruy Barbosa**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1906.

BARNABÉ, Israel Roberto. **O Mercosul e a Integração Regional**. Tese de doutorado em Ciências Sociais da USP. Campinas: (s.n.), 2003. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/list.php?tid=7>>, consulta em 08.12.06.

BARRAL, Welber Oliveira. **Metodologia da pesquisa jurídica**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

BARROS, Glimes Rego. **Nos confins do extremo oeste**. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização – equívocos do globalismo, respostas à Globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BEDIM, G. A. **Paradigmas das Relações Internacionais: idealismo – realismo – dependência – interdependência**. Ijuí: Unijuí, 2000.

BELLUZZO, L. G. M. **Globalização e Estado Nacional**. Disponível em <www.mhd.org/artigos/belluzzo_globaliza.html>, acessado em 08.12.06.

BENAKOUCHE, Rabah. **Acumulação mundial e dependência**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

CALIXTO, Valdir Oliveira. Et all. **Acre. Uma história em construção**. Rio Branco: FDRHCD, 1985.

CAMARGO, Alfredo José C. Jordão de. **Bolívia – a criação de um novo país. A ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales.** Brasília: FUNAG – Ministério das Relações Exteriores, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTELO BRANCO, José M. Brandão, Sobrinho. **O Juruá Federal.** Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003.

CASTRO, Genesco. **O Estado independente do Acre e J. Plácido de Castro. Excertos históricos.** Brasília: Gráfica do Senado, 2002.

CASTRO, Marcos Faro de. **Política e Relações Internacionais.** Brasília: UNB, 2005.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Imperialismo.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

CAUBET, Christian Guy (Org.). **A força e o direito nas relações internacionais e as repolarizações no mundo.** Florianópolis (SC): Fundação Boiteux, 2004.

CEPIK, Marco e CARRA, Marcos. **Nacionalização boliviana e desafios da América do Sul.** Revista **Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano**, n. 4, abr. 2006. Disponível em <<http://observatório.iuperj.br>>, acessado em 30.10.07.

CERVO, Amado Luiz; e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHOMSKY, Noam. **O que o Tio Sam realmente quer.** Tradução de Sistílio Testa e Mariuchka Santarrita. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Novas e velhas ordens mundiais.** São Paulo: Scitta, 1996.

COHEN, Benjamin J. **A questão do imperialismo. A economia política da dominação e dependência.** Rio: Zahar. 1976.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do Território do Acre.** Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003.

COSTA, Luís Cesar Amad e MELLO, Leonel Itaussu. **História do Brasil.** São Paulo: Scipione, 1999.

CUNHA, Euclides. **Um paraíso perdido**. Rio Branco: TJAC, 2003.

_____ **Peru versus Bolívia**, livro virtual disponível em <virtualbooksonline.com.br>, acessado em 20.07.07.

_____ **À margem da História**. Rio Branco: TJAC, 2003.

_____ **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Tradução de Ane Lize Spaltemberg Magalhães. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento. Repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GAMA E SILVA, Roberto. *A epopéia do Acre*. In: **A defesa Nacional**. Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros n. 798. Biblioteca do Exército. Jan. a abril de 2004.

GOMES, Raimundo Pimentel. **A conquista do Acre**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

GORENDER, J. **Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização**. Revista Estudos Avançados, n. 25, setembro/dezembro, 1995.

_____ **Desafios para uma força social emergente**. Revista Estudos Avançados, v. 14, n. 39, maio/agosto, 2000.

GUIMARÃES REIS, F. *O Brasil e a América Latina*. In: FONSECA JUNIOR, G., e NABUCO DE CASTRO, S. H. (Org.). **Temas de Política Externa Brasileira II**, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOLDENSTEIN, Lúcia. **Repensando a Dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HARNECKER, Marta & URIBE, Gabriela. **Imperialismo e Dependência**. Cadernos de Educação Popular. São Paulo: Global Editora, 1980.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780. Programa mito e realidade**. Tradução PAOLI, Maria Célia, QUIRINO, Anna Maria. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990

_____ **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

HOUTART, François; POLET, François (coord.). **O outro Davos: mundialização de resistências e de lutas**. Tradução Mariclara Oliveira. São Paulo: Cortez, 2002.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____ **A era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____ **Imperialismo na América latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1974.

IANNI, Octavio (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

JAGUARIBE, Helio. *Autonomia periférica e hegemonia cêntrica*. In: JAGUARIBE, H. **O novo cenário internacional: conjunto de estudos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

KAY, Cristóbal. **Estructuralismo y teoría de la dependência en el periodo neoliberal. Una perspectiva latinoamericana**. Revista **Nueva Sociedad**, n. 158, Novembro-Dezembro 1998, pp. 100-119. disponível em <www.nuso.org/upload/articulos/2728_1.pdf>, acessado em 20.08.07.

KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua e outros opúsculos**. Lisboa, 70, 1988.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: fase superior do Capitalismo**. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2005.

LIMA, Cláudio de Araújo. **Coronel de barranco**. Rio Branco: TJAC, 2003.

LIMA, M. C. (org.). **O lugar da América do Sul na nova Ordem Mundial**. São Paulo: Cortez, 2001.

LINERA, Álvaro García. **La crisis Boliviana en el contexto regional. Geopolítica de los recursos naturales y acuerdos comerciales in Sudamérica**. Sítio

FOBOMADE - Foro Boliviano - Medioambiente y Desarrollo. Disponível em: <www.fobomade.bo/>, acessado em 20.11.07.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MARTIN, Hans-Peter; e SCHUMANN, Harald. **A Armadilha da Globalização**. Tradução Wadtraut U. E. Rose e Clara C. W. Sackiewicz: – 4ª ed. São Paulo: Globo, 1998.

MEIRA, Silvio de Bastos. **A epopéia do Acre**. Rio Branco: TJAC, 2003.

MESQUITA JÚNIOR, Geraldo. **O Tratado de Petrópolis e o Congresso Nacional**. Documentos para a história do Acre. Brasília: Senado Federal, 2003.

MESQUITA JÚNIOR, Geraldo. **Documentos para a história do Acre. O Acre e a vida dramática de Euclides da Cunha**. Brasília: Senado Federal, 2006.

MIYAMOTO, S. *O ideário da Paz em um mundo conflituoso*. In: BEDIM, G. A (Org.). **Paradigmas das Relações Internacionais: idealismo – realismo – dependência – interdependência**. Ijuí: Unijuí, 2000.

MOLINA, Patrícia. **Bolívia-Brasil: Relaciones Energéticas, Integración y Medio ambiente**. Sítio FOBOMADE - Foro Boliviano - Medioambiente y Desarrollo. Disponível em <www.fobomade.org.bo/hidrocarburos/docs/petrobrás_02.php>. acessado em 20.11.2007.

NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio e ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 1998.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NOGUEIRA, Danielle. **Diplomacia do Gás: a Petrobrás na política externa de Cardoso para a integração com a Bolívia (1995/2002)**. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. PUC-Rio, maio de 2007.

OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI, Arno, Júnior (orgs.). **Relações Internacionais: Interdependência e Sociedade Global**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

_____ **Configuração dos Humanismos e relações internacionais**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

_____ *Paradigma da Dependência*. In: BEDIM, G. A (Org.). **Paradigmas das Relações Internacionais: idealismo – realismo – dependência – interdependência**. Ijuí: Unijuí, 2000.

_____ **Teorias Globais – Elementos e estruturas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004. Vol I.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1980.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. **Monografia Jurídica: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso**. 2 ed. Porto Alegre: Saraiva, 2002.

PEREIRA, Luiz (org.). **Subdesenvolvimento e Desenvolvimento**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PETRAS, James. Evo Morales e Bolívia: Gestos populistas e conteúdo neoliberal. Revista eletrônica **Rebellion**. Disponível em <rebellion.org>, acessado em 20.10.07.

PIOVEZAN, Flávia (coord.). **Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional: desafios do Direito Constitucional internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

POTIGUARA, José. **Terra caída**. Rio Branco: TJAC, 2003.

RENOUVIN, P. e DUROSELLE, J.B. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

RIBERA, Hernan Messuti. **La dramática desmembracion del Acre**. Sucre, Bolívia: Departamento de gaceta, biblioteca y publicaciones de la Corte Suprema de Justicia, 1997

RODRIGUES, Gilberto M. A. **O que são relações internacionais**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROCHA, Maurício Santoro. **Bolívia de 1952 ao Século 21**. Monografia. disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/Premio%20%202006.pdf>>, acessada em 25.10.07.

RICUPERO, Rubens. **Rio Branco: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobrás, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SADER, E. **Século XX: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____ **Movimento popular luta pela hegemonia política na Bolívia**. Revista eletrônica **Marxismo Revolucionário atual**. Disponível em <<http://www.marxismorevolucionarioatual.org>>, acessado em 26 de julho de 2007.

SAGASTI, F. R., ARÉVALO, G. *A América Latina na nova Ordem Global fracionada*. In: VELLOSO, J. P. R., MARTINS, L. (coords.). **A Nova Ordem Mundial em questão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

_____ **O papel estabilizador dos Países Periféricos na Ordem Internacional: percepções e perspectivas**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 1997.

SALDANHA, Eduardo. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

_____ **Imperialismo e corporações multinacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SEGABINAZZI, Alessandro. **Bolívia: de 1952 ao Século XXI. Diversas Sínteses de uma Revolução**. Monografia. Disponível em <<http://www.funag.gov.br/BDPE/Premio%20%202006.pdf>>, acessada em 25.10.07.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. **História do Acre. Novos temas nova abordagem**. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza, 2002.

TEIXEIRA, Marco Antonio D.; FONSECA, Dante Ribeiro. **História Regional (Rondônia)**. Porto velho: Rondoniana, 2001.

TELO, Antonio José. **Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria: reflexões sobre o sistema mundial**. Blumenau: Editora da FURB, 1996.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. 4. ed. Vols. I e II. Brasília: Gráfica do Senado. 2001.

_____ **Estado do Acre. Geografia, Estado e sociedade**. Rio Branco: TJAC, 2003.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. **Pos-Guerra Fria y Política Exterior**. Disponível em: </wblaavirtual/analisispolitico/pos-guerra.htm>. Consulta em 12 dezembro de 2006.

TRESPADINI, Roberta. **A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1999.

VALENCIA, Adrian Sotelo. **América Latina: de crisis Y paradigmas. La teoria de la dependência em el siglo XXI**. Ciudad del México: Plaza y Valdez S.A., México, 2005.

_____ **Dependência y Sistema Mundial: convergência o divergência? Contribución al debate sobre la teoria marxista de la dependência em el siglo XXI**. Disponível no sítio <<http://www.redem.buap.mx/adrian.htm>>, acessado em 15 de agosto de 2007.

VITAGLIANO, Luis Fernando. **A CEPAL no fim do milênio. A resposta aos programas de ajustes neoliberais**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Ciência Política. Campinas: SP, 2004.

XAVIER, Lídia de Oliveira. **Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração**. Tese de doutorado em história. Brasília: UNB, 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)